



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COMUM: UM ESTUDO DE CASO DA  
COMUNIDADE DO CONJUNTO PALMEIRAS E PRÁTICAS DO BANCO PALMAS.**

**EDUARDO DA CONCEIÇÃO FERREIRA JUNIOR**

**Rio de Janeiro – RJ**

**2019**

**Eduardo Da Conceição Ferreira Junior**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COMUM: UM ESTUDO DE CASO DA  
COMUNIDADE DO CONJUNTO PALMEIRAS E PRÁTICAS DO BANCO PALMAS.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social—EICOS, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Marta de Araújo Pinheiro

Rio de Janeiro

2019

### CIP - Catalogação na Publicação

F383e      Ferreira Junior, Eduardo da Conceição  
A Economia Solidária e o comum: um estudo de caso da comunidade do conjunto palmeiras e práticas do Banco Palmas / Eduardo da Conceição Ferreira Junior. -- Rio de Janeiro, 2019.  
153 f.

Orientadora: Marta de Araújo Pinheiro.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2019.

1. Economia Solidária. 2. Comum. 3. Moeda Social. 4. Banco Palmas. 5. Comunidade. I. Pinheiro, Marta de Araújo, orient. II. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

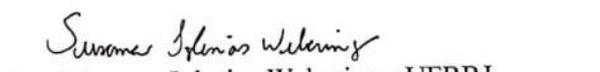
**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COMUM: um estudo de caso da comunidade do Conjunto Palmeiras e práticas do Banco Palmas.**

Eduardo da Conceição Ferreira Junior

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

  
Prof. Marta de Araújo Pinheiro - UFRJ Orientadora  
(Doutora em Comunicação pela UFRJ)

  
Prof. Susana Iglesias Webering - UFRRJ  
(Doutora em Engenharia de Produção pela UFRJ)

  
Prof. Frederico Augusto Tavares Junior - UFRJ  
(Doutor em Psicossociologia pela UFRJ)

Rio de janeiro  
2019

## **RESUMO**

As práticas econômicas atuais não contribuem para a prosperidade compartilhada e a conservação de direitos sociais, o que demanda modelos de uma economia mais integrada com outras dimensões da vida. Neste sentido, a Economia Solidária surge como alternativa para o desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida de comunidades desassistidas, a partir da construção do Comum e do fortalecimento de valores e vínculos. Com objetivo de investigar as práticas de Economia Solidária do Banco Palmas, foi realizada uma pesquisa qualitativa de inspiração etnográfica e psicossocial, incluindo observação participante e entrevistas semiestruturadas e abertas com moradores do Conjunto Palmeiras e funcionários do Banco Palmas situados na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. A análise de conteúdo do material coletado indica que a separação entre o Banco e a Associação de Moradores e juntamente com o reposicionamento das práticas de Economia Solidária trouxeram consigo um distanciamento do Conjunto Palmeiras e uma ampliação da escala do Banco, que se desloca da comunidade local para adquirir uma perspectiva nacional de comunidades.

**PALAVRA-CHAVE:** Economia Solidária. Comum. Moeda Social. Banco Palmas. Comunidade.

## **ABSTRACT**

Current economic practices do not contribute to shared prosperity and to the preservation of social rights, which require more integrated economic models with varied aspects of life. In this regard, the Solidarity Economy emerges as a possible alternative for the local development and the improvement of the quality of life of resourceless communities, stemming from the construction of the common and the strengthening of values and bonds. In order to investigate the practice of Solidarity Economy of Banco Palmas, this exploratory qualitative research was carried out as an ethnographic and psychosocial inspired case study, including participant observation and semi-structured interviews with residents and Bank employees. Content analysis revealed that the separation between the Bank and the Association of residents as well as the repositioning of Solidarity Economy practices brought not only a distancing of the Conjunto Palmeiras, but a scale-up of the Bank's influence moving from the local community to a more national perspective of communities.

**KEYWORDS:** Solidarity Economy. Common. Social Currency. Bank Palmas. Community.

“Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SOUSA SANTOS, 2003).

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Regina Rosa que sempre reconheceu meu entusiasmo.

Ao Gustavo Machado, grande incentivador da minha entrada na vida acadêmica e apoiador em todo caminho de aprendizagem, me ajudando a ter uma visão mais leve, divertida e produtiva.

À Marta Pinheiro, por ter sido uma orientadora incrível alinhando saberes, sensibilidade e assertividade em todo processo.

Aos encontros e contribuições do meu grupo de estudos formado pelas amigas: Regina Carmela, Maria Inês, Ana Carolina e Helouise, que deixaram o processo da escrita mais prazeroso.

Aos professores do programa EICOS e membros da secretaria, principalmente Ricardo por ajudar em organizar todas as questões burocráticas.

Aos meus amigos que me apoiaram em todo processo, principalmente Carine Morrot e Milena Rodrigues, pelas trocas reflexivas e apoio na finalização da dissertação.

Às minhas amigas de *coliving* Taísa Mattos e Andrea Cavalcante que me incentivaram ao longo dos períodos de inquietação acadêmica.

À banca formada pelos professores Susana Iglesias e Fred Tavares que enriqueceram a pesquisa na qualificação.

Ao Conjunto Palmeira, Banco Palmas, ASMOCONP por todo acolhimento e abertura para realização desta pesquisa, especialmente à Patrícia Freire, que me acolheu em sua própria casa.

À Escola Eleva por me apoiar no desenvolvimento desta dissertação.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Fluxo de processo de produção a partir do meu aprendizado.....	13
Figura 2: Mapa do Brasil, em destaque Estado do Ceará.....	57
Figura 3: Mapa da cidade de Fortaleza, em destaque conjunto Palmeiras.....	57
Figura 4: Nota de cinco Palmas.....	61
Figura 5: Logo Instituto Banco Palmas.....	62
Figura 6: Foto de encerramento do Encontro Global dos Bancos comunitários de Desenvolvimento .....	79
Figura 7: Foto Conjunto Palmeiras, década 70.....	84
Figura 8: Foto Fila para pegar água, Conjunto Palmeiras, década de 70.....	84

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Concentração de Riqueza no Mundo: PIB Mundial em 2012.....	15
Tabela 2: Empresas desenvolvidas pela comunidade com incentivo do Instituto Banco Palmas.....	64
Tabela 3: Projetos de incentivo o empreendedorismo e de formação desenvolvidos na comunidade.....	65
Tabela 4: Perfil dos entrevistados.....	71

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**APP** – Aplicativo

**ASMOCONP** – Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras

**CES** – Community Exchange System

**E-DINHEIRO** – Dinheiro eletrônico

**GTZ** – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit

**IASC** – International Association for the Study of Commons

**LETS** – Local Exchange Trading Systems

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PIBB** – Produto Interno Bruto

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SELS** – Systemes d'Échange Local

**SENAES** – Secretaria Nacional de Economia Solidária

## SUMÁRIO

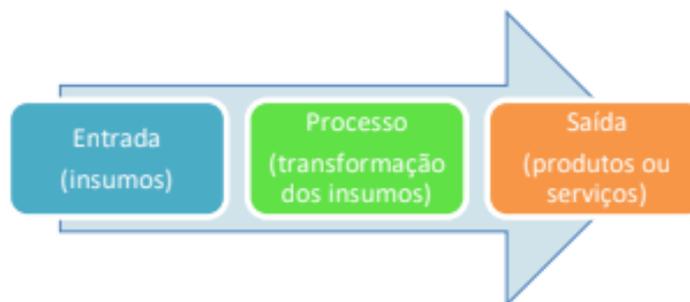
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
1.1 AECONOMIA PLURAL POR KARL POLANYI.....	19
1.2 AECONOMIA SOLIDÁRIA .....	24
1.3 O COMUM.....	29
1.3.1 A escolha da terminologia.....	30
1.3.2 Delimitações de Comum, público e privado.....	31
1.3.3 Arqueologia do Comum.....	32
1.3.4 Comum por Elionor Ostrom.....	36
1.3.5 Comum por Michael Hardt & Antonio Negri.....	41
1.4 OS BANCOS COMUNITÁRIOS.....	42
1.4.1 A experiência dos bancos comunitários.....	43
1.4.2 Banco Palmas: precursor dos bancos comunitários no brasil.....	47
1.5 MOEDA SOCIAL.....	48
1.5.1 Algumas experiências de moeda social.....	50
1.5.2 A primeira moeda social no Brasil.....	52
1.6 PLATAFORMA DIGITAL DE PAGAMENTOS.....	53
1.7 MOEDAS DIGITAIS .....	54
<b>2. APRESENTANDO O CAMPO: CONJUNTO PALMEIRAS.....</b>	<b>56</b>
2.1 A TRANSFORMAÇÃO DE FORTALEZA, CEARÁ .....	56
2.2 A CRIAÇÃO DO CONJUNTO PALMEIRAS .....	57
2.3 BANCO PALMAS: O BANCO COMUNITÁRIO .....	60
2.3.1 A moeda social palmas.....	61
2.3.2 Projetos de empreendedorismo e geração de renda.....	68
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>68</b>
3.1 ETAPAS DA PESQUISA.....	70
3.1.1 Levantamento.....	70
3.1.2 Elaboração de roteiro de entrevista.....	70
3.1.3 Pesquisa de campo.....	70

3.2 DESAFIOS PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA.....	72
<b>4. DISCUSSÃO.....</b>	<b>75</b>
4.1 MOBILIZAÇÃO SOCIAL: “NÓS ERA NÓS POR NÓS” .....	83
4.2 FORTALECIMENTO PESSOAL E COMUNITÁRIA.....	90
4.3. SEPARAÇÃO E LUTO.....	98
4.4. MOEDA.SOCIAL?.....	104
4.4.1 Mudanças de práticas: da Palmas ao E-Dinheiro.....	105
4.4.2 Banco.comunitário?.....	111
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICE 1 – RCLE – REGISTRO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>142</b>
<b>ANEXO 1 CARTA A FORTALEZA.....</b>	<b>150</b>

## APRESENTAÇÃO

A minha percepção sobre o conceito de Economia Solidária se restringia a uma visão de assistencialismo na qual o sujeito era passivo, sem poder de decisão sobre seu destino, sendo refém da boa vontade e ajuda de pessoas físicas, entidades filantrópicas ou programas assistencialistas do Estado. Essa visão me causava incômodo, principalmente por minha área de formação tratar os indivíduos de forma reducionista, como apenas itens que podem estar em qualquer etapa da cadeia produtiva, os quais precisam ser utilizados e otimizados ao máximo, sem desperdício, o que pode ser retratado conforme figura abaixo:

Figura 1: Fluxo de processo de produção (SLACK & CHAMBERS & JOHNSTON, 2009).



Fonte: Própria (FERREIRA, 2018)

Nesse processo, na maioria das vezes, são desconsideradas as relações interpessoais que são mantidas nas organizações e até mesmo os próprios indivíduos. Tive essa sensação durante a minha formação teórica na graduação de administração de empresas, do *Master Business Administration* (MBA) em Gestão Empresarial, durante a Pós-graduação em Gestão de Processos Aplicada a Serviços, e de forma empírica durante minha experiência de 25 anos no mercado de trabalho.

Ao assumir a atividade de gestão de equipes, iniciei minha busca por ferramentas que promovessem a inclusão ou que colocassem as pessoas no centro do processo. Em 2016, tive contato com “*Dragon Dreaming*”<sup>1</sup>. Esse curso me levou à realização de outra formação de

---

<sup>1</sup>Um método de criação colaborativa de projetos que estimula a liberação da sabedoria coletiva e promove a capacidade de adaptação permitindo que indivíduos, grupos, empresas, comunidades, entre outros, elaborem e

Design em Sustentabilidade (Educação Gaia), oferecida dentro de uma comunidade intencional UNILUZ, em Nazaré Paulista, interior de São Paulo, e com o endosso da UNITAR - Instituto para Treinamento e Pesquisa das Nações Unidas. A partir dessa abordagem, pela primeira vez, tive contato com um conceito mais ampliado de Economia Solidária, visto como uma forma de combate à exclusão por meio de ações integrativas e de estímulo ao protagonismo do indivíduo, com diversas propostas e nichos.

Durante as aulas do curso, fiquei entusiasmado com tantas iniciativas e formas de implementação da Economia Solidária, porém foi difícil delimitar um campo para desenvolver a pesquisa. Quando tive contato com o projeto do Banco Palmas desenvolvido no Conjunto Palmeiras em Fortaleza (Ceará, Brasil), tomando conhecimento de sua história, eu não tive dúvidas de que seria esse o meu campo de pesquisa.

A partir desse momento, o meu desafio foi encontrar um programa de pós-graduação no qual eu pudesse integrar o conhecimento adquirido na minha formação em uma nova área do conhecimento que valorizasse o indivíduo, suas subjetividades, o social e suas relações. Tal busca chegou ao fim quando dois amigos me indicaram o programa de pós-graduação do EICOS, no qual eu tive a possibilidade de pesquisar esses assuntos de forma interdisciplinar, valorizando os indivíduos e suas relações no processo.

## INTRODUÇÃO

O desemprego e a má distribuição de renda são um problema global que deixa uma grande parte da população mundial excluída de diversas atividades sociais e econômicas, e sem acesso aos serviços básicos que garantam condições mínimas de subsistência e qualidade de vida. Sendo assim, as práticas econômicas atuais não são eficazes na promoção de soluções que estimulem atividades de prosperidade compartilhada e a conservação de direitos sociais (PIKETTY, 2014).

A má distribuição de renda, apresentada na tabela abaixo, concentra as riquezas em uma minoria se comparadas a renda média mundial (760 Euros) e as rendas médias dos EUA e Canadá (3.050 Euros).

Tabela 1: Concentração de Riqueza no Mundo: PIB Mundial em 2012.

Região	População (em milhões de habitantes)		PIB		PIB (por habitante)	Renda mensal equivalente (por habitante)
Mundo	7.050	100%	71.200	100%	10.100	760
União Europeia	540	8%	14.700	21%	27.300	2.040
EUA e Canadá	350	5%	14.300	20%	40.700	3.050
América Latina	600	9%	6.300	9%	10.400	780
Ásia, África, Rússia e Outros	5.560	79%	35.900	50%	25.000	1.870

Fonte: Adaptação de PIKETTY, 2014. Valores em Euros.

Essa má distribuição de renda é observada também em diversas escalas dentro de um país, estado, cidade, bairro e até mesmo entre muros. Piketty (2014) aponta que 1% da população mais rica do mundo possui 20% da renda mundial, enquanto os 50% mais pobres possuem cerca de 9% dos rendimentos mundiais. Uma estatística que também se reflete em nosso país, pois o Brasil está entre os países que mais sofrem com a desigualdade de distribuição de renda (*World Wealth and Income Data Base – WID*, PIKETTY, 2014), onde a população em extrema pobreza aumentou de 11,2% de 2016 para 2017, atingindo 14,83 milhões de pessoas (IBGE, 2018).

Assim, cabe a compreensão de práticas econômicas alternativas como a Economia Solidária, que privilegiam as relações de cooperação e buscam uma distribuição da riqueza menos desigual. Neste sentido, essa dissertação é um estudo sobre as práticas de Economia Solidária construídas no tecido social do Conjunto Palmeiras. (REVISAR DEPOIS)

Por decisões político-financeiras do governo na década de 70, mais precisamente para especulação imobiliária, a população foi removida do seu território de origem e realocada no Conjunto Palmeiras, um local distante do centro da cidade de Fortaleza, sem a menor infraestrutura. Ao longo dos anos, vivendo em situação precária e insalubre, os moradores passaram a se organizar para construir as soluções que precisavam. Foram em reuniões intituladas “habitando o inabitável” que a organização social comunitária foi ganhando corpo e força para transformar sua realidade.

A primeira grande ação coletiva foi a construção da infraestrutura do bairro para sair das condições precárias, o que mais tarde culminou na formação da Associação de Moradores. Posteriormente, veio a luta junto ao poder público para obter serviços como transporte público, acesso à água e energia elétrica, educação, etc.

O tecido social que se formou após a superação das dificuldades enfrentadas nos momentos iniciais da chegada no novo território, e juntamente com suas conquistas, foi capaz de sustentar uma solução inovadora que transbordou as fronteiras não só da cidade de Fortaleza, mas também do país e até fora dele. A fundação do Banco Palmas, em 1998, foi um marco ao criar a primeira moeda social no Brasil e esta experiência é reconhecida como um caso de sucesso de economia solidária, inspirando o nascimento de diversas outras iniciativas similares.

Com base nisso, esta dissertação visa compreender como a formação do Banco Palmas e da moeda social - como prática de Economia Solidária e constituição de um sentido de Comum - contribui para a comunidade local após 30 anos de realização.

Teoricamente, esta pesquisa segue a abordagem da Economia Solidária com base na formulação dos seguintes autores: Karl Polanyi (Áustria, 1886 – Canadá, 1964), Jean-Louis Laville (França, 1954), Genauto Carvalho de França Filho (Brasil, 1967) e Paul Singer (Áustria, 1932 – Brasil, 2018). O que une esses autores é a interpretação do comportamento econômico por meio da noção de troca, reciprocidade, redistribuição, ação econômica local e gerenciamento da complexa relação entre o mercado, o Estado e a sociedade, fundamentadas

por uma visão social em formas comunitárias que interligam os indivíduos a partir da lógica da reciprocidade.

No decorrer desta pesquisa bibliográfica sobre a Economia Solidária, percebe-se que os referidos autores destacam as relações sociais, a solidariedade, o engajamento e o protagonismo dos sujeitos nas ações econômicas desenvolvidas de forma coletiva na comunidade como diferencial nesta prática. Os sujeitos se colocam e são colocados como agentes de transformação para reivindicar seus direitos, desenvolver soluções que atendam questões específicas de seus territórios de forma a garantir qualidade de vida, igualdade de oportunidades, geração de renda e trabalho, inclusão social, sentimento de pertencimento de seus membros, reconhecimento da comunidade e de sua cultura.

A partir dessa visão da Economia Solidária, busca-se as abordagens estabelecidas por Ostrom (2000), Negri & Hardt (2005) e Dardot & Laval (2017) sobre a noção do Comum e suas interações. De forma geral, o Comum pode ser entendido como uma possibilidade de contrapor o capitalismo no cenário econômico atual, uma gestão na qual as pessoas assumem o papel de protagonistas de suas vidas e da gestão do Comum. A Economia Solidária e o Comum estão intimamente conectados, uma vez que as práticas de Economia Solidária são uma forma de exercer o Comum, já que organizam os indivíduos e os recursos em arranjos que endereçam o que é coletivo. Os laços comunitários são fortalecidos por meio de práticas da economia que fomentam o trabalho coletivo, tais como finanças solidárias, Bancos comunitários, consumo solidário, clube de trocas, comércio justo, moeda social, dentre outras.

Deste modo, considerando que a Economia Solidária pode ser uma ferramenta de construção do Comum utilizando-se do fortalecimento de valores e vínculos como comunidade, cooperação e participação social, o objetivo desta pesquisa é investigar as práticas de Economia Solidária do Banco Palmas.

Para atingir este objetivo, esta pesquisa qualitativa exploratória com inspiração etnográfica (CAVEDON, 2003), e psicossocial, incluindo observação participante, anotações em diário de campo e entrevistas semiestruturadas e abertas com funcionários do Banco e moradores do Conjunto Palmeiras. Para a análise dos dados, foi realizada uma análise de conteúdo a fim de criar categorias espontâneas (MORAES, 1999).

A pesquisa foi desenvolvida no programa EICOS - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, na linha de pesquisa II: Psicossociologia crítica, comunidades, redes e políticas do cotidiano. A abordagem é de forma interdisciplinar, considerando a Economia e a

Psicossociologia, a partir das dinâmicas do mosaico humano na relação entre o social e a psique (JODELET, 2018), valorizando a experimentação social e os saberes das comunidades.

A dissertação está estruturada da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico organizado em tópicos. Considera inicialmente a origem da economia e sua dissociação de aspectos sociais, desde as sociedades arcaicas até a nossa sociedade atual. Com a intenção de apresentar ao leitor as principais visões sobre o assunto, é introduzido o conceito de Economia Solidária como uma possibilidade de reintegração de aspectos sociais na economia local e uma alternativa ao modelo econômico hegemônico atual que incita a separatividade e individualidade. É apresentado um histórico do Comum, suas delimitações e a definição da noção do Comum por Ostrom, Negri & Hardt. Esse Comum também se mostra como uma alternativa ao sistema econômico predominante na atualidade. Para finalizar esse capítulo, aborda-se os conceitos de Bancos comunitários, moeda social e moeda digital social como práticas de Economia Solidária e exercício do Comum que são utilizadas pelo campo.

O segundo capítulo apresenta o território, o Conjunto Palmeiras, contextualizando as transformações sociais ocorridas, que fomentaram a criação do território e os principais acontecimentos no campo até a imersão do pesquisador realizada em setembro de 2018.

A metodologia utilizada nesta pesquisa compõe o terceiro capítulo, em que se descreve as ferramentas utilizadas, a sua justificativa em função dos nossos objetivos e o percurso realizado.

No quarto capítulo, encontra-se a análise dos resultados da pesquisa a partir da leitura dos dados, classificados nas seguintes categorias: a) Mobilização Social: “nós era nós por nós”; b) Fortalecimento Pessoal e Comunitário; c) Separação e Luto; d) moeda.social?

As considerações finais apontam que a separação entre o Banco e a Associação de Moradores, e o reposicionamento das práticas de Economia Solidária, trouxeram consigo não apenas um distanciamento do Conjunto Palmeiras, como também uma ampliação da escala do Banco, da comunidade local para a perspectiva nacional de comunidades.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 A ECONOMIA PLURAL POR KARL POLANYI

Devido às diversas releituras de práticas econômicas alternativas encontradas na década de 80 em todo o mundo, fundamentadas em princípios de reciprocidade e redistribuição, percebe-se no meio acadêmico - Castro (1980), Vogel & Silva Mello (1989) - a necessidade de retomar a discussão iniciada por Karl Polanyi (1886-1964), em 1944, a qual questiona o lugar da economia na sociedade.

Polanyi em seu livro “A grande transformação” (1944/2000), escrito durante a guerra fria, e sua participação na 1ª Guerra mundial, num momento de intensas transformações, mostra que nas sociedades arcaicas o mercado era um meio e não o agente principal. Com o passar do tempo, o mercado tornou-se imperativo na economia, separando-se das outras dimensões da sociedade, o que resultou no desmantelamento desta.

A partir desse diagnóstico, Polanyi concebeu o conceito de *incrustação da economia*.

O conceito diz como era importante, nas sociedades estudadas, que as decisões econômicas não fossem tomadas exclusivamente com base em argumentos técnicos, mas que fossem também consideradas as questões sociais a partir de uma associação entre os aspectos econômicos e antropológicos.

Portanto, os estudos de Polanyi consideram a economia como parte de um conjunto formado por cultura, política e sociedade, opondo-se ao pensamento econômico clássico e neoclássico, que a veem como uma área isolada (SANCHÉZ, 2008).

Para Polanyi (2000), o sistema capitalista atual, regido pela “lei do mercado livre”, é responsável pela degradação social e perda de vínculos entre as pessoas. Isso se dá por meio da indiferença com a natureza e com os seres humanos, por uma lógica de mercado, na qual as relações são predominantemente individualistas e, conseqüentemente, incentivadoras da quebra de laços sociais. Essa lógica de mercado transforma o objetivo “primitivo” da economia em atender demandas, cuidando das relações em uma economia focada no acúmulo de riqueza e na escassez (de que?). Sendo assim, em seus estudos, ele defende uma busca de instituições democráticas, geridas por uma sociedade atuante (BURAWOY, 2003).

As relações desenvolvidas entre homem, natureza e economia foram classificadas por Polanyi baseando-se nos termos de economia “*incrustada*” ou “*desincrustada*”. A “*incrustação*” foi percebida nos sistemas sociais antigos, caracterizando-se pelo fato da

economia estar inserida no sistema social como mais um elemento, mantendo as relações sociais como valor principal. O preço dos produtos e serviços não era classificado como importante nessas relações e não havia busca por lucratividade extrema.

Todavia, na “*desincrustação*”, economia de mercado que vivemos hoje, percebe-se que todas as relações são baseadas na formação de preços e na busca constante por alta lucratividade, o que, conseqüentemente, torna a economia de mercado protagonista de todas as ações econômicas, inclusive das relações sociais e ambientais (POLANYI, 1980).

Nesse sentido, para o autor, a economia de mercado está completamente “*desincrustada*”, separada, criando uma sociedade diferente. Nessa nova sociedade há um sistema econômico e de produção que funciona de forma autônoma e automática, definindo o rumo das atividades sociais humanas em seu dia a dia, bem como a utilização de seus recursos naturais de forma predatória (POLANYI, 1980). Quando a economia de mercado passa a reger as interações sociais e controlar a vida dos membros da comunidade, ela deixa de ser uma economia social em que há relações igualitárias e de pertencimento, na qual as pessoas são capazes de conduzi-las a favor do bem-estar da comunidade. O foco no lucro restringe a visão da economia, a qual deixa de considerar custos sociais, ambientais, individuais, culturais e imateriais.

Nesse processo de pesquisa histórica realizado por Polanyi, observa-se uma série de acontecimentos que levam a transição da economia social até a economia de mercado, autorregulável, hegemônica, em que são feitas práticas que atingem outras dimensões sociais, transformando terra, trabalho e dinheiro em mercadoria. Para Mauss (1974), muitas dessas civilizações antigas apresentavam em suas relações sociais o que viria a ser teorizado por ele como dádiva, que também estaria presente em todas as organizações sociais. Sua representação é marcante no associativismo, uma forma coletiva de agrupamento de pessoas livres e em relação de igualdade que realizam suas ações por meio de pilares de solidariedade e democracia. No ensaio sobre a dádiva, Mauss (1974) discorre sobre a existência de uma ligação íntima entre o simbolismo e a obrigação de dar, receber e retribuir.

Nos estudos de Polanyi (1980), as civilizações anteriores desenvolviam a gestão de seus recursos através de mecanismos de troca, reciprocidade e redistribuição com base numa organização de igualdade social ou na centralidade, como realizado nas ilhas de Trobriand, da Melanésia Ocidental:

Uma parte substancial de toda a produção da ilha é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que a armazena. Entretanto, como toda a atividade

comunal se centraliza em festas, danças e outras ocasiões quando os ilhéus entretêm uns aos outros, assim como aos vizinhos de outras ilhas (ocasião em que são distribuídos os resultados do comércio em áreas distantes presentes são entregues e reciprocados, de acordo com as regras de etiqueta, e o chefe distribui a todos os presentes habituais) (POLANYI, 1980, p. 66).

A distribuição era realizada e valorizada socialmente por todos os membros da sociedade, pois havia o ganho social e não monetário:

A subsistência da família – a mulher e os filhos – é tarefa de seus parentes matrilineares. O homem que sustenta sua irmã e a família dela, entregando-lhe os melhores produtos da sua colheita, ganhará crédito principalmente pelo seu bom comportamento, porém terá em troca muito pouco benefício material imediato. Se ele for preguiçoso, sua reputação será a primeira a ser atingida (POLANYI, 1980, p. 66).

A recompensa do ato acima exemplificado nessa sociedade se dava por meio de reconhecimento da qualidade de ser doador, bem como a qualidade de ser bom “agricultor”. Assim, trazendo à tona o princípio de reciprocidade para garantir a subsistência familiar e a sua produção (POLANYI, 1980). O que demonstra que nessas civilizações não havia controle do mercado, mas sim um zelo pelo bem-estar do próximo e da comunidade.

A sociedade se apresentava como reguladora soberana, responsável por manter a economia voltada à promoção material da vida dos seus membros, sobrando para o mercado somente o papel de complementação dessa atividade econômica.

Com isso, Polanyi (1980) resgata a discussão de retomada da economia como sendo uma forma de integração dos indivíduos entre si e com a natureza, conectando as diversas áreas desenvolvidas em sociedade para promover o acesso aos bens materiais necessários à vida, incluindo a economia nas relações sociais. Por outro lado, a sociedade de mercado atende prioritariamente aos interesses individuais em detrimento do coletivo.

Este autor propõe que a visão da economia se reconecte com os fins sociais, e para isso cria o conceito de economia plural, como aquela que admite pluralidade de princípios, recursos e dimensões do comportamento econômico, incluindo os valores de solidariedade expressos na Economia Solidária (Polanyi, 1980).

Assim, essas iniciativas emergem via de regra a partir de um forte impulso no sentido da reciprocidade, especialmente o voluntariado e a doação, que dá consistência à associação voluntária. Mas para perenizar sua oferta de bens ou de serviços, essas iniciativas não podem limitar-se ao voluntariado, devendo mobilizar recursos oferecidos pelos poderes públicos, pelo fato de terem uma finalidade social, ou então dispor de recursos mercantis sem fins lucrativos. Dessa forma, a economia [...] solidária depende duplamente de uma economia plural, ou seja, do ponto de vista de uma pluralidade de princípios (princípio da troca mercantil, princípio da reciprocidade e

princípio da redistribuição) e também de uma pluralidade de recursos: recursos mercantis, recursos não-mercantis (ajuda financeira dos poderes públicos) e recursos não-mercantis e não-monetários (voluntariado). (LÉVESQUE, 2009, p.110)

Polanyi (1980) destaca quatro pilares como base de uma economia plural: 1) Administração doméstica, realizada para produzir produtos e serviços para consumo próprio; 2) Reciprocidade, utilizada como uma ferramenta de igualdade (simetria) social e possui o intuito de estreitar os laços sociais; 3) Redistribuição, realizada pelo responsável da sociedade que recebe dos produtores da comunidade os produtos produzidos; 4) Mercado, espaço onde é feita a troca de serviços e produtos, regido pela oferta e demanda. Essa troca pode ser expressa por escambo de mercadorias, sem a formação de preço ou pela venda e compra. Quando há venda e compra, é estabelecido um preço, no entanto, sem o objetivo de lucro ou acúmulo de riquezas.

A revolução industrial e o crescimento das atividades econômicas elevaram o mercado à prática financeira hegemônica atual que se sobrepôs a todas as outras dimensões sociais, rompendo com laços de organização social comunitária constatados nas civilizações anteriores. Percebendo a deterioração, a sociedade se organizou em conjunção com o Estado para criar regras e maneiras de regular o mercado, já que prejudicava sua expansão, internacionalização e atividades industriais, acarretando perdas sociais. Daí parte-se para um mercado livre autorregulado que modificou profundamente as relações sociais, trazendo uma série de novos desafios para sociedade (POLANYI, 1980).

Essas transformações foram percebidas no movimento *Enclosures* (cercamentos), que ocorreu no início do século XVII na Espanha, e na Inglaterra no período de transição da Idade Média para a Revolução Industrial. Aconteceu quando terras foram tomadas e seus povoados exterminados ou expulsos delas, transformando essas áreas em pastos para criação de ovelhas pelos senhores feudais (POLANYI, 1980). Esse movimento criou uma massa de mendigos e pessoas propensas a serem exploradas pelas indústrias, que por sua vez precisavam de uma massa de trabalhadores para colocarem as fábricas para funcionar. Como fator social intangível também houve a perda da cultura dos povoados, com seus modos particulares de cuidar da terra e viver com os recursos naturais a que tinham acesso.

Nesse processo de “cercamento” das terras comuns, uma parte da massa de moradores do campo, sem terras e vínculos sociais, dirigiu-se para áreas periféricas da cidade onde havia indústrias e a possibilidade de emprego. Essa população foi se apinhando em guetos e favelas

enquanto buscavam ou trabalhavam nas indústrias (POLANYI, 1980). Entre muitos questionamentos sobre o surgimento da autorregulação do mercado, Polanyi diz:

Não pretendemos afirmar que foi a máquina que causou esta mudança, mas insistimos que quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção numa sociedade comercial, começou a tomar corpo a ideia de um mercado autorregulável (POLANYI, 1980, p. 59).

Segundo Polanyi (1980), a hegemonia do mercado perante à economia, inicia-se com a substituição da necessidade de produção pela necessidade de subsistência pelo lucro. Assim, é a introdução do dinheiro que facilita a troca de produtos, serviços e acúmulo do lucro que:

O mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se autorregular. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado (POLANYI, 1980, p. 60).

Todas as civilizações utilizavam a economia em seu dia a dia, mas nenhuma delas possuía o mercado como controlador, ele era apenas mais um mecanismo dentre outros utilizados. Também é sabido que a lucratividade era exercida nessas comunidades, porém não era um fator primordial nessas relações.

A economia do homem praticada nas civilizações primitivas e arcaicas estava embrenhada em suas relações sociais, tendo como foco seu patrimônio, exigências e situação social, sem que servisse de recurso para garantir o desejo individual. Os bens são valorizados conforme sua utilidade e propósito, sem a preocupação com fins econômicos específicos, e sim nos interesse sociais.

Hoje em dia, a economia se apresenta como um fator dominante que deixa as relações interpessoais e as necessidades humanas em segundo plano para focar no lucro das transações financeiras. A identificação dessa separação na contemporaneidade entre economia e sociedade proporciona a possibilidade de se pensar, inspirados pelos fundamentos da teoria plural de Polanyi, o desenvolvimento de outras práticas de geração e distribuição de renda que contemplem mais aspectos sociais como uma alternativa à economia de mercado. Essas novas práticas não precisam ser utópicas, e sim alinhadas às necessidades dos indivíduos da sociedade.

Entre os novos caminhos, a Economia Solidária é uma alternativa de modelo de gestão que pode trazer benefícios sociais a uma grande parte de indivíduos excluídos da sociedade. E

a partir desse entendimento, e da experiência do Banco Palmas como pioneiro e referência nacional desta prática no Brasil e objeto desta pesquisa, discutira-se-á o conceito de Economia Solidária no próximo item.

## **1.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Diversos autores, como Polanyi (1980), Laville (1994), França Filho (2001), Singer (2009) e Gaiger (2009), concordam com a necessidade de diversificação da economia que não deveria ser dominada pelo mercado, mas sim composta por diversas práticas que a tornem uma “economia plural”. Essa economia deveria integrar diversas práticas econômicas retomando a conexão entre todas as dimensões sociais e a economia.

A economia de mercado vem continuamente cortando os laços sociais, promovendo a competição, individualismo, concentração de riqueza e a desigualdade social de forma endêmica por todo planeta (GAIGER, 2009; LAVILLE, 1994; PIKETTY, 2014). No Brasil, isso se agrava devido ao histórico de pobreza, que vem desde o império, vivenciado por grande parte da população (FRANÇA FILHO, 2001; SINGER, 2009).

Devido à baixa eficácia das políticas públicas em responder efetivamente as necessidades da sociedade de infraestrutura, geração de emprego e renda, fica clara a urgência em buscar alternativas que atendam as demandas dessas pessoas usualmente excluídas da sociedade em termos de serviços públicos como: acesso a saúde, educação, cultura, trabalho, moradia, alimentação, recursos financeiros, enfim, condições dignas de vida. Acompanhamos nas últimas décadas a dominação econômica pela lógica do mercado que vem acarretando no consumo sem limites dos recursos naturais, aumentando a desigualdade social em todo planeta de forma endêmica (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004).

Segundo Gaiger (2007), a Economia Solidária surge no Brasil em 1980 e possui entre seus princípios o intuito de ser uma alternativa ao combate à pobreza e à miséria, através da promoção de condições básicas inerentes à sobrevivência dos indivíduos excluídos da economia e do sistema de proteção social do Estado.

Desde a década de 90, há uma crescente na utilização da Economia Solidária como uma possibilidade ao sistema capitalista de mercado em vigor, sem a pretensão de ser uma substituta antagônica. Tem como objetivo propor iniciativas de produtos e serviços solidários locais que possam trazer melhorias sociais para as pessoas e o seu território. Isso acontece por meio de incentivos à formação de associações e cooperativas ou organizações civis com

valores solidários com bases coletivas e autogeridas. Diversas iniciativas se organizam sob essa égide para desenvolver alternativas às questões locais por meio de atividades econômicas, utilizando um conjunto híbrido de práticas recíprocas onde são integradas três atividades com atores diferentes: voluntários (não-monetário), mercado (mercantil) e Estado (não-mercantil) (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004; SINGER, 2009).

Paul Singer (Áustria, 24/03/1932 - Brasil, 16/04/2018), economista e doutor em sociologia, destaca-se como um dos precursores no Brasil no estudo da Economia Solidária e com produção de diversas obras referentes ao tema. Na plataforma de pesquisa acadêmica WOS, o trabalho mais citado com a palavra-chave “Economia Solidária” é a sua obra “Introdução à Economia Solidária”, e em terceiro lugar, sua obra “A Economia Solidária no Brasil: a auto-gestão como resposta ao desemprego” escrita em parceria com Angelo Ricardo de Souza (PACHECO, 2016).

Para Singer, Silva & Schiochet (2014), a Economia Solidária:

é um processo que se autoalimenta à medida que a comunidade deixa de ser pobre e resignada e se torna consciente de seu potencial, que só se torna realidade se todos os membros juntarem seus empenhos e criatividade em um esforço contínuo e cada vez mais profícuo. É preciso que se saiba também que à medida que o desenvolvimento solidário avançar, será menos difícil que as comunidades que ficaram para trás recuperem o atraso, pois o desenvolvimento local é contagioso, cada comunidade que se desenvolve oferece um mercado crescente às demais em um mesmo território (SINGER, SILVA & SCHIOCHET, 2014 p.03).

A Economia Solidária pretende combater as questões de desigualdade nas áreas econômicas e sociais através de um determinado território, refazendo essa conexão por meio de criação de instituições civis que trabalhem de forma coletiva e cooperativa em uma gestão igualitária (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004). E é neste medida de reconexão com comum, ou com o sentido de coletividade como fim, que este modelo de economia se torna plural.

O capitalismo de mercado junto às práticas do neoliberalismo tem estimulado um estilo de vida contemporâneo baseado na competição no qual é imperativa a necessidade de consumir promovendo uma conduta voltada ao individualismo, à concorrência, à instabilidade, ao culto à aparência, à propriedade privada em detrimento ao Comum<sup>2</sup>. Cada vez mais o homem distancia-se de si e dos outros ao seu redor, da sociedade e da natureza, num movimento que pode ser correlacionado com a obra: “Natureza - Para Pensar a Ecologia” de Moscovici (2007), em que o autor aborda a falência de nossa sociedade, se não for mudada a práxis de separatividade entre o homem e a natureza, considerando ambos como uma parte do meio ambiente.

Além da separatividade identificada por Moscovici, observa-se como a desconexão entre o indivíduo e a comunidade é fomentada pela lógica de consumo da economia, que possui a característica de reforçar o vazio no indivíduo promovendo a falta de relações e interações entre os sujeitos, destruindo a confiança interpessoal, principalmente na base da pirâmide (BAUMAN, 2003). Essas ações corroboram com a competição para acúmulo de riqueza ilimitado e o individualismo. Assim, retroalimentando o sistema por meio do consumo irrestrito de bens materiais, que visa suprir o vazio e a falta do indivíduo, para trazer uma felicidade pessoal (LAVILLE, 1994; FRANÇA FILHO, 2001; CAPRA, 2005; GAIGER, 2009; HESPANHA, 2009; MARTINS, 2016).

Os indivíduos de baixa renda expostos sistematicamente à vulnerabilidade, carência, desemprego e sem renda são os mais afetados, pois vivenciam a perda de autoestima e da posição de indivíduos transformadores de sua própria realidade (DEJOURS, 2007).

Entretanto, as abordagens sobre a Economia Solidária não são unânimes. Podemos distinguir duas linhas principais: aquela dos autores que isentam a Economia Solidária de princípios de redistribuição dos lucros e de reciprocidade (laços comunitários), como Borzaga e Defourny (2004) e Gutierrez (1988); e outra linha, também adotada nesta pesquisa, em que os autores tem esses valores como premissas, como Jameson (1934), Harvey (1935), Eagleton (1943), Hespanha & Namorado (2009), Pacheco (2016) e França Filho & Laville (2004).

Dentro da primeira linha, Borzaga e Defourny (2004) aproximam a Economia Solidária das atividades do chamado Terceiro Setor, tal como se fossem sinônimos. Definindo como um sistema de atividades econômicas que não se encaixa nos poderes públicos e nem no privado, diferindo a forma da gestão dos recursos, ainda sem vínculos sociais.

---

<sup>2</sup> O conceito de Comum será desenvolvido nos próximos capítulos.

Neste contexto, no Brasil, as cooperativas já foram instituições classificadas como formas de Economia Solidária. Contudo, seu propósito envolve a redução de custos de contratação do empresariado e dos benefícios dos trabalhadores. Apesar de operarem na esfera do mercado e não do Estado, elas não realizam distribuição de seus lucros e não possuem as premissas de reconexão de laços comunitários e de engajamento dos indivíduos (FRANÇA FILHO, 2001 e 2002; LECHAT, 2002; EVERS & LAVILLE, 2004; ANDION & SERVA, 2006; PACHECO, 2016). Em paralelo a isso, já não se identifica em todas as cooperativas relações de igualdade e gestão horizontal que são bases para o desenvolvimento e estruturação da Economia Solidária (LIMA, 1998).

Para Gutierrez (1988), a Economia Solidária apresenta características assistencialistas, de combate à desigualdade e à miséria que atinge determinados segmentos sociais. No entanto, o pesquisador concorda que as relações entre seus membros são baseadas na democracia e na igualdade, classificando-a como atividade filantrópica.

As definições de Borzaga, Defourny e Gutierrez não incluem os princípios de reciprocidade e redistribuição identificadas tanto na economia plural (POLANYI, 1980), quanto na Economia Solidária (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004). Com isso, é salientado que essas práticas do terceiro setor se encontram “*desincrustradas*” da economia, por não haver laço comunitário entre os integrantes desses grupos e tão pouco um sistema igualitário e horizontal de gestão.

Já uma segunda corrente remota os valores de reciprocidade e redistribuição, trazendo, para além da mudança do modelo de gestão privado ou estatal, a “*incrustação*” da economia.

Para os pensadores neomarxistas como Fredric Jameson (Estados Unidos, 1934), David Harvey (Reino Unido, 1935), Terry Eagleton (Reino Unido, 1943), entre outros, o conceito de Economia Solidária está relacionado a uma área de estudo própria e distinta, constituindo-se por um modo de produção diferente do capitalismo. Esse modo alternativo ao capitalismo deve promover o bem-estar social e o acesso ao Comum (ANDION & SERVA, 2006; DARDOT & LAVAL, 2017).

Hespanha & Namorado, (2009) e Pacheco (2016) ponderam que a Economia Solidária deve ser vista como uma proposta entre duas diferentes realidades, sendo a primeira o combate à ineficiência do Estado, e a segunda, à crise financeira – ambas considerando as demandas sociais e o lugar do indivíduo na sociedade.

E enfim, para França Filho & Laville (2004), a Economia Solidária se opõe, como uma alternativa territorial, ao individualismo da economia do mercado presente na sociedade. A partir dessa abordagem, com a qual esta tese compartilha e adota como referencial, organizam-se diversas práticas com princípios de colaboração, cooperação e gestão horizontal, como por exemplo: finanças solidárias, desenvolvimento de software livre, redes de comércio justo, coletivos de geração de renda etc.

Na segunda corrente adotada, os autores acima enfatizam uma forma de economia que pode fazer parte da economia de mercado sem a pretensão de substituí-la. Pelo contrário, a Economia Solidária é vista como uma alternativa e complementação à economia de mercado, que se impôs a todas as outras práticas complementares de economia até então praticadas de forma mais equilibrada na sociedade. Para Laville e Gaiger (2009), a Economia Solidária engloba um conjunto de práticas pautadas na gestão horizontal, na autonomia e na cooperação, alicerçadas pela manutenção de laços sociais em contraposição à economia de mercado caracterizada por um comportamento individualista.

É nesta medida que a Economia Solidária é plural, pelos laços de reciprocidade e fins sociais em detrimento do mercado como protagonista, propondo um modelo de gestão compartilhada não apenas dos recursos, mas também do controle e processo produtivo, pelo modelo autogestionário. Ou seja, na Economia Solidária os fins e os meios são coletivos.

A Economia Solidária tenta, em uma escala menor a de um território, cuidar de aspectos plurais ignorados pelo mercado. A primeira questão que se busca endereçar está ligada à solução de problemas corriqueiros da comunidade local, por meio de associações e engajamento nas políticas públicas cuidando do Comum, que a princípio seria uma função do Estado. A segunda, foca em transformar a escassez e desigualdade de acesso a produtos e serviços dessa região, por meio de acesso à renda e aos postos de trabalhos. Já a última trata dos vínculos sociais, conectando as duas práticas anteriores por meio da cooperação, da coletividade e pertencimentos dos membros da comunidade nas atividades do território (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004). Deste modo, a Economia Solidária visa resgatar as relações sociais e humanas separadas desde quando o mercado assumiu hegemonicamente o controle da economia, separando-a dos vínculos sociais e, conseqüentemente, de práticas que a sustentavam: economia doméstica, redistribuição e reciprocidade.

França Filho & Laville (2004) também identificam na sociedade atual a manutenção de outros tipos de economia inseridos na economia hegemônica. Esses outros tipos são a

doméstica, a pública e a solidária, cada uma delas com diversas práticas e camadas de atuação em vários níveis e segmentos sociais. Essas práticas seguem a manutenção de relação de solidariedade entre as pessoas. Assim, a teoria de dádiva ainda pode ser identificada na contemporaneidade através de relações de apoio aos membros de mesma religião, entre estudantes, amigos e na realização de atividades profissionais. A Economia Solidária pode abranger diversas atividades para fomentar a economia local, gerar renda, trabalho, melhorias para o território e cidadãos, por meio de práticas como associações, comércio justo, finanças solidárias, agroecologia, clube de trocas, cursos de capacitação, dentre outros (LEAL, 2015).

O capitalismo vem funcionando de forma implacável, levando comportamentos antes restritos às empresas e organizações para a sociedade como um todo. Incitando, entre as relações sociais dos homens e entre o homem e a natureza, um dia a dia de competição, de necessidade de superação constante, de desconexão com o outro e com a natureza, exploração de recursos naturais e humanos, para manter ativa uma economia dominada pelo individualismo, consumismo e acúmulo de capital. Deste modo, fica a questão: como a Economia Solidária, entendida segundo esta última abordagem, se apresenta como uma possibilidade de se contrapor ao capitalismo no cenário econômico e político atual por meio de uma gestão na qual as pessoas possam assumir o papel de protagonistas de suas vidas? Buscando recursos teóricos e conceituais para esta discussão, iniciar-se-á a seguir uma tentativa de compreender "a gestão do Comum". Comum, como será abordado, se apresenta como uma possibilidade de contraposição ao capitalismo no cenário econômico e político atual, por meio de uma gestão na qual as pessoas podem assumir o papel de protagonistas de suas vidas e da gestão do Comum para comunidade (DARDOT & LAVAL, 2017; OSTROM, 2000).

### **1.3 O COMUM**

Para Dardot & Laval (2017), a retomada do conceito e da prática do Comum acontece nos anos de 1990 sobre um ciclo de dismantelamento do Estado, das políticas de bem-estar e decadência do comunismo. O Comum surge junto às lutas sociais, culturais e mobilizações políticas, como uma alternativa aos que não estavam satisfeitos com a liberdade neoliberal do capitalismo e Estado empresarial, que vem privatizando todas as camadas da vida. Entretanto, o Comum não vem a ser uma releitura do comunismo, pois os autores não acreditam no Estado como proprietário dos meios de produção e da administração pública. Veem nessa

instituição uma falência de ações e perspectivas sociais. O conceito de Comum propõe uma nova forma de contestar o sistema atual ou até mesmo considerar a sua superação através do uso coletivo de recursos e autogestão (DARDOT & LAVAL, 2017).

Para explicar o Comum faz-se necessário uma breve análise conceitual de seus múltiplos significados e multidisciplinaridade, pois o Comum vem sendo tratado ao longo do tempo por diversas áreas do conhecimento como: política, direito, sociologia, filosofia e economia, dentre outras. Esta característica de possuir múltiplos significados pode ser uma barreira linguística e interferir na compreensão do tema, trazendo até mesmo um sentimento de banalidade por expressões utilizadas rotineiramente, tais como “senso comum”, que parte do pressuposto ser de notório conhecimento, partilhado, universal e, simultaneamente, entendido por todos, como também algo frequente, corriqueiro e habitual (DARDOT & LAVAL, 2017). Sendo assim, serão apresentadas algumas definições sobre o Comum, principais significados, aspectos e o que servir para ampliar a compreensão de práticas que surgem como alternativas a formas econômicas ou modos de viver em vigor.

### 1.3.1 A ESCOLHA DA TERMINOLOGIA

Em Português temos diversas palavras, como *rossio* e *baldio*, que poderiam passar a ideia do Comum, mas não cumprem essa função devido à falta de aderência ao significado da língua inglesa que utiliza a palavra *commons* para definir as práticas de Comum, seja no singular e no plural. A palavra *commom* possuía em sua origem, na Inglaterra medieval, o significado de compartilhamento de terras e, posteriormente, nos Estados Unidos da América servia para designar áreas públicas como parques e praças, mantendo a essência desse significado de compartilhamento até os dias atuais (VIEIRA, 2014).

Além das questões linguísticas, ainda se apresentam os desafios de conceituação por área de conhecimento e entre pesquisadores da mesma área. Diante de tantas possibilidades de classificação do Comum, chegamos a duas opções finais: “bens comuns” e “Comum”. Essas duas expressões possuem a vantagem de serem autoexplicativas e generalistas ao mesmo tempo. Contudo, devido ao alinhamento de entendimento do Comum utilizado por Negri e Hardt (2005), opta-se por utilizar nesta dissertação o termo Comum mantendo o “C” maiúsculo, a fim de evitar possível confusão com o adjetivo “comum” e manter seu sentido conceitual. Por isso, ainda que a expressão escolhida Comum possa apresentar alguma

desvantagem em relação às outras opções, ela será seguida em toda a dissertação. É importante destacar que, em casos específicos como da autora Elinor Ostrom, manterá-se a terminologia “bens comuns”, adotada em sua obra.

### 1.3.2 DELIMITAÇÕES DE COMUM, PÚBLICO E PRIVADO

Para iniciar as delimitações do termo Comum, serão abordados alguns conceitos para alinhar definições que podem ser controversas, começando com a diferenciação entre os termos: Comum, público e privado, conceituados diferentemente nas áreas de Economia e Direito (HESS & OSTROM, 2003).

Nas áreas de Direito e Economia existem as categorias de Comum público e Comum privado. Para o Direito são definidos tipos de propriedade Comum, propriedade pública e propriedade privada, e na economia surgem os tipos de bens: bens comuns, bens públicos e bens privados. (VIEIRA, 2014)

Segundo Vieira (2014), essas categorias se diferenciam entre as áreas de Direito e de Economia da seguinte forma:

a) Direito – na perspectiva jurídica as categorias de propriedade Comum, pública e privada fundamentam-se na relação social construída entre as pessoas e os bens. Contudo, essa definição jurídica de Comum é demonstrada no Direito Romano através da *res communes* que é uma propriedade de todos sem a permissão de apropriação (ROSE, 2003), como exemplo, o caso das águas dos mares e rios, ao contrário da definição econômica que veremos a seguir em que se permite uma apropriação exclusiva.

b) Economia – os bens são categorizados como bens de exclusividade e de rivalidade. Bens de exclusividade – refere-se ao custo alto ou baixo de limitação de acesso ao bem. Bens de rivalidade – quando a utilização desse bem por uma pessoa diminui a disponibilidade deste e na maioria dos casos impede a sua utilização por outra pessoa, são classificados como de alta ou baixa rivalidade.

Exemplificação: Bens de exclusividade – um carro de luxo possui um alto custo, o que torna exclusivo para pessoas com maior poder aquisitivo, enquanto um carro popular por ter menor custo torna-se menos exclusivo, pois mais pessoas possuem acesso ao bem. Bens de rivalidade – caso um grupo de seis pessoas se reúnam em uma praça pública para assistir a um concerto musical e existam somente quatro cadeiras disponíveis para sentar. As quatro

cadeiras serão classificadas como bem de alta rivalidade, pois quando quatro pessoas sentarem o bem se esgotará e as outras duas pessoas ficarão sem acesso às cadeiras. Entretanto, as pessoas que estão utilizando as cadeiras, bem como as pessoas que ficaram de pé, ambas podem usufruir do concerto musical. Sendo assim, a classificação do concerto como um bem de baixa rivalidade.

Nesse contexto, a economia classifica bens públicos como bens dificilmente excluíveis e de baixa rivalidade, que correspondem à propriedade pública e ao Estado proprietário; bens privados como alta rivalidade e facilmente excluíveis, que correspondem à propriedade privada quando uma organização (pessoa jurídica) ou pessoa física é proprietária do bem; bens de clube como baixa rivalidade e facilmente excluíveis, no entanto, estes não serão abordados nessa dissertação; recursos de uso Comum como alta rivalidade e dificilmente excluíveis, quando o proprietário é uma pluralidade de indivíduos ou uma coletividade (HESS & OSTROM, 2007; PILATI, 2009).

Dessa forma, pode-se entender no contexto do Direito as expressões público, privado e Comum como uma propriedade integrada às relações sociais, enquanto na vertente econômica esses termos são alicerçados na função da natureza dos bens.

### **1.3.3 ARQUEOLOGIA DO COMUM**

Pierre Dardot & Christian Laval (2017) desenvolveram um trabalho inspirador no livro “Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI”, que será o guia nesse descobrimento do Comum, sem a pretensão de mencionar todas as definições e conceitos historicamente concedidos ao Comum nas diversas áreas de conhecimento.

A dificuldade ressaltada por Dardot & Laval (2017) em definir o termo Comum ocorre devido à diversidade de definições realizadas por diversos segmentos sociais, que até o dia de hoje influenciam a nossa representação de Comum. Eles destacam três principais forças influenciadoras dessa interpretação. A primeira, teológica, define o Comum como finalidade suprema das instituições políticas e religiosas: a norma superior do bem comum deveria ser o princípio de ação e conduta de todos os que têm corpos e almas sob sua responsabilidade. A segunda, jurídica, estende-se ao discurso economicista sobre a classificação e apropriação dos bens seguindo uma “ordem de classificação” mundial como o ar, a água ou conhecimento. A terceira, filosófica, identifica o Comum ao universal, o que é Comum a todos ou o ordinário

que não é passível de classificação. Contudo, como eles próprios, Hespanha (2009), Hardt & Negri (2005) pensam o Comum como naturais ou criados pelos homens.

O significado Comum em latim, *commune*, pode ser identificado como obrigação de reciprocidade no exercício de responsabilidades públicas, quando todos são convidados a se engajar em uma mesma atividade de forma colaborativa. Os exercícios dessas atividades produzem subjetividades e códigos culturais e jurídicos que regem as ações no sentido político do Comum. Esse conceito vai ao encontro do que propõe o Comum em grego, *koinón*, idioma político datado do período aristotélico, período em que os cidadãos abordam sobre o que é necessário para a cidade e o que deve ser feito (DARDOT & LAVAL, 2017).

Dardot & Laval (2017) afirmam que a expansão do capitalismo por todo globo desde o século XIX vem destruindo as condições de vida e o meio ambiente, transformado a subjetividade através de uma política econômica deliberada e auxiliada pelo Estado, que deveria zelar pelo bem-estar social.

Nos dias atuais, percebemos que não é possível contar com o Estado para enfrentar os retrocessos sociais, promover a justiça social e proteger a população da dinâmica predatória do mercado financeiro. Visto que a cada momento são retirados dos cidadãos direitos conquistados anteriormente, além da redução de serviços assistenciais e da qualidade dos serviços que sobraram nas áreas de saúde, educação, habitação e previdência social. Podemos citar no Brasil como alguns traços deste diagnóstico: o aumento da idade mínima de aposentadoria dos trabalhadores<sup>3</sup>; ineficiência na distribuição de medicamentos gratuitos assegurados por lei<sup>4</sup>; e baixa qualidade de ensino<sup>5</sup>, na maior parte, das escolas da rede pública, dentre outros.

Dardot & Laval (2017) revelam que o Comum em é uma oposição à essa lógica de expropriação e exclusão proposta pelo neoliberalismo, apresentada por Erdogan Bakir (2006), que pretende confiscar o Comum expropriando a utilização de espaços públicos. O conceito de Comum, para Dardot & Laval (2017), posiciona-se contra esta racionalidade neoliberal, por meio de busca de ações coletivas de novas práticas democráticas e transparentes.

<sup>3</sup><https://saberalei.jusbrasil.com.br/artigos/418721176/criticas-a-idade-minima-de-65-anos-para-aposentadoria-novas-regras>, acessado 04/05/2019.

<sup>4</sup><https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/02/pacientes-transplantados-ou-com-doencas-cronicas-sofrem-com-falta-de-remedios-de-alto-custo-na-rede-estadual-de-saude.ghtml>, acessado 04/05/2019.

<sup>5</sup><https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://temas.folha.uol.com.br/e-agora-brasil-educacao/introducao/ensino-de-ma-qualidade-acentua-desigualdade-e-violencia-no-pais.shtml>, acessado 04/05/2019.

Prioritariamente, o Comum não se dá em uma lógica isolada pelo pensamento soberano de um dominante. Os aspectos que objetivam o Comum podem ser dispostos como uma sincronização de eixos que a priori são determinados como fundamentais para a coletividade sem possuírem a pretensão de uma efetiva garantia de que todos possam atingir o objetivo que é proporcionar o Comum para todos.

Quando um grupo se une em prol de um objetivo em Comum, os benefícios podem ser otimizados, a partir do instante em que os envolvidos nesse processo compartilham seus saberes, vivências e aprendizados. Isto potencializa o conhecimento de todos, além de diminuir o tempo de produção do que está sendo construído.

Os autores ressaltam que em detrimento disso, o aglomerado de pessoas que está disposto a assegurar o Comum deve possuir coerência em suas causas, sem deixar que a sua heterogenia seja utilizada com má-fé, restringindo-se a uma causa particular. Ao mesmo tempo, esse grupo de pessoas deverá estar disposto a alcançar sucesso dentro do que fora proposto, considerando as demais forças envolvidas para aquele produto tomar forma concreta. Por isso, vale ressaltar que o Comum possui o caráter de produção meramente resultante de uma obra construída por todos os sujeitos arrolados.

Desde o início dos tempos, vive-se em um mundo interconectado onde cada ser vivo e os elementos da natureza possuem uma função dentro de seu ecossistema, que irá interagir com outros biomas, partindo de um microuniverso para a formação do bioma de todo o planeta, não importando seu tamanho, mas sim sua função e conexão com outros seres, que irá positiva ou negativamente em uma autorregulação quase que perfeita buscar o equilíbrio (BATESON, 2000). Hoje no século XXI, mesmo após diversos estudos e pesquisas que em sua maioria abordam os assuntos de forma disciplinar, isolada em sua área de conhecimento específica, a humanidade em sua maior parte ainda não conseguiu integrar de forma duradoura e hegemônica uma postura de cooperação e relação ganha-ganha entre seus pares, natureza e sociedade.

Os desafios ambientais, por exemplo, hoje não são os únicos responsáveis em rever o desenvolvimento e questões das populações. Há uma profunda e necessária emergência de olhar para todo o quadro social de pessoas excluídas de suas sociedades e sem acesso ao Comum, como definido por Hardin (1968). Dardot & Laval (2017) abordam essa deficiência em na sociedade como a tragédia do não Comum, que é entendida como a humanidade dominada por oligopólios, grupos políticos e classes sociais hegemônicas que mantêm a

maior parte da sociedade em cárcere através de controle econômico, gestão do desemprego e manutenção do medo e escassez.

Para melhor entendimento da “tragédia do não Comum” como definido por Dardot & Laval (2017), é necessário compreender “a tragédia do Comum” Hardin (1968).

Na “Tragédia dos Comuns” (*The Tragedy of the Commons*), Hardin (1968) utiliza uma metáfora em que diferentes pastores de ovelhas esgotariam um pasto público a fim de aumentar seus lucros, acrescentando mais de suas ovelhas ao pasto coletivo. A ideia central da analogia seria que os interesses individuais na relação do uso excessivo de recursos finitos levam ao seu esgotamento e perdas coletivas. Assim, a “tragédia” parte do uso intensivo de bens Comuns.

A tragédia do Comum elaborada por Hardin (1968) levantava a hipótese de que os indivíduos sem a regulação do mercado ou Estado consumiriam os recursos Comuns de forma predatória até a sua extinção. Sendo assim, para garantir a preservação desses recursos “Comuns” seriam necessários sistemas de coerção e incentivos a comportamentos desejados. Assim, a solução para as questões de administração dos recursos Comuns seria do Estado cuidando da parte legal e o mercado responsável pela a gestão.

Neste caso, o Comum, criado pela e para a coletividade, deixa de ter o social como fim, o que na Economia Solidária é o que identifica as relações de troca e redistribuição. Ou seja, na “tragédia dos Comuns”, quando o aglomerado de pessoas que está disposto a assegurar o Comum possui divergências de objetivos, restringindo-se a uma causa particular, o Comum, ao invés de reforçar os laços sociais e os princípios de reciprocidade, favorece o individualismo e a extinção de recursos.

Assim, faz-se necessário pensar em práticas sociais e econômicas que possam ser alternativas ao capitalismo econômico atual, em que o foco das decisões seja pautado na solidariedade e na coesão social, assumindo como pilar o autogoverno do Comum, como proposto por Ostrom (2000). A partir dessa abordagem, pode-se formar uma nova relação entre autonomia social, Estado, mercado e responsabilidade civil por meio de formações sociais alternativas e de políticas internas.

Cabe no próximo item revisitar a abordagem de Ostrom, que é considerada importante no cenário atual, pois evidência em sua noção do Comum a atuação da comunidade local como gestora dos recursos Comuns.

### 1.3.4 COMUM POR ELIONOR OSTROM

Neste capítulo seguiremos focando na teoria de Elinor Ostrom (2000), buscando a partir de revisão bibliográfica aprofundar estudos na teoria de gestão coletiva do Comum que se alinham à Economia Solidária, na qual as pessoas se unem de forma associativa para realizar a gestão de suas próprias organizações e processos.

Elinor Ostrom (Estados Unidos, 1933 – Estados Unidos, 2012) foi uma das principais pesquisadoras da atualidade, fundadora da fundação da IASC (*International Association for the Study of Commons*) e teve em 2009 sua vasta produção acadêmica reconhecida com o “Prêmio Nobel” em economia.

Será abordada a gestão coletiva da administração do Comum de Ostrom (2000) como um modelo alternativo ao capitalismo de mercado, para fomentar acesso a bens e serviços de pessoas que se realiza por meio da formação de instituições auto-organizadas por membros do território, como uma alternativa ao poder do Estado e do mercado.

Antes de uma explicação mais detalhada da visão de Ostrom, faz-se necessário expor a teoria convencional do Comum, citada no item anterior, criticada pela autora. Ela parte do pressuposto de que os indivíduos, que passam por desafios devido às ações externas criadas por outras pessoas, possuem visão limitada e tomam atitudes e posicionamentos de curto prazo, o que leva a não agirem de forma colaborativa com prejuízo de todos. Facilmente entendido por um ditado popular de autor desconhecido: “farinha pouca meu pirão primeiro”. Essa expressão retrata o individualismo das pessoas ao se depararem com recursos restritos e em pouca disponibilidade. Assim, agem impulsionadas pela necessidade de garantir sua parte prioritariamente, e não se importando com os meios e prejuízos que possam ser causados aos demais.

A fundamentação de Ostrom (2000) se dá a partir de três pilares: a lógica da ação coletiva, a tragédia dos comuns e o jogo do dilema do prisioneiro para embasar sua teoria, como detalhados a seguir.

A lógica da ação coletiva, segundo estudos de Mancur Olson (1965) sobre teoria dos conjuntos, investiga especificamente relações sociais mais complexas com interesses pela produção de bens públicos. Nesse cenário havia uma tendência dos estudiosos do campo da ciência política a acreditarem que as pessoas envolvidas nesse tema naturalmente agiriam em prol desse Comum (VIEIRA, 2014).

No entanto, Olson (1965) argumenta que os indivíduos não são capazes, na maior parte do tempo, de propor um bem-estar Comum coletivo em detrimento ao seu bem-estar individual. Todavia, isso pode acontecer em pequenos grupos, pois em grandes grupos o alto custo de organização se sobreporia às vantagens individuais obtidas, o que minimizaria os incentivos para o engajamento individual, que poderia sofrer mais ainda com o fato do membro do território poder usufruir do benefício conquistado sem ter colaborado para a constituição deste. Para Olson (1965) a escolha do coletivo em detrimento ao individual só aconteceria em grupos pequenos ou sob coerção de um poder externo, entre eles o Estado, para grandes grupos terem mais chances de alcançar um objetivo Comum.

Dessa forma, a aplicação da lógica da ação coletiva para o Comum pode ser explicada por meio do seguinte cenário hipotético: a improbabilidade de várias comunidades se articularem para instalação e gestão de um sistema Comum de tratamento de esgoto sanitário. Nessa lógica, somente o Estado de forma coercitiva proveria a constituição e gestão desse sistema, por meio de determinação de regras, técnicas utilizadas e a imposição a todas as comunidades a construí-la utilizando-se da cobrança de impostos.

Os três conceitos abaixo formam, segundo Ostrom (2000), a visão de uso geral que destaca os desafios enfrentados quando uma comunidade vislumbra implementar a possibilidade de benefícios coletivos. Isso se evidencia quando adquiridos benefícios de forma coletiva e esse compartilhamento é usufruído também compartilhadamente, independente do esforço individual de alguma pessoa, que pode gerar desmotivação para esse indivíduo cooperar com as atividades para o Comum.

Entretanto, a autora reconhece que nenhum das três esferas possui uma solução ótima para todas as questões em todos os momentos. Porém, destaca a possibilidade de identificar a viabilidade de êxito ou fracasso de usuários, em pequena escala, por meio da auto-organização, para realizar a gestão do Comum em um determinado território.

Com essa teoria, Ostrom (2000) identifica modelos que devem ser considerados para realização de estudos empíricos e teóricos. Esses modelos podem ser úteis para identificar a utilização do Comum em menor escala. Entretanto, devem ser revistos em cada cenário específico e adaptados para atender as demandas do território e usuários.

Essa credibilidade concedida aos usuários para atuarem por meio de uma gestão coletiva ao longo dos anos desenvolve neles uma segurança emocional e um capital humano capaz de aumentar a capacidade de gestão de recursos e mostrar aos que elaboram as políticas

públicas que o conhecimento local possui o seu valor e não deve ser simplesmente descartado por um conhecimento universal e global imposto a todas as comunidades sem respeitar as especificidades de cada território.

O Comum atualmente podem ser recursos naturais (rio, mar, floresta, petróleo etc.) e desenvolvidos pelo homem, separados como bem tangíveis e intangíveis (internet, cultura, tipo de alimentação, recursos financeiros). Esse acesso pode ser restrito a um indivíduo ou uma organização empresarial, ou a diversas pessoas e grupos empresariais que utilizam o Comum simultaneamente.

Dessa forma, Ostrom (2000) fala sobre o movimento de pessoas que podem se associar em um grupo para buscar, de forma colaborativa, algumas soluções para determinadas questões de um território que visam promover o bem-estar Comum da comunidade. Essas associações deveriam atuar sobre os preceitos de: a) provisão de mecanismos de confiança e estímulo do sentimento de comunidade (BATES, 1988 apud OSTROM, 2000); b) regras transparentes de utilização do Comum, definição de tempo, quantidade, meio de utilização etc., todas essas definições corroborando para a sustentabilidade do recurso e necessidades do território; c) monitorar a utilização dos recursos conforme acordos definidos, e se necessário, ativar penalidades para manutenção do bom uso dos recursos.

Mesmo com tanto reconhecimento do trabalho de Elinor Ostrom, alguns autores levantam pontos relevantes deixados de lado pela pesquisadora. Serão aqui abordadas algumas limitações no desenvolvimento de sua teoria; o primeiro deles, reconhecido pela própria Ostrom (2007), o valor auferido aos Bens Comuns: “[...] *the concept of the commons is a battlecry for free speech, universal open access, and self-governance[...]. But a commons is not value laden – its outcome can be good or bad, sustainable or not* (HESS & OSTROM, 2007, p.14).”<sup>6</sup> Atualmente o entendimento de Comum se expande para uma forma bem mais ampla englobando recursos econômicos, culturais e naturais.

Desta forma, os Bens Comuns não devem ser agregados de juízo de valor. Sendo, contudo, possível de ser mensurados por meio de impactos positivos ou negativos e comparado, por exemplo, com uma alternativa positiva ou negativa para fortalecimento de um território e sua comunidade frente exclusão promovida pelo capitalismo atual.

---

<sup>6</sup> “[...] o conceito dos Comuns é um grito de liberdade de expressão, ao acesso universal aberto e autogoverno [...]. Mas um Bem Comum não é valorizado - seu resultado pode ser bom ou ruim, sustentável ou não (HESS & OSTROM, 2007, p.14) ”. (Tradução livre).

A segunda limitação está ligada ao nível de escala e também de certa forma reconhecida por Ostrom (1990). Em seu livro *Governing the Commons*, as experiências de Bens Comuns são realizadas em territórios com a participação máxima de 15.000 integrantes. O que torna desafiador o cuidado dos Bens Comuns em escala global. Harvey (2011), como já ressaltado anteriormente na página 37, realiza uma crítica à Ostrom (2000) sobre a limitação das soluções de pequeno porte defendidas não serem capazes de cuidar da complexidade das questões de escalas maiores.

É importante salientar que a teoria do Comum foi inicialmente utilizada com foco nos recursos naturais, inclusive por Ostrom (2000) que adicionou em seus estudos a governança democrática e a prática de uma abordagem metodológica com trabalho de campo, modelagem computacional e aplicação da teoria dos jogos, tudo isso de forma interdisciplinar (JAGGER, 2009).

Em pesquisas de áreas mais tradicionais como economia e administração, percebemos um debate maior de responsabilização do combate à pobreza e à escassez, ora sendo defendido como responsabilidade do Estado e ora pelas empresas capitalistas. Na teoria de Ostrom (2000) e nos estudos de Economia Solidária, levanta-se uma terceira possibilidade para cuidar dessas questões, por meio de iniciativas coletivas de administração de recursos econômicos, financeiros e educacionais. Essas iniciativas no campo serão abordadas no capítulo 2.

Ostrom (2000) inova ao propor em sua pesquisa a necessidade de dar lugar aos membros de uma comunidade local a possibilidade de realizarem a gestão de seus próprios recursos ao invés de deixar esse poder exclusivamente sob controle do mercado e do Estado. Seu conceito de gestão coletiva do Comum demonstra que as pessoas dispõem a capacidade de se auto-organizar e desenvolver mecanismos de colaboração que podem ser perpetuados por um período indeterminado, sem extingui-los.

Contudo, para haver sucesso na gestão desses recursos por tempo indeterminado, Ostrom (1990) destaca os princípios necessários para alcance desse objetivo: definição clara de limites (tanto da comunidade, bem como do conjunto de recursos), acordos constituídos e acompanhados pela comunidade e formação de comitês para solução de conflitos.

Para Ostrom (1990), o Comum restrito de acesso aberto, sem gestão, torna-se uma situação que não sustenta a cooperação entre os membros do território necessária para a

longevidade dos recursos naturais por tempo indeterminado, aproximando-se de um “dilema do prisioneiro”<sup>7</sup>.

Nas experiências relatadas por Ostrom (2000), foram identificados cenários onde as pessoas podem utilizar insumos locais disponibilizados no território de forma colaborativa por longo prazo, ao contrário do conceito adotado até então e marcado pela “Tragédia dos Comuns” elaborada do Hardin (1968). Contudo, o cenário para desenvolvimento dessas práticas de gestão coletiva deve incluir regulamentos de utilização dos recursos dos usuários do território, comunicação entre eles, e realização de acordos e penalidades desenvolvidas pela própria comunidade que utiliza os recursos. Esses três aspectos trariam maior comprometimento e engajamento para a comunidade desse território cuidar do Comum.

Sobre a tragédia do Comum, Garret Hardin (1968) discorria sobre a perenidade dos recursos naturais quando utilizados simultaneamente por vários indivíduos ou organizações, o que pode levá-los ao seu esgotamento.

O jogo do dilema dos prisioneiros, um jogo, não cooperativo, que pressupõe que não existe colaboração entre os sujeitos. Questiona a compreensão da racionalidade, pois todas as escolhas no jogo são realizadas individualmente, sem comunicação, o que o jogador da rodada define é soberano naquele momento, não havendo possibilidade de negociação ou manipulação (HARDIN, 1968).

Contudo, para David Harvey (2011) não há efetividade da gestão do Comum como defendida por Ostrom, pois a proposta da pesquisadora só seria funcional em pequena escala e não aplicável em grande escala, onde seria necessária a implantação de um sistema hierárquico para a gestão do Comum. O que parece ser uma boa maneira de resolver problemas em uma escala não se sustenta em outra. Harvey (2011) levanta ainda que boas práticas e resultados alcançados em uma escala local não necessariamente são sustentáveis em escala global. Nesse sentido, a intervenção do Estado com a criação de regras e políticas de gestão pode ser necessária. Além disso, para Harvey (2011), Ostrom não expressa nenhum interesse em outras formas de propriedade Comum, como materiais genéticos, conhecimento e bens culturais que estão sob ataque nos dias de hoje através da mercantilização.

A abordagem de Harvey (2011) se fundamenta na construção de uma nova forma de produção, calcada sob as facilidades adquiridas com os avanços tecnológicos atuais que

---

<sup>7</sup> O dilema do prisioneiro, elaborado em 1950 por Merrill Flood e Melvin Dresher, trata-se de um estudo, com preceitos matemáticos, para quantificação das interações sociais e os resultados das mesmas, onde os participantes, a cada jogada, decidem, entre duas opções: a cooperar ou desertar.

permitem uma reconfiguração do mercado de trabalho e produção, pois já não são mais necessárias grandes quantias de capital financeiro, estruturas industriais, verticalizadas e hierárquicas. A fácil circulação de informação e comunicação promove condições favoráveis para os indivíduos realizarem tarefas de forma mais independente, sem a necessidade do Estado e de empresas.

### 1.3.5 COMUM POR MICHAEL HARDT & ANTONIO NEGRI

Hardt & Negri se interessam em estudar um aspecto deixado em segundo plano ou até mesmo negligenciado por Ostrom. Ao falarem de Comum, fazem no singular como uma compilação de toda riqueza natural e imaterial que forma uma tessitura de socialização entre os membros do território. Esse Comum com olhar mais intangível torna-se foco dos estudos desses pesquisadores.

A constituição de Comum para Hardt & Negri (2009) vai além de atividades produtivas desenvolvidas com intuito instrumental, com um fim único e concreto específico, como por exemplo, a construção de uma praça, transcendendo para a construção relacional resultante de encontro, amor e afecções e do trecho abaixo:

*Certain orchids give off the odor of the sex pheromone of female wasps, and their flowers are shaped like the female wasp sex organs. Polination is thus achieved by 'pseudocopulation' as a male wasps move from one orchid to the next, sinking their genital members into each flower and rubbing off pollen on their bodies in the process. 'So wasps fuck flowers!' Felix Guatarri exclaims with rather juvenile glee in a letter to Gilles Deleuze [...]The fabule is devoid of intentions and interests: the wasps and orchids are not paragons of virtue in their mutual aid, nor are they models of egotitic self-love<sup>8</sup>.(HARDT & NEGRI, 2009)*

Dessa forma, segundo Vieira (2014), pode ser compreendido o Comum como um artifício para promover mais interação social e difusão do Comum. Assim, o excesso produzido, por meio das atividades das pessoas, projeta-se na comunidade e não é relevante identificar o apropriador e o produtor. Esse cenário corroborou para o fomento de um trabalho

---

8 Certas orquídeas emitem o odor femininodo feromônio sexual, e suas flores têm a forma dos órgãos sexuais femininos da vespa. Assim, a polinização é conseguida por meio da "pseudocopulação" quando as vespas machos se movem de uma orquídea para a outra, afundando seus membros genitais em cada flor e esfregando o pólen em seus corpos durante o processo. "Então as vespas fodem as flores!" Felix Guatarri exclama com um pouco de alegria juvenil numa carta a Gilles Deleuze [...] A fábula é desprovida de intenções e interesses: as vespas e orquídeas não são modelos de virtude em seu auxílio mútuo, nem são eles modelos de egoísmo egótico (Traduzido livremente pelo autor).

imaterial que ajudou na formação de redes de colaboração, ressignificando a subjetividade, por meio do simbólico, conhecimento e afeto (NEGRI & HARDT, 2005), criando então novas formas de vida social.

Este capítulo teve como objetivo a revisão da literatura sobre Economia Solidária e Comum. Conclui-se que para diversos autores a Economia Solidária associada à questão do Comum traz um entendimento mais amplo que o aspecto só financeiro. Vê-se a seguir, salientado por diversos autores Singer, Laville, França Filho, que a Economia Solidária, Bancos comunitários e moedas sociais têm um objetivo maior que o financeiro, percebido no sistema capitalista contemporâneo em que os resultados financeiros justificam os meios. Na Economia Solidária é fundamental o estímulo e a recuperação do senso coletivo, no qual as pessoas participam do processo decisório, exercem liderança, gestão dos empreendimentos solidários e se importam com as outras, num processo de fortalecimento das relações sociais e comunitárias, de integração do homem, sociedade e natureza. Como ferramenta para a ressignificação das relações deve ser desenvolvida uma sistematização de autogestão de forma igualitária e horizontal onde a participação do indivíduo é fundamental para sua inserção social e desenvolvimento da economia local (gerando renda e trabalho), bem como das áreas: social, de cultura, de educação, de moradia, de saúde entre outras.

As iniciativas de Economia Solidária se contrapõem à privatização do Comum e à mercantilização da vida diária, como defendido por Laville (2014), e indispensável na promoção de novos modos de produção, consumo e relacionamento.

A partir da abordagem teórica apresentada, a Economia Solidária será estudada em alinhamento à temática do Comum, como uma prática adotada no Conjunto Palmeiras para desenvolver o território e seus sujeitos, reintegrando-os em uma comunidade a partir de um viés psicossocial. Para isso, no próximo item o referencial teórico de Bancos comunitários, moeda social e plataforma digital serão apresentados.

#### **1.4 OS BANCOS COMUNITÁRIOS**

Os Bancos comunitários podem ser considerados como Economia Solidária ao promover não só mudanças econômicas como também nas relações sociais a partir de uma perspectiva endógena de fortalecimento do território. Eles serão apresentados a seguir como uma metodologia eficiente para fomentar a Economia Solidária na prática, pois além das

finanças solidárias, promovem educação e empreendedorismo através de cursos e de conscientização dos atores, do seu poder de manifestarem seu protagonismo de empreendedores sociais em suas vidas.

Os últimos anos do século XX foram marcados pela retomada de associações e cooperativas formadas coletivamente e autogeridas de forma horizontal por movimentos sociais, organizações civis e redes de colaboração, sem a intervenção do Estado e do mercado (PROUTEAU, 2003; DEMOUSTIER et al., 2003). Algumas dessas instituições dedicaram-se ao combate da pobreza formando iniciativas de Economia Solidária. No Brasil, o Banco Palmas foi pioneiro, neste sentido, sendo um estudo de caso importante a ser considerado.

Percebe-se que existem várias formas de se praticar a economia através de modos de produção e redistribuição e gestão passando por um projeto democrático de inclusão do social (LAVILLE, 2014; MAUSS, 1974). A Economia Solidária pode e deve se apresentar de várias formas (clube de trocas, Bancos populares, empresas sociais etc.) dependendo da necessidade e demandas dos territórios que elas estejam atendendo, se adaptando à cultura local e aos grupos sociais que se pretende interagir e fortalecer.

Os Bancos comunitários de desenvolvimento social possuem um objetivo bem mais amplo do que oferecer microcrédito às pessoas sem acesso às instituições financeiras tradicionais. Sua intenção é pautada em critérios de solidariedade e ética, com intuito de desenvolver o território no qual está instalado, por meio de incentivos de ações empreendedoras para promoção de empresas de serviços, produtos e consumo local. Assim pretendem desenvolver a região, gerar renda e trabalho para a população local. Essa forma de Economia Solidária baseada em cooperação, coletividade e ética, pode ser considerada como uma alternativa às práticas de mercado autorregulado.

#### **1.4.1 A EXPERIÊNCIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS**

A década de 70 foi um período de muitas transformações sociais em Bangladesh. Nesse período, o país se encontrava nos primeiros anos de sua independência conquistada após o enfrentamento de um longo período de guerra contra o Paquistão que o deixou destruído. Nesses anos de recuperação de pós-guerra, foi afetado por várias catástrofes naturais (monções, secas e inundações) que potencializaram o estado de calamidade da nação,

levando seus cidadãos a passarem por diversos problemas como falta de abrigo, saúde, educação, pobreza e o mais desesperador de todos: a fome (YUNUS, 2010).

Esse cenário de pobreza extrema despertou o interesse do Professor Muhammad Yunus, do Departamento de Economia da Universidade de Chitagong, situada em Bangladesh, que não soube ficar isolado em seu mundo acadêmico sem tomar parte dos problemas sociais que assolavam todo país e resolveu romper as barreiras acadêmicas para contribuir de alguma forma com uma comunidade local próxima à universidade. Em suas investidas no campo para pesquisar a melhor forma de ajudar aquele povoado, deparou-se com uma questão que lhe surpreendeu (YUNUS, 2010; SILVA JUNIOR, 2007):

Uma mulher que tomara um empréstimo no valor de 5 takas (o equivalente a cerca de US\$0,07) de um agiota comerciante. Ela precisava daquela pequena quantia para comprar o bambu com o qual fazia banquinho para vender. A taxa de juros de empréstimo como esses era muito alta – chegava a 10% por semana. Mas o pior que isso era a condição especial imposta: ela teria de vender toda a sua produção ao agiota pelo preço que ele determinasse (YUNUS, 2010, p.2).

Segundo Yunus (2010), essa situação extorsiva de empréstimos de valores mínimos concedidos em contrapartida de pagamentos de juros altíssimos, alinhadas à condição de venda exclusiva dos bens produzidos para a mesma pessoa que tomou o empréstimo e que definia o valor de venda transformava o tomador de empréstimo em escravo, sendo prisioneiro da dívida por toda a sua vida. É importante ressaltar que os cidadãos de Jobar recorriam ao empréstimo de agiotas, pois as instituições financeiras tradicionais não possuíam interesse em conceder empréstimo para eles devido à ausência de garantia de pagamento.

Como não há oportunidade de emprego para todos, Yunus percebe então a necessidade daquela população em ter acesso às pequenas quantias financeiras para aquisição de matérias primas que serão transformadas por eles e vendidas para geração de renda. Assim criando riqueza para terem acesso a produtos e serviços locais, aumentando a possibilidade de consumo e, conseqüentemente, minimizando a sua situação de pobreza. No entanto, Yunus (2010) em suas práticas no *Grameen Bank* pode atestar que indivíduos em situação de pobreza realizam o pagamento de seus empréstimos em dia (SILVA JUNIOR, 2007).

Dessa forma, após algumas iniciativas pessoais exitosas do próprio Muhammad Yunus, foi fundado ainda nos anos 70 o *GrameenBank*. Sua proposta inicial direcionava-se ao desenvolvimento do empreendedorismo de seus tomadores de empréstimo. Conjugando a perspectiva de microempréstimo com crédito produtivo, em que os clientes poderiam solicitar empréstimos para a produção de bens e serviços que gerasse renda. Após a consolidação do

Banco e a identificação de novas demandas sociais, o *Grameen Bank* incorporou mais serviços em sua cesta de produtos, como: serviços não monetários (consultoria para empreendimentos), crédito para consumo, seguro de vida e poupança. (YUNUS, 2010; GARCIA, 2012).

O sucesso alcançado pelo *Grameen Bank* pelo desenvolvimento de práticas, entre elas a concessão de microcrédito, que possibilitaram a retirada de mais de 12 milhões de pessoas da pobreza foi reconhecida em 2006, por meio da conquista do prêmio Nobel da Paz (YUNUS, 2006; FERREIRA, 2014; MENEZES & DOS SANTOS & MARIANO, 2017).

O destaque mundial das ações desenvolvidas pelo *Grameen Bank* lhe colocou como uma referência no campo das microfinanças, despertando o interesse de replicação dessa iniciativa em vários países, até mesmo em cidades desenvolvidas como Chicago e Nova York (MORDUCH, 1999).

Apesar dessa metodologia ser amplamente utilizada por países desenvolvidos, sua prática é identificada em maior escala em países em desenvolvimento ou que possuem um histórico maior de pobreza, como: África do Sul, Bolívia, China, Gana, Guatemala, Equador, Honduras, Peru, Tailândia, Zâmbia, dentre outros. Devido à restrição de acesso financeiro de pessoas pobres às instituições financeiras tradicionais, os membros da sociedade local que necessitam de recursos financeiros buscam desenvolver alternativas muitas delas comunitárias e informais para garantir acesso às suas necessidades financeiras (BRAU & WOLLER, 2004; MORDUCH, 1999).

A seguir, há um exemplo da Indonésia, o Banco *Rakyat*, e outro da América Latina, o Banco Sol, na Bolívia, ambos com grande atuação em cidades oferecendo crédito a empresas (BANCOSOL, 2018; SEIBEL, 2005).

Na Indonésia, o *BankRakyat* possui como foco conceder um conjunto de serviços bancários que atendam as empresas de micro, pequeno e médio porte que estejam diretamente ligadas a setores que forneçam serviços e produtos básicos direcionados à subsistência da comunidade. Esse atendimento é fundamentado em três missões. A primeira visa investir na economia da população, por meio de micro a médias empresas, conduzindo as melhores práticas de serviços bancários. A segunda reflete o compromisso de prestar serviços de excelência com profissionais qualificados e utilizar sua rede como apoio aos empreendedores e praticar a melhor gestão corporativa sempre. Por último, é necessário tornar-se

autossustentável criando benefícios para toda a rede e emprestar recursos financeiros às famílias vulneráveis (SEIBEL, 2016).

A última missão do *Bank Rakyat* faz-se fundamental para entender a importância da sustentabilidade dos projetos de Economia Solidária, aqui focado em microfinanças, pois há uma dificuldade dessas iniciativas se manterem de forma autossustentável. Em alguns casos identificados, há a necessidade de apoio financeiro do Estado ou de doações de instituições civis, empresas ou pessoais (HARTARSKA; HOLTSMANN, 2006; BRAU & WOLLER, 2004).

Já na América Latina, o Banco Sol possui foco em financiamento de micro e pequenas empresas para fomentar a melhora de qualidade de vida dessas pessoas e suas famílias que buscam microcrédito, como uma forma de início de produção de bens e serviços para geração de renda e emprego local. Dessa maneira, acreditam diminuir o desemprego, principalmente na faixa etária entre 35 e 45 anos e com baixa escolaridade (BANCOSOL, 2016; JUNIOR & SELMAN, 2016).

Destaca-se um ponto de atenção entre essas duas iniciativas fundamentadas para ação social e com foco em baixo custo de taxas para o financiamento de micro e pequenas empresas, como preconizada pelo *Grameen Bank*, que iniciou suas atividades sem a cobrança de juros. O Banco Sol e o Banco *Rakyat* perceberam o potencial de crescimento econômico desses serviços e passaram a se identificar como Bancos comerciais e, atualmente, estão cobrando juros elevados. No entanto, essas taxas ainda se apresentam abaixo dos valores cobrados por agiotas (MORDUCH, 1999) e mantêm, não se sabe até quando, o foco de suas atividades em empreendimentos sociais que revitalizem a comunidade de um determinado território.

Após a aproximação dos Bancos comunitários Banco Sol e Banco *Rakyat* aos Bancos comerciais, podemos indagar se esse fenômeno também acontece no Banco Palmas, Banco Comunitário pioneiro no Brasil e multiplicador da metodologia de Economia Solidária por meio de ferramentas de finanças solidárias que englobam serviços monetários e não monetários em diversos territórios nacionais.

O Banco comunitário Palmas surge após constatações de que apesar das melhorias urbanas promovidas e conquistadas através da associação local de moradores, ainda eram identificadas questões de falta de trabalho e renda na comunidade do Conjunto Palmeiras. A persistência dessa problemática na comunidade ressaltou a necessidade de se pensar em outra

estratégia para gerar renda e oportunidade de trabalho. Nesse contexto, nasce a concepção do primeiro Banco Comunitário no Brasil, que viria a ser um modelo de implantação e desenvolvimento dessas práticas metodológicas em vários territórios vulneráveis no país (MELO NETO & MAGALHÃES, 2006). Segundo Silva Junior (2007), o conjunto de práticas exercidas pelo *Grameen Bank* serviu como inspiração para o primeiro Banco Comunitário de desenvolvimento social, Banco Palmas.

#### **1.4.2 BANCO PALMAS: PRECURSOR DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL**

O objetivo do Banco Palmas, segundo França Filho (2012), seria oferecer microcrédito para população local utilizá-lo com fins de produção (geração de renda) e consumo endógeno (circulação de moeda) dentro do território de forma descomplicada, sem a necessidade de comprovação de renda, fiadores e consulta a órgãos reguladores de crédito, informações regularmente solicitadas e imprescindíveis para liberação de crédito por Bancos comerciais. Em alternativa a esses processos burocráticos, o Banco Palmas solicitava um cadastro básico do requerente do empréstimo e conhecimento de sua vida geralmente adquirida através dos vizinhos e membros da comunidade. Essas eram as atividades de segurança tomadas pelo Banco Palmas para concessão de empréstimo aos moradores do Conjunto Palmeiras.

Silva Junior (2007) destaca que o Banco Palmas retrata bem os fundamentos da Economia Solidária como uma instituição criada pela própria comunidade. O Banco fomenta iniciativas e desenvolvimento de redes locais de consumo e produção, oferece linha de crédito em Reais (R\$) e em moeda social, apoia iniciativas empreendedoras com foco em geração de renda e empregos, exerce suas atividades em territórios vulneráveis social e economicamente, e possui sustentabilidade financeira de curto prazo para captação de subsídios.

Desse modo, os Bancos comunitários de desenvolvimento social, atuando como uma ferramenta de desenvolvimento de Economia Solidária, lançam uma proposta de outro tipo de economia, focada no bem estar social e humano, e são construídas utilizando-se da hibridação de economias e construção coletiva de oferta e demanda (SILVA JUNIOR, 2007). A motivação e o foco do Banco são a geração de renda e trabalho para população localizada na linha de pobreza e desenvolvimento de redes locais de consumo e produção alicerçadas nos princípios da Economia Solidária (SILVA JUNIOR, 2007; SEGUNDO & MAGALHÃES, 2009; MENEZES & CROCCO, 2009; BRAZ, 2014).

Os autores Paula (2015) e Segundo (2009) caracterizam os Bancos comunitários de desenvolvimento social.

- a) O protagonismo da população local na criação e gestão horizontal no processo decisório;
- b) Atender comunidades altamente vulneráveis e excluídas, onde se percebe uma grande desigualdade social;
- c) Exercer atividades financeiras em moeda social e moeda oficial nacional;
- d) Apoiar empreendimentos solidários, clube de trocas e atividades afins;
- e) Promover o desenvolvimento de rede de consumo endógeno; e
- f) Possuir sustentabilidade financeira de curto prazo.

Cabe ressaltar que os Bancos comunitários de Desenvolvimento Social não possuem uma metodologia específica. Ou seja, a forma de crédito e de operação varia de acordo com cada território e suas singularidades, respeitando e incluindo a cultura local. No entanto, preservam em comum taxas de juros reduzidas se comparadas aos Bancos comerciais. Ainda, um critério universal para acessar esses recursos é pertencer à comunidade, como ressalta Silva Júnior (2007).

Será abordada a seguir a moeda social como uma prática de Economia Solidária que fomenta a circulação local com o propósito de reter a riqueza dentro da própria comunidade, fortalecer o comércio local e aumentar o relacionamento entre as pessoas, sendo crucial para o desenvolvimento e manutenção da comunidade local (MENEZES & DOS SANTOS & MARIANO, 2017). Discorrer-se-á sobre experiências internacionais e no Brasil buscando identificar elementos que corroborem ou não com a idealização da moeda social como estimuladora de outra forma de economia, na qual possa ser identificada como finalidade, além de geração de renda e postos de trabalho, a integração e restauração dos objetivos sociais mostrados por Polanyi (2000), como ou complementação à economia de mercado.

## **1.5 MOEDA SOCIAL**

O conceito de moeda social difere do conceito tradicional da economia sobre a moeda moderna, que nesta visão é única e exclusiva, de propriedade e autoridade do Estado. As moedas sociais ou complementares são diversificadas, muitas vezes são endossadas pelos

governos e devem ser consideradas numa perspectiva antropológica e sociológica, não apenas numa visão econômica e política (BLANC apud RIGO & FRANÇA FILHO, 2017).

Essa ideia se alicerça na Teoria da Dádiva, formulada por Marcel Mauss (1974), criticando o pensamento utilitarista vigente que termina por reduzir toda ação social a uma questão de escolha econômica racional e estratégica. As condutas humanas e as ações coletivas possuem um grande simbolismo que traduz a dinâmica paradoxal entre interesses utilitários e motivações substantivas. Pode-se dizer assim que “a dádiva é um sistema de intercâmbio de bens e serviços no qual a importância da troca não está no que circula, mas nos vínculos estabelecidos por meio da relação gerada. Nesta relação, mais do que a satisfação utilitária dos bens trocados, tudo que circula é em prol da construção e manutenção dos laços sociais” (RIGO & FRANÇA FILHO, 2017, p. 175).

O uso de moedas sociais ou de sistemas monetários com base local permeia boa parte da história da humanidade, e geralmente cresce em número nos momentos de crise econômica global ou de escassez da moeda nacional, conforme coloca o *Gaia Education* (2017), curso de educação para a sustentabilidade que fez parte da Década de Educação para a Sustentabilidade da ONU. Podemos exemplificar com a moeda suíça WIR, moeda complementar fundada em 1934 e utilizada por 20% das pequenas e médias empresas do país; e a Brixton Pound, no Reino Unido, com mais mil usuários e a Wörgl, na Áustria.

Sendo assim, a moeda, muito mais do que um meio de troca, é linguagem, objeto e instituição, sendo um fenômeno econômico, político e simbólico (THÉRET apud RIGO & FRANÇA FILHO, 2017). Além de ser um aspecto da relação entre indivíduos, também pode ser vista como uma representação ativa da sociedade, um “emaranhado de dívidas e créditos na sociedade que a forma e a constrói” (RIGO & FRANÇA FILHO, 2017, p. 174).

De acordo com Rigo & França Filho (2017), as moedas sociais são restritas a um território de atuação e são criadas pelos Bancos comunitários de Desenvolvimento com a função de circulante local, ou seja, fomentar a circulação de recursos numa determinada área. É importante esclarecer que mesmo nos sistemas complementares de grande sucesso, as pessoas tendem a realizar um máximo de 20% de suas transações em moeda local. Assim, elas são menos “moedas alternativas” do que “moedas complementares”. Existem também moedas complementares criadas em comunidades que não compartilham o mesmo local, mas compartilham o mesmo setor (GAIA EDUCATION, 2017). Na Alemanha, o surgimento de moedas locais está relacionado às zonas rurais (RIGO & FRANÇA FILHO, 2017).

Segundo Rigo & França Filho (2017), uma grande quantidade de sistemas de uso de moedas sociais surgiu através dos clubes de troca, que se originaram em 1995 na Argentina com o objetivo de estimular a troca de bens e serviços e se propagaram rapidamente, criando uma economia paralela que chegou a ter 2 milhões de membros cadastrados em 5 mil clubes - uma alternativa para contornar a crise dos anos 2000.

Singer, Laville e França Filho, entre outros estudiosos da Economia Solidária, vêm se empenhando em compreender os diferentes contextos e especificidades (objetivos, atores, desenho e gestão do modelo) do uso de moedas sociais e complementares. Segundo Rigo & França Filho (2017), a criação de sistemas monetários alternativos tem sido instrumento de desenvolvimento local ou de contestação político-ideológica. No entanto, os autores ressaltam que ainda existem poucos estudos que focam nas experiências de forma territorializada.

### **1.5.1 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE MOEDA SOCIAL**

O LETS (Local Exchange Trading Systems) é uma rede econômica autorregulada, baseada na comunidade que permite aos seus membros emitir e administrar seu próprio sistema de moeda (SWAN HILLS LETS, 2018). Originou-se no Canadá em 1983 em uma vila que sofria uma crise econômica iniciada com a transferência de uma base aérea para outra localidade, surgindo como tentativa de amenizar suas consequências (RIGO & FRANÇA FILHO, 2017).

O LETS viabiliza a comercialização sem dinheiro impresso entre pessoas e organizações de um determinado local, funcionando como um crédito mútuo e podendo ser entendido como uma “comunidade baseada em rede de ajuda mútua em que as pessoas trocam todos os tipos de bens e serviços com o outro, sem a necessidade de dinheiro” (GAIA EDUCATION, 2017, p. 20). O sistema é administrado por um comitê eleito e atualmente funciona online, onde o leque de serviços disponíveis é compilado e os membros possuem uma conta de negociação. As negociações são realizadas diretamente entre o comprador e o vendedor (SWAN HILLS LETS, 2018), usando uma moeda conceitual, geralmente em paridade com a moeda nacional, uma vez que não há papel-moeda. Os nomes escolhidos para as ‘moedas’ frequentemente refletem a cultura local. Em Oxford, Inglaterra, onde se locomover de bicicleta é muito comum, a moeda é chamada de *spokes* (raios de rodas), enquanto em Maleny, Queensland, Austrália, a moeda LETS se chama *Bunya*, devido a uma

pinha local dos pinheiros Bunya (GAIA EDUCATION, 2017, p. 20). No Brasil, em Serra Grande, Bahia, a moeda se chama Nibs, em referência à tradição cacaueteira da região.

Entre os benefícios do sistema LETS numa região da Austrália, são citados: a conexão com pessoas da sua região e formação de novas relações pessoais; obtenção de ajuda para realização de tarefas que você não consegue fazer sozinho tais como computação, jardinagem, trabalho doméstico; o aprendizado de novos conhecimentos e o uso de terapias como massagem, aromaterapia e *reiki*; e pouca ou nenhuma despesa (SWAN HILLS LETS, 2018).

Atualmente há milhares de sistemas LETS ao redor do mundo. Cerca de 40 mil pessoas fazem negócios em torno de 450 redes LETS em municípios, cidades e comunidades rurais no Reino Unido. Também estão presentes nos Estados Unidos, Japão e América Latina; no Equador já se estima cerca de 140 sistemas (GAIA EDUCATION, 2017).

É relevante apontar que mesmo tendo sido um sistema importante em casos para o aumento da participação na vida econômica, muitos participantes de sistemas LETS relataram dois pontos fracos. O primeiro se refere aos membros, que geralmente são indivíduos que já reconhecem os problemas da economia formal e são ativistas comunitários, terapeutas, artesãos, autônomos. Há uma relativa escassez de trabalhadores como encanadores, eletricitistas, mecânicos entre outras profissões mais convencionais. O segundo é a consequência desse desequilíbrio: negócios formais que participam do sistema LETS podem acabar absorvendo e acumulando uma grande quantidade de créditos que tenham dificuldade de gastar, por não haver disponíveis bens e serviços de seu interesse (GAIA EDUCATION, 2017).

Uma experiência similar ao LETS é o SELS (*Systemes d'Échange Local*), originado na França em 1994. Outro sistema que se destaca nesse país é o SOL, que além da compra de bens e serviços, viabiliza “o intercâmbio de tempo e de conhecimento entre os membros e a valorização e o estímulo de práticas ecológicas, sociais e solidárias” (RIGO & FRANÇA FILHO, 2017, p. 171).

O *Community Exchange System* (CES) é um sistema de intercâmbio que fornece os meios para as comunidades comercializarem e trocarem seus produtos e serviços, local e remotamente. Também pode ser entendido como uma rede comercial global complementar que opera sem dinheiro.

O CES não possui moeda física. A ideia de que tal moeda é necessária antes que qualquer negociação possa ocorrer é antiga e cada vez mais irrelevante nos dias de hoje, nos

computadores e na Internet. As informações podem substituir as moedas e, ao mesmo tempo, eliminar a maioria dos problemas associados ao dinheiro comum.

O Integral CES, por sua vez, é um software de gerenciamento de moedas alternativas ao popular serviço CES. Seu objetivo é fornecer suporte virtual para moedas alternativas que buscam facilitar as redes de suporte mútuas. Nasceu para servir as diferentes economias catalãs e a Cooperativa Integral Catalã, coletivos que usam a moeda alternativa como uma ferramenta em favor do cooperativismo, do Comum, da sustentabilidade ecológica e econômica, da solidariedade. É possível encontrar informações sobre diversas moedas sociais pelo *Community Currency Knowledge Gateway*, um portal que reúne informações de moedas ao redor do mundo.

### **1.5.2 A PRIMEIRA MOEDA SOCIAL NO BRASIL**

No Brasil, a iniciativa pioneira de criação de um sistema complementar foi o Banco Palmas em 1998. A primeira moeda, chamada Palmares, servia como mecanismo facilitador das trocas, no clube de trocas inspirado pela experiência argentina e realizado no formato de feiras semanais. Os moradores, percebendo que produziam muitas coisas e que precisavam de muitas outras, decidiram criar seu próprio meio de pagamento, já que muitos não tinham moeda oficial para realizar essas transações. A Palmares foi então elaborada e impressa no próprio Banco Palmas (RIGO & FRANÇA FILHO, 2017).

A Palmas, a segunda versão da Palmares, foi elaborada para também ser utilizada pelos empreendimentos do bairro. Inicialmente, apenas dois empreendimentos a aceitavam, mas com os mecanismos para a sensibilização dos comerciantes, como vídeos e peças teatrais com os temas de economia, finanças solidárias, consumo local e moeda social, visando a mudança da cultura política no local, cerca de 240 estabelecimentos no bairro e circunvizinhança chegaram a aceitá-la (RIGO & FRANÇA FILHO, 2017).

Os mesmos autores relatam que em 2012 já era percebida a diminuição do uso da moeda, mas o consumo local, dentro do bairro, permanecia numa alta taxa, indicando que talvez a moeda social tenha cumprido parte do seu papel. Esse ponto será abordado nas entrevistas que serão realizadas no campo para melhor entender a dinâmica do fluxo da moeda circulante social Palmas no Conjunto Palmeiras.

## 1.6 PLATAFORMA DIGITAL DE PAGAMENTOS

A inclusão financeira segundo Demirgüç-Kunt et al (2008) possui como proposta principal a inserção dos indivíduos carecidos no sistema financeiro por meio de estratégias que contribuam diretamente com o desenvolvimento humano, visando proporcionar uma maneira em que ocorra uma equidade dentro das disparidades antagônicas de renda encontradas na sociedade.

Tendo em vista que os meios de comunicação são utilizados com muita frequência entre os indivíduos de um modo geral (NASCIMENTO, 2011), foi adotado no Conjunto Palmeiras uma plataforma digital que fosse capaz de atingir e suprir as demandas necessárias em prol dos cidadãos na tentativa de minimizar a inacessibilidade de acesso a serviços financeiros básicos pelas famílias, visando proporcionar o aumento do desenvolvimento econômico e do bem-estar de todos.

Essa plataforma digital (e-dinheiro) pode ser acessada por intermédio dos celulares e possui em si o caráter de permitir que os cidadãos possam obter o acesso a outros meios de pagamento, fazendo com que tenham uma disponibilidade ampla de serviços financeiros básicos. Com isso, essa proposta permitiu que fossem encontrados outros meios de manuseio de suas finanças, principalmente no que tange os termos de infraestrutura, partindo do pressuposto da dificuldade de acesso até a agência bancária que pode despender esforços e gastos de recursos, tempo de locomoção e de espera em filas para atendimento.

Outros fatores emergem sobre esse dispositivo a partir do instante que este poderá permitir os usuários a gerenciarem e manejarem suas finanças digitalmente, fazendo com que não encontrem obstáculos como questões especiais de segurança pública, o risco de assalto na saída dos Bancos, além da função que essas formas de pagamento possuem na atualidade nas políticas públicas de seguridade social e de transferência de renda, bem como o pagamento de bolsas governamentais, como acontece na cidade de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, onde o governo paga bolsa família por meio do app e-dinheiro, o mesmo utilizado e gerido pelo Banco Palmas, como poderá ser visto no capítulo 4.

Segundo BECK et al (2007), o acesso à utilização de serviços financeiros básicos, móveis, eletrônicos, ágeis e com menor custo, geralmente realizados por meio de celulares, apontam para inclusão financeira de pessoas desprovidas de renda e posses excluídas das grandes redes bancárias.

Essa ferramenta de descentralização de pagamentos exclusivamente em redes ou

correspondentes bancários está sendo fomentada também por intermédio do governo com a Lei n. 12.865, de 09 de setembro de 2013, regulamentada e complementada com outras resoluções do Banco Central que aumentam o acesso a serviços bancários de 56% da população excluída das redes convencionais (DEMIRGÜÇ-KUNT & KLAPPER, 2012). Além de pagamentos, essas plataformas oferecem conta corrente e cartão de crédito com taxas reduzidas, e alguns com isenção total de cobrança.

Contudo, segundo Nascimento (2011), há um desafio de entendimento do comportamento de manutenção dos princípios comunitários na entrada de uma tecnologia exógena em substituição ao papel moeda mais conectada aos conceitos básicos de comunidade de pertencimento, solidariedade e desenvolvimento de relações próximas. Além dos desafios tecnológicos para os usuários da nova ferramenta, há questões sobre infraestrutura necessária e de recursos disponíveis para acesso.

## **1.7 MOEDAS DIGITAIS**

As moedas digitais apresentam algumas características que as diferem das outras moedas; a forma própria de ser denominada, diferentemente das moedas emitidas pelo respectivo Estado, e não serem consideradas como dispositivos de armazenamento de moeda nacional; não serem emitidas por uma autoridade monetária e não terem a garantia da mesma; além de também não possuírem a garantia de conversão para a moeda nacional. Sendo assim, a moeda digital poderá ser gerada apenas dentro do próprio ambiente virtual.

O surgimento das moedas digitais ocorreu em meio à crise de 2008, e dentro de poucos meses passou a ser consumida ou adquirida sem objetivar que a sua forma de ser manuseada possua o caráter da lógica de troca, porém, que ela possa vir a ser usada para satisfazer alguma necessidade individual.

De acordo com Graf (2013), moeda digital é respectivo a objetos intangíveis, se propõe a sanar as demandas para o consumo direto e é determinada por valores primariamente psicológicos ou sociológicos.

Ainda que seja adotado o uso da moeda digital em uma pequena escala de utilização na economia, esse movimento será suficientemente necessário para que colabore com o desenvolvimento econômico de diversos setores, reverberando seus impactos por uso.

Apesar de haver uma interpretação de que moedas digitais são recursos arriscados por possuírem significativa volatilidade dentro do seu preço e à inexistência de controle estatal,

elas são capazes de propiciar um ambiente livre de decisões políticas do governo, adquirindo uma postura visivelmente emancipatória tanto em termos de funcionamento quanto consumo, fator este que em momentos de incertezas e crises do mercado poderá ser indício de atração de capital.

Conforme Nascimento (2011), a partir dessa nova tecnologia e das mudanças nas leis já existentes, um território poderá construir um sistema bancário próprio por meio da utilização de uma moeda social digital local permitindo a criação de renda, empregos e novos negócios. Assim, potencializando o acesso à geração de riqueza no território e no financeiro.

A proposta de criação e implementação das moedas sociais digitais parte do pressuposto de que existem inúmeros ganhos em comparação das moedas sociais em papel, assim como a autora Arnold (2014) afirma que gerenciar a oferta dessas cédulas exige um custo operacional alto. Isso ocorre porque as cédulas em papel são caras, exigem gráficas especializadas, mecanismos de segurança contra falsificação e são mais passíveis de roubo, extravio e perda, estragam rapidamente e requerem uma logística e mão de obra específica para gerir a demanda monetária.

## **2. APRESENTANDO O CAMPO: CONJUNTO PALMEIRAS**

### **2.1 A TRANSFORMAÇÃO DE FORTALEZA, CEARÁ**

A década de 70 no Brasil é marcada pelo regime político ditatorial que teve início com o golpe militar de 1964. Nesse ano, as forças conservadoras do país apoiadas por diversos movimentos sociais unificaram as principais instituições republicanas e a maior parte das forças armadas, resultando em um golpe de Estado que retirou o presidente da República legalmente eleito e instaurando uma ditadura militar (REIS, 2014).

Esse período de ditadura militar também é reconhecido como “milagre econômico” devido à expansão econômica e desenvolvimento das cidades a custos, principalmente, de capital estrangeiro (VARELLA, 2013), que no futuro deixaria o país em uma grande dívida externa financeira. Entretanto, o desenvolvimento urbano aconteceu com premissas de esterilização das cidades. Isso se caracterizou pelos projetos de remoção dos pobres dos centros urbanos que passavam a se tornar áreas nobres, levando-os para áreas periféricas da cidade.

A cidade de Fortaleza, localizada no Estado do Ceará – Brasil, passou a ser bastante procurada pelos turistas devido aos seus atrativos naturais, e com isso se deu início o processo de valorização das áreas litorâneas, conseqüentemente, despertando o interesse do mercado imobiliário. Esse movimento de expansão foi negativo para as famílias sem posses que habitavam as áreas que passavam por valorização (RABELO, 2017), pois havia por parte do governo local dessa época uma política de limpeza e organização das cidades, que consistia em acabar com as favelas e afastar das áreas nobres e centros urbanos os mais pobres (JAYO, 2013; DANTAS, 2002; TOSCANO, 2003).

Em 1973, a Prefeitura Municipal de Fortaleza iniciou as obras de revitalização urbana e turística na cidade. Nesse processo de reurbanização, famílias de baixa renda que ocupavam terrenos localizados na orla marítima e de outros bairros foram removidas, em virtude da especulação imobiliária, para bairros distantes do litoral. Dá-se o início à construção de vários condomínios e hotéis que preencheram essas áreas incrementando o crescimento da indústria turística, mantendo o processo de valorização imobiliária e gerando um passivo social (DE MATOS & SOCORRO, 2012; JAYO, 2013).

## 2.2 A CRIAÇÃO DO CONJUNTO PALMEIRAS

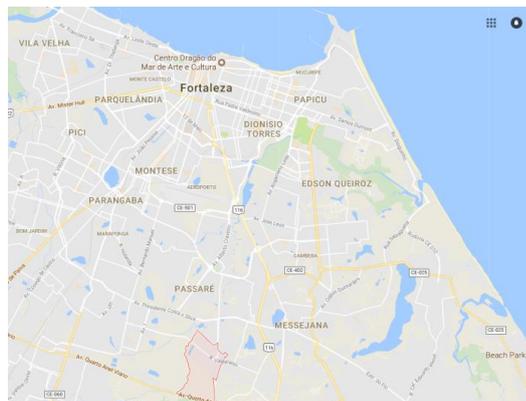
O Conjunto Palmeiras nasceu em um bairro periférico, no início dos anos 70, idealizado com a intenção de abrigar as 1.500 famílias que estavam sendo desalojadas de áreas litorâneas, por motivo de reestruturação urbana, através da parceria da Prefeitura Municipal de Fortaleza com a Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF) que loteou uma área equivalente a 118 hectares, localizada no sul da cidade (PAIVA, 2006; CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011) e a 22 quilômetros do centro comercial de Fortaleza (SEGUNDO & BODINAUX & P. FILHO, 1989).

Figura 2: Mapa do Brasil, em destaque Estado do Ceará.



Fonte: (Ceará, 2018)

Figura 3: Mapa da cidade de Fortaleza, em destaque Conjunto Palmeiras



Fonte: (Mapas, 2018)

A FSSF foi responsável por toda logística de deslocamento das famílias removidas para o novo território. Desde a compra do terreno, o planejamento da infraestrutura, a alocação e acompanhamento dessas famílias nos conjuntos habitacionais, uma vez que possuía controle sobre o pagamento das prestações dos terrenos vendidos aos removidos.

Entretanto, em 1974, devido às fortes chuvas que deixaram muitos moradores de áreas de risco nos centros urbanos desabrigados, ocorreu a motivação para agilizar a remoção para essas novas áreas periféricas. O Conjunto Palmeiras nasce ainda sem infraestrutura necessária para receber essas famílias de baixa renda despejadas e colocadas à sua própria sorte em um novo território, inóspito, sem acesso à energia, água, transporte, calçamento, serviços públicos etc. (PAIVA, 2006; JAYO, 2013; RABELO, 2017).

Além da vinda dessas famílias removidas da área litorânea e dos bairros centrais da cidade, o Conjunto Palmeiras passou a receber a imigração de famílias do sertão nordestino que vieram em busca de oportunidade de trabalho na cidade. A junção desses fatores logo promoveu um crescimento populacional desordenado no território, deixando os moradores em condições de infraestrutura e moradia pior que se encontravam antes da remoção (JAYO, 2013; RABELO, 2017).

O Conjunto Palmeiras torna-se bairro após diversas reivindicações ao poder público, reconhecido pela Câmara Municipal de Fortaleza em 2007, por meio do Decreto legislativo nº 290 de 13 de novembro. No resultado do último censo demográfico, foi apurado o quantitativo de 36.599 habitantes com renda média de R\$ 239,25 (duzentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos), uma das rendas per capita mais baixas do Estado (DEMOGRÁFICO, 2010; PAULINO, 2014; RABELO, 2017).

No início dos anos de 1980, percebe-se a necessidade de cobrar do Estado ações para mitigar questões de infraestrutura no território, e para isso era fundamental organizar os movimentos sociais populares. A partir dessa perspectiva, com a responsabilidade de organizar os movimentos populares, em 1981 é fundada a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), que por sua vez cobrava do governo acesso a serviços básicos e condições de vida mais dignas aos moradores que lá habitavam. Essas reivindicações atraíram visibilidade pública e destacaram a força política da associação (PAIVA, 2006; RABELO, 2017).

A ASMOCONP foi concebida sem uma definição de hierarquia. A proposta era a de desenvolver um sistema horizontal baseado em trocas de cargos e responsabilidades

semestralmente, dando oportunidades para todos participarem da gestão. Além disso, a ASMOCONP procurou atuar por meio do diálogo, transparência, democracia e participação dos moradores, utilizando-se da solidariedade e da horizontalidade para atingir o crescimento buscado. (PAIVA, 2006). Os primeiros ganhos de infraestrutura provenientes dessa organização são percebidos em 1988, quando os moradores passam a ter acesso a serviços de iluminação pública, energia em suas residências e água encanada. Fatos que modificam a história do conjunto (PAULINO, 2014; JAYO, 2013).

Após esses ganhos, é constatado o surgimento de diversas associações e a chegada de inúmeras organizações para apoiarem os moradores no processo de transformação do Conjunto Palmeiras:

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), a ONG francesa – *Groupe de Recherche et D'Echanges Technologiques* (GRET), a Organização Britânica de Cooperação Internacional (OXFAM), a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBBF); e as ONGs cearenses – Escritório de Planejamento Regional (ESPLAR) e Ceará Periferia (JUNIOR & TORRES, 2004, p. 29).

Os líderes comunitários fundaram a União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras (UAGOCONP) com objetivo de unificar voz e força dos moradores. Esse alinhamento ocorreu por meio do seminário “Habitando o Inabitável”, realizado no território em 1991. O resultado dessa articulação no seminário reforçou a organização dos moradores e demais entidades junto à ASMOCONP, que conseguiu planejar, desenvolver e gerir diversos projetos de cunho político, social e econômico trazendo para o conjunto mais benfeitorias como: linhas de transportes públicos urbanos, pavimentação, melhorias no saneamento, proporcionando mais qualidade de vida para seus moradores (ALVES & BURSZTYN, 2009).

Entre os projetos desenvolvidos, pode-se destacar nesse período a construção em regime de mutirão de 1.700 metros do canal de drenagem, com objetivo de impedir as enchentes recorrentes no Conjunto Palmeiras. Essa construção aconteceu por meio da parceria da *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* – GTZ, (uma agência de cooperação alemã com o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), focada em projetos de desenvolvimento sustentável) o Governo do Estado e a Prefeitura de Fortaleza, e a gestão de obras pela ASMOCONP contando com o protagonismo dos moradores decisivo para realização das obras (ALBUQUERQUE, 2002; JUNIOR & TORRES, 2004).

A urbanização do bairro trouxe um novo problema para os moradores sem renda: tiveram que deixar o bairro em busca de outras periferias por não possuírem recursos

financeiros para pagar as despesas de energia elétrica, água, etc. (INSTITUTO PALMAS, 2008). Para compreender o que estava causando o êxodo de moradores, foi realizado um seminário em que se constatou, segundo Melo (2002), que a falta de renda era alta, elevando a taxa de miséria e pobreza na comunidade. Contudo, estudos posteriores apontaram como motivo da miséria a não circulação de recursos financeiros no bairro, pois a maior parte da renda dos residentes era gasta fora da comunidade, deixando assim de fomentar o comércio local e gerar renda.

Com essas informações disponíveis, a ASMOCONP encontrou como meio de mitigar a pobreza investir no desenvolvimento do território mediante da concessão de crédito financeiro, consumo local, gerando desenvolvimento econômico e social (PROJETO BRASIL27, 2014; SIMIONI, 2016).

### **2.3 BANCO PALMAS: O BANCO COMUNITÁRIO**

Apesar de todas as melhorias de infraestrutura e qualidade de vida conquistadas pela comunidade no Conjunto Palmeiras, foi percebido que estes desafios transcendiam as melhorias de infraestrutura e serviços básicos. Com isso, em 20 de janeiro de 1998, é fundado o Banco Palmas, ainda sem moeda social, criado com objetivo de cuidar de questões socioeconômicas minimizando problemas de extrema pobreza, gerando crédito para os moradores, mantendo o dinheiro circulando, estimulando a economia local e promovendo o bem-estar e a inclusão social no Conjunto Palmeiras (PALMAS, 2011; JUNIOR & TORRES, 2004; CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011).

O microcrédito oferecido pelo Banco Palmas tinha como propósito disponibilizar recursos financeiros para alavancar o consumo e a fabricação de produtos locais (roupas, material de limpeza, entre outros), e, conseqüentemente, gerar renda para moradores empreendedores. Diferentemente das instituições financeiras convencionais, no Banco Palmas não havia consultas cadastrais, necessidade de comprovação de renda ou outras restrições impostas normalmente pelo mercado. O acesso ao crédito é avaliado por um funcionário da ASMOCONP e possui como requisitos ser associado ou ter assistido às duas últimas reuniões da associação. Além disso, é necessário preencher um formulário no qual constam os dados do solicitante e o valor e ao que se destina o empréstimo. Alterando assim toda lógica mercadológica, o microcrédito era concedido e baseado numa economia de confiança em que as relações e laços comunitários são mais importantes do que assinatura autenticada em

cartório e hipoteca de bens (SADDI, 1997; CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011; BAUMAN, 2013).

Nesse contexto, o Banco Palmas, através das ações implementadas a fim de mitigar a pobreza no Conjunto Palmeiras, passou a oferecer duas modalidades de disponibilização de empréstimo:

Para consumo é destinado a moradores de Palmas, e têm um limite de P\$ 100,00 (cem palmas), sem cobrança de juros; o empréstimo para produção é destinado aos empreendedores cadastrados, com um limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais) (CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011, p.119).

Dessa forma, o Banco Palmas assume também um papel de conexão entre a comunidade e o mundo: é inaugurando no Brasil o primeiro Banco de Economia Solidária, o que já acontecia em outras partes do mundo (MELO & BRAZ, 2013).

### 2.3.1 A MOEDA SOCIAL PALMAS

Com a doação de dois mil reais pela GTZ a título de fundo perdido, foi introduzida pelo Banco Palmas e ASMOCONP a moeda social Palmas (P\$) que começou a ter circulação local entre moradores e comerciantes no Conjunto Palmeiras em 2002.

Figura 4: Nota de cinco Palmas.

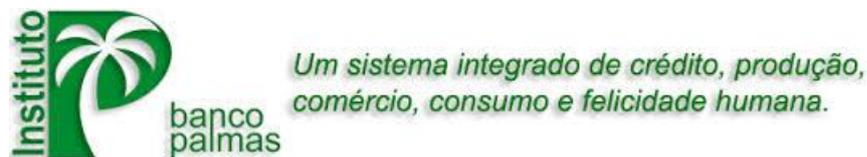


Fonte: (PALMAS, 2018)

O objetivo de lançar uma moeda social era de promover o desenvolvimento local integrado e sustentável, por meio do Fomento, do Movimento Monetário Mosaico (MoMoMo)<sup>9</sup>, para isso foram definidos como objetivos: incentivar a demanda de serviços e produtos fabricados no território, adaptar a comunidade à moeda local, deter a fuga do dinheiro, entre outros. Essas medidas foram fundamentais para manter as empresas locais com crédito, demanda e obter crescimento equânime entre economia local, formal e estrutura local, mantendo assim a circulação endógena da riqueza produzida localmente (JUNIOR & TORRES, 2004; ALBUQUERQUE, 2002).

Com a consolidação do Banco Palmas como instituição de referência na tratativa da problemática das finanças solidárias, suas lideranças fundam em 2004 o Instituto Palmas (IP), que passa a funcionar como uma consultoria, responsável por multiplicar os aprendizados e metodologias de microcrédito e geração de renda para população mais pobre fomentando iniciativas de moedas sociais locais em comunidades vulneráveis.

Figura 5: Logo Instituto Banco Palmas



Fonte: (PALMAS, 2018)

Devido ao destaque internacional, estudos acadêmicos e ganhos alcançados na comunidade, essa prática financeira chamou atenção do Banco Central, que solicitou à ASMOCONP explicações sobre as concessões de crédito do Banco Palmas. A primeira intervenção aconteceu no primeiro ano de sua fundação quando o Banco Central constatou que o Banco Palmas realizava captação com seus clientes de valores para um fundo com pagamento de juros. Prática não permitida uma vez que o Banco Palmas não possui autorização para ser uma instituição financeira (JUNIOR & TORRES, 2004).

Em 2003, houve nova intervenção devido às emissões da moeda social Palmas (P\$) e interferência na política monetária local: o Banco Central solicitou explicações ao Banco Palmas e em paralelo aciona o Ministério Público para investigar tais fatos, pois nenhuma

<sup>9</sup> O MoMoMo é uma instituição que possui objetivo de promover uma rede de colaboração entre pessoas e organizações que leve a preservação da identidade local e ao fortalecimento da Economia Solidária. (RANADA, 2002).

instituição financeira pode criar e emitir moedas sem anuência do Banco Central, caracterizando crime contra união (CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011).

Pelo fato do Banco Palmas não ser constituído como Instituição Financeira Nacional, ele não pode ser fiscalizado ou sofrer sanções do Banco Central. Dessa forma, as investigações realizadas pelo Ministério Público ficaram restritas ao depoimento, tomado na delegacia civil nos arredores do Conjunto Palmeiras, dos diretores do Banco responsáveis pela implementação da moeda (CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011).

Foi elaborado um relatório para o Ministério Público ressaltando o objetivo do Banco Palmas de inclusão social, estreitamento de relações, desenvolvimento de vínculo de confiança, coletivismo e pertencimento, por intermédio do uso da moeda Palmas entre outras iniciativas. Assim, mostrando a diferença de Bancos regulados pelo sistema financeiro com uma lógica de mercado e o funcionamento do Banco Palmas, que foca no desenvolvimento da comunidade, auxiliando as pessoas a saírem da pobreza assistencialista para uma posição participativa na atividade econômica reverberando na autoestima da comunidade. Além disso, justifica-se que a moeda nacional continuava a circular normalmente no território e com o mesmo poder de compra (JUNIOR & TORRES, 2004).

Após análise da documentação que foi entregue ao Ministério Público Federal, verificou-se que o Banco Palmas não havia realizado crime contra a União pela emissão da moeda social Palmas. Esse resultado destaca o Banco Palmas nacionalmente e abre caminho para novos projetos (CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011; JUNIOR & TORRES, 2004).

A parceria com o Estado tem início em 2003 após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por meio do Decreto nº 4.764, de 24 de junho do mesmo ano, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, que tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando a geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário (RABELO, 2017).

Nesse contexto, o IBP passa a ser parceiro da SENAES e tem como principal meta o desenvolvimento do comércio local, elaboração de programas e projetos que promovam setores produtivos, gerem renda e mantenham o dinheiro circulando por mais tempo no bairro e em outros territórios através da multiplicação de Bancos comunitários pelo país (JUNIOR & TORRES, 2004; PAIVA, 2006). Em 2017, devido à necessidade de redução dos gastos

públicos federais, são extintos vários ministérios e secretarias, entre elas a SENAES (PLANALTO, 2017).

### 2.3.2 PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO E GERAÇÃO DE RENDA

O Instituto Palmas, além de promover a inserção social por meio de crédito, foi essencial para fomentar a capacitação dos moradores e desenvolvimento de projetos em diversas áreas. Em comum, todos os programas foram baseados em demandas levantadas no território, na área de empreendedorismo, educação, consumo e produção. E pretenderam solucionar questões vivenciadas na comunidade, visando melhorar a qualidade de vida e promover oportunidades para seus integrantes no território (SIMIONI, 2016). Seguem alguns projetos com descrição das atividades nas tabelas 2 e 3 a seguir:

Tabela 2: Empresas desenvolvidas pela comunidade com incentivo do Instituto Banco Palmas.

<b>Setor</b>	<b>Empresa</b>	<b>Atividade</b>	<b>Origem</b>
Artesanato	Palmart	Produção de artesanato utilizando principalmente técnicas de estamperia e fuxico.	Mulheres da comunidade.
Confecção	Palmafashion	Produção de moda jovem, peças íntimas, fardamentos e camisas masculinas.	Incubadora feminina.
Artigos de couro	Palmacouros	Produção de bolsas, calçados e outras peças de couro.	Famílias da comunidade.
Material de limpeza	Palmalimpe	Produção de detergentes, água sanitária, amaciantes, desinfetantes e cera líquida.	Formação Palmetch.

Fonte: Adaptação de MELO NETO & MAGALHÃES, 2003; NEIVA et al., 2013; SINGER, 2013; INSTITUTO PALMAS, 2015; SIMIONI, 2016.

O desenvolvimento dessas empresas tem como função a criação de trabalho para a comunidade, geração de renda e manutenção do fluxo financeiro na região, pois se os

moradores consomem produtos e serviços locais, o pagamento desses itens ficam na cidade, são repassados aos trabalhadores e reinvestidos nas empresas que precisam fabricar mais produtos. Com a maior demanda contrata-se mais pessoas da comunidade em um ciclo virtuoso.

Tabela 3 : Projetos de incentivo o empreendedorismo e de formação desenvolvidos na comunidade.

<b>Programa</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Atuação</b>
Incubadora feminina	Reinsere/inserir socialmente mulheres em situação de risco social e pessoal.	Programa de segurança alimentar e geração de renda, iniciado em outubro de 2000, com o objetivo de incluir, social e economicamente, mulheres a partir de 16 anos, em situação de risco e social, moradoras no Conjunto Palmeira. A estratégia consiste em reintegrá-las ao ciclo econômico e social de forma a garantir-lhes renda que assegure, no mínimo o acesso ao alimento. A primeira turma de mulheres começou a ser incubada naquele ano e a cada seis meses, a incubadora recebe 20 (vinte) mulheres selecionadas na comunidade em situação de grave risco pessoal e social.
Projeto ELAS	Atender a mães de núcleo familiares contempladas com o Bolsa Família.	Iniciado em 2011, com objetivo de capacitar e incluir econômica e socialmente as mulheres da comunidade, esse programa, oferece educação profissional e financeira, crédito e formação cidadã.
PalmasLab – Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias	Contribuir na criação, desenvolvimento e/ou alavancagem de experiências de finanças solidárias através de soluções em tecnologia da	É uma iniciativa do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Economia Solidária que tem como finalidade potencializar e dar escala as Finanças Solidárias, através do uso da tecnologia da informação, dentro dos princípios da Economia Solidária.

	informação	
LAU - Laboratório de agricultura urbana	Ensinar o cultivo orgânico de plantas medicinais e hortaliças nos quintais das casas. Produção para o consumo próprio e excedente pode ser comercializado.	São programas que oportunizam o consumo de alimentos mais saudáveis, assim como, possibilita atividades produtivas que possam gerar renda para estes. Na sede da ASMOCONP funciona um laboratório que visa servir de modelo no uso dos quintais das casas para o plantio de hortaliças e criação das galinhas.
Palmoricó	Atuação similar ao LAU, voltado para criação de galinha caipira.	
Bairro Escola de Trabalho	Proporcionar aos jovens uma experiência profissional	São programas onde os jovens participam das atividades dos estabelecimentos da comunidade recebendo uma bolsa e formação de empreendedorismo.
Companhia Bate Palmas	Desenvolver negócios na área de arte, educação e cultura, focada nos jovens.	Programa emprega adolescentes para a fabricação de instrumentos musicais, montagem de espetáculos, gravação em estúdio próprio, oficinas de arte e apresentações artísticas.
Curso de Consultores Comunitários	Programa de formação de jovens e multiplicadores da Economia Solidária	Curso com duração de 600 horas onde são abordados os temas da Economia Solidária, formação do bairro, metodologia de crédito, viabilidade econômica, moeda social empreendedorismo.

Fonte: Adaptação de MELO NETO & MAGALHÃES, 2003; NEIVA et al., 2013; SINGER, 2013; INSTITUTO PALMAS, 2015; SIMIONI, 2016

Conforme Instituto Palmas (2008), seus maiores desafios para ampliação de seus serviços são: a dificuldade de acesso à tecnologia pelas empresas financiadas pelo Banco Palmas; a implantação da cultura de solidariedade e de valorização dos produtos produzidos localmente pelos moradores do bairro, a profissionalização da gestão do Banco.

Contudo, após imersão no campo realizada em 2018, foram percebidos a manutenção e o surgimento de outros desafios que serão levantados no capítulo de discussão.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O método de pesquisa qualitativa exploratória permite a utilização de diversas técnicas (RICHARDSON & PERES, 1985): estudo de caso, observação participante, entrevistas semiestruturadas e abertas, a captação de dados mais íntimos, de sutilezas e subjetividade do grupo e dos indivíduos (VASCONCELOS, 2013). Além dos elementos acima citados, foram realizados pesquisa e levantamento bibliográfico.

Segundo Correia (1999), a observação participante enquanto método de investigação qualitativa é realizada pelo contato direto e prolongado do pesquisador no campo com os atores sociais, sendo o próprio pesquisador também instrumento da pesquisa, que não deve atuar de forma intrusiva. Nesse processo, cabe ao pesquisador buscar e revelar os significados que as pessoas utilizam para balizar suas vidas e relações (SPRADELEY, 1980) documentando uma realidade não documentada (EZPELETA & ROCKWELL, 1986).

A análise de dados foi realizada por análise de conteúdo, pois essa metodologia possibilita o atendimento de inúmeras necessidades dos pesquisadores voltados a uma abordagem qualitativa. A análise de conteúdo se deu a partir de interpretação pessoal do pesquisador com relação à percepção que possui dos dados coletados nas entrevistas, associados às impressões descritas no diário de campo. Dessa forma, não sendo possível uma leitura neutra, pois toda leitura se constitui de sua interpretação para, a partir daí, serem criadas as seguintes categorias: a) Mobilização Social: “nós era nós por nós”; b) Fortalecimento Pessoal e Comunitário; c) Separação e Luto; d) moeda.social?

A decisão pela utilização de estudo de caso com inspiração etnográfica se deu por esta técnica permitir estudar o complexo tecido de relações pessoais e significados do Conjunto Palmeiras, por meio de convivência na comunidade – residência temporária em casa da moradora –, anotações em diário, e observação do dia a dia no campo, embrenhando-se por seu universo de significações, ações e relações que se encontram interligadas às práticas de Economia Solidária: educação, políticas públicas, crenças próprias, relações de trabalho, pessoais e comunitárias.

Tal entrelaçamento do campo, justifica a abordagem psicossocial na busca da compreensão e desenvolvimento da pesquisa, nas relações sociais que se dão entre os indivíduos e a comunidade (MINAYO, 1993) no território onde são vivenciadas práticas de Economia Solidária.

Segundo Campos (2018), a psicossociologia busca: vencer tanto o psicologismo de uma visão excessivamente individualista do sujeito psicológico (quando o sujeito é considerado o único responsável por sua própria personalidade, opiniões e crenças) quanto os excessos de sociologismo, que tende a colocar o indivíduo como mero reflexo das opiniões socialmente predominantes. Busca assim uma perspectiva dialética, que leve em consideração a dinâmica das contradições que constroem as representações subjetivas. (CAMPOS, 2018, p.29)

A abordagem interdisciplinar foi utilizada como uma estratégia primordial para produção de conhecimento, contrapondo perspectivas teóricas e disciplinares das áreas de psicossociologia, caracterizada não por um determinado objeto de estudo, mas por sua relação com este objeto (COSTA & MACIEL, 2009), em torno da questão da Economia Solidária. Segundo Moscovici (1985), a característica principal da Psicossociologia não é focada no objeto de estudo, mas sim na maneira de como se relaciona com seu objeto. Para Moscovici (1985) a Psicossociologia integra a dicotomia proposta pela Psicologia e Sociologia que evidenciam uma separação entre individual e social. Reforçando para Moscovici (1985) a definição da atividade do pesquisador em Psicossociologia como um mediador entre o diálogo macrossocial e individual.

Desta forma, acreditou-se ser possível fomentar estratégias de construção e sustentação da prática interdisciplinar. A conciliação de diversas correntes e pensamentos epistemológicos proporcionou um ambiente desafiador e complexo para pesquisa em que se destaca a interação e análise sempre sob a perspectiva do observador/pesquisador para o desenvolvimento do estudo (VASCONCELOS, 2013).

A inserção do pesquisador no campo se deu devido à necessidade de compreensão dos símbolos e cultura do território. Para isso, foi fundamental os requisitos de vivenciar o local, fazer parte e notar as sutilezas do dia a dia para captar o subjetivo daquela comunidade (MELLO & SOUZA, 2003). Assim, ao longo da pesquisa buscou-se identificar a relação dos indivíduos e sua comunidade com as práticas da Economia Solidária e o sentido do Comum ali vivenciados. No momento de imersão no campo e realização de entrevistas, tanto o observador/pesquisador quanto o observado são afetados por esse contato. Entretanto, consciente dessa interferência, o pesquisador buscou minimizar julgamentos pré-existentes do observador no território. Isso foi possível através de consulta às anotações no diário de campo, a escuta posterior dos áudios das entrevistas e pela imersão na comunidade alinhada

ao uso da plataforma digital e-dinheiro, o que corroborou para meu distanciamento e julgamento como pesquisador.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa exploratória estimulou a análise e o diálogo entre o que foi inicialmente cogitado, o que foi identificado no campo e a posterior análise dos dados. Na trajetória da pesquisa surgiram novas informações que indicaram a necessidade de rever aspectos do projeto inicial, desde seus objetivos à construção teórica. Isso aconteceu devido à maior familiaridade do pesquisador com o objeto de estudo no decorrer da pesquisa. Segundo Becker (1999), esses ajustes se dão conforme avaliação do pesquisador e seu orientador.

### **3.1 ETAPAS DA PESQUISA**

#### **3.1.1 LEVANTAMENTO**

Na fase de pesquisa bibliográfica, foi escolhido fazer um levantamento teórico sobre Economia Plural e Economia Solidária, utilizando os autores Polanyi, Singer, Lavelle e França Filho, e sobre o Comum com os seguintes autores: Laval, Dardot, Hardt, Negri e Ostrom.

#### **3.1.2 ELABORAÇÃO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA**

O roteiro de entrevista constante no Apêndice 2, bem como o RCLE constante no Apêndice 1, foram analisados e aprovados pelo comitê de ética antes da realização das entrevistas.

#### **3.1.3 PESQUISA DE CAMPO**

Foi escolhido como campo de pesquisa o Conjunto Palmeiras, no município de Fortaleza - no Estado do Ceará, no nordeste do Brasil.

No segundo semestre de 2018, foram realizadas no território as entrevistas abertas, semiestruturadas e observação participante por um período de imersão local de oito dias. Foi utilizado o critério de convivência, aleatoriedade e disponibilidade de forma não probabilística no processo de escolha dos entrevistados. A pesquisa foi feita com indivíduos num raio de até um quilômetro de distância da sede do Instituto Palmas ou Banco Palmas, as duas instituições funcionam no mesmo prédio.

Depois de realizar a revisão bibliográfica, tracei como estratégia entender a dinâmica de utilização das moedas sociais e ampliar nossa rede de informantes e indicações a partir da participação no 1º Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento. Logo em minha chegada, fiquei estupefato ao saber que a moeda social Palmas havia sido retirada de circulação e fora substituída pelo aplicativo e-dinheiro (dinheiro eletrônico).

Inicialmente, para entender o fluxo de circulação da moeda Palmas e as relações sociais desenvolvidas por essa utilização, seriam entrevistados proprietários ou gestores de empreendimentos e ainda usuários com base na aceitação e utilização da moeda palmas. O fato de não haver mais a utilização da moeda social Palmas no território fez com que eu mudasse o perfil dos 06 entrevistados para funcionários e ex-funcionários do Banco Palmas e da ASMOCONP com base na técnica “bola de neve<sup>10</sup>”. As entrevistas foram semiestruturadas e abertas, norteadas pelo roteiro disponível no Apêndice 2 para inspirar a discussão sobre a temática e o contexto, estimular a troca com os entrevistados e trazer à tona os temas e a problematização relacionada com a pesquisa.

Tabela 4: Perfil dos entrevistados. Fonte: Própria.

<b>Entrevistados</b>	<b>Idade</b>	<b>Vínculo com a Conjunto Palmeiras</b>
Tatiana	37 anos	Moradora e funcionária do Banco.
Fabiana	29 anos	Moradora e funcionária da ASMOCONP.
Carine	33 anos	Moradora ex-funcionária do Banco e da ASMOCONP
Emília	64 anos	Moradora e diretora da ASMOCONP
Lucimar	Não informada	Moradora e funcionária do Banco.
Leandro	35 anos	Funcionário do Banco.

Os relatos e dados captados durante a realização das entrevistas foram armazenados por um aplicativo de áudio instalado no meu *smartphone* e os arquivos de áudio foram diariamente baixados para uma pasta virtual na nuvem para prevenir risco e perda dos dados apurados. O tempo médio de cada entrevista foi de 1h45 minutos, houve uma variação de duração conforme disponibilidade dos entrevistados e desenvolvimento da entrevista. No

<sup>10</sup> Está técnica consiste na seleção de participantes por indicação sucessiva entre os próprios. (MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2004)

momento da entrevista e captura dos áudios, utilizei como apoio um caderno como diário de campo a fim de anotar impressões e gestos corporais não captados por áudio que trouxeram em alguns momentos das falas a percepção mais sutil dos entrevistados em relação às proposta de contradições e sutilezas ao trabalho. Durante as entrevistas foi necessário estar atento, focado e ao mesmo tempo ser sensível, flexível e disponível para perceber as nuances subjetivas<sup>11</sup> nos entrevistados. Após o período de entrevistas, os áudios foram transcritos para o documento *Word* e analisados por meio de classificação da construção das categorias dos dados por mime simultaneamente realizando a análise do conteúdo. Nesse sentido, destacando-se a categorização, descrição e interpretação como etapas essenciais desta metodologia de análise.

### 3.2 DESAFIOS PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA

Segundo Minayo (1993), Moraes (1999) e Vasconcelos (2013), sabe-se que ao usar uma metodologia qualitativa é necessário estar inserido no território para experienciar o cotidiano local e aprender mais que o óbvio. Faz-se essencial uma leitura integral dos sujeitos e do campo e estar atento não somente à fala. O pesquisador deve ser antes de tudo, observador, se conectar ao olhar, gestos, silêncios e ao não dito. Se entregar aos sujeitos e integrar com os espaços e território. Estas premissas foram *sinequa non* para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerei como maiores desafios a disponibilidade para conseguir agendamento de entrevistas com membros do território há bastante tempo cobiçados por pesquisadores e jornalistas, e a conquista de confiança das pessoas que foram entrevistadas. Entretanto, foi possível criar uma sensação de segurança e informalidade para o desenvolvimento de laços com os entrevistados para capturar informações, principalmente no momento de realização das entrevistas semiestruturadas. A falta de um bom relacionamento e vínculo anteriores com a comunidade provocou dificuldade de acesso ao campo e às pessoas chaves e às informações que poderiam ser concedidas, barreiras que foram enfrentadas até a chegada no campo. A partir do contato com um dos informantes<sup>12</sup> (Informante 2), tive a oportunidade de construir

---

<sup>11</sup>“A ênfase na subjetividade não é inconciliável com o rigor científico. Este não exclui nem substitui sentidos latentes e intuições não quantificáveis. A análise de conteúdo, numa abordagem qualitativa, ultrapassa o nível manifesto, articulando o texto com o contexto psicossocial e cultural” (MORAES, 1999, p. 7-32).

<sup>12</sup> Na etapa preliminar desta pesquisa, antes de ir ao campo, tive dois informantes: Informante 1 é um funcionário

meus próprios laços com os futuros entrevistados, sendo cuidadoso e respeitando o espaço e tempo de cada para não gerar trabalho além dos desenvolvidos no dia a dia e garantir a troca entre pesquisador e pesquisado.

Ressalto aqui os desafios que foram enfrentados para realizar essa pesquisa, alguns físicos e outros subjetivos que devem ser levados em conta e podem ter interferido no desenvolvimento do estudo.

Em termos de aspecto físico, enfatiza-se a distância do campo localizado em Fortaleza - Ceará e do campus universitário na cidade do Rio de Janeiro - no Estado do Rio de Janeiro, (local do Programa de mestrado) e, ainda, por não ter conhecimento de um informante que nos colocasse em contato direto com os integrantes do Banco Palmas.

Inicialmente, pensei que poderíamos transpor esse desafio utilizando meios de comunicação à distância para agendamento de entrevistas por *whatsApp*<sup>13</sup>. Infelizmente não obtivemos sucesso em realizar conversas preliminares por telefone, *Skype*, *whatsApp* ou outra plataforma digital disponível. Então comecei a pesquisar como poderíamos fazer um contato presencial com algum funcionário ou representante do Banco Palmas.

Meu primeiro contato com um funcionário do Banco Palmas ocorreu em 23 de novembro de 2017 no evento COLAB – Encontro de Redes de Inovação e Colaboração, realizado pela Escola de Comunicação no campus da UFRJ – Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, quando conheci um dos palestrantes do evento, que era funcionário do Banco Palmas e futuro entrevistado (Informante 1). Conversei com ele sobre meu projeto de pesquisa, como poderia entrevistá-lo e construir minha visita ao campo. Nesse primeiro momento, tive uma boa receptividade e logo trocamos contatos telefônicos e *facebook* (plataforma de relacionamento) para agendarmos uma conversa e futuramente a visita ao campo. Para não perder a abertura de relacionamento que tivemos no evento, imediatamente após ao seu término mantive contato com o Informante 1 me apresentando novamente e informando que gostaria de agendar minha ida ao território, entrevistá-lo e pensar em quais outros funcionários do Banco teriam disponibilidade para conceder entrevista. Infelizmente, após o contato presencial e por *whatsApp* ou *facebook*, o agendamento de entrevista e visita foi sem sucesso. Sempre quando eu enviava mensagens sobre o interesse de visitar o campo, e quando

---

do Banco Palmas, com quem estabeleci o primeiro contato; enquanto que o Informante 2 é um pesquisador de Economia Solidária, com experiência precedente no mesmo *locus* desta pesquisa.

<sup>13</sup> Programa de troca de mensagens por meio de telefone celular.

eu obtinha resposta, ela vinha somente com link de entrevistas e matérias jornalísticas sobre o Banco Palmas já concedidas.

A falta de abertura e retorno dos contatos me causou bastante desmotivação ao ponto de pensar em trocar o campo a ser pesquisado. Percebi nesse momento que precisava mudar minha estratégia e procurar outras formas para manter contato com o campo.

Somente em meados de 2018, aproximadamente sete meses depois do primeiro contato com o Informante 1, e após ler um artigo de um pesquisador de Economia Solidária, que havia realizado uma imersão no Conjunto Palmeiras há alguns anos atrás, tive a ideia de procurá-lo nas redes sociais para verificar se ele poderia me ajudar com a minha visita ao campo. Para o bom desenvolvimento dessa pesquisa, o retorno do Informante 2 foi acolhedor e, apesar de estar em uma viagem internacional, dispôs-se a me ajudar indicando outras pessoas com as quais consegui hospedagem no local. Essa jornada para conhecer o campo e as pessoas mostra como nem todo planejamento acontece da forma que pensamos, sendo necessário estar aberto e atento a novas possibilidades para concluir nossas atividades. Esse aprendizado de se reinventar e ver os dados e informações de outra forma foi marcante em vários momentos dessa pesquisa.

#### 4. DISCUSSÃO

Nesse capítulo, seguirei com minhas observações e impressões a partir do diário de campo, análise de dados e conteúdo das entrevistas. O primeiro contato com a comunidade aconteceu no 1º Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento, entre os dias 04, 05 e 06 de setembro de 2018, em Fortaleza - Ceará.

No dia 04 de setembro de 2018, estava ansioso e apreensivo para participar do 1º Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento e com a fila que poderia ter para o cadastramento no evento, pois a estimativa da organização do Banco Palmas para os três dias do encontro chegava a 5.000 participantes (BANCOS SOLIDÁRIOS, 2018). Por isso, cheguei ao local de realização, Praia Centro Hotel, localizado na Praia de Iracema, uma hora antes do início.

Para minha sorte não havia filas, e muitas pessoas disponíveis para realizar o cadastramento e dar orientações sobre a programação do Encontro, pois na parte da tarde havia vários painéis temáticos acontecendo simultaneamente com assuntos bem interessantes e difíceis de escolher.

A abertura do Encontro foi realizada com atraso, acredito que pela quantidade de pessoas que estavam no evento, pois o salão principal onde acontecia o evento geral pela manhã estava com aproximadamente 20% da capacidade ocupada pelos participantes. O grupo Batuque de Mulheres, composto por 14 mulheres, abriu o evento tocando maracatu e ritmos do norte e nordeste junto com os participantes, sem utilizar o palco. Isso me trouxe uma sensação de horizontalidade e equidade da proposta do movimento e, simultaneamente, um possível não reconhecimento do grupo em se ver como artista ocupando seu lugar no palco. O Batuque de Mulher empolgou a plateia e fez todos dançarem. No final da apresentação, a fala “ao tocar a gente se mostra como é, como quer ser.” (Elaine, cantora, moradora do Conjunto Palmeiras) retrata a construção de um subjetivo feminino, identitário e social que será tangenciado várias vezes na história do Conjunto Palmeiras.

O destaque da participação das mulheres nas práticas de Economia Solidária no Conjunto Palmeiras não se reflete na formação da mesa de abertura do Encontro composta por 11 pessoas, sendo 4 delas mulheres. A restrição de espaço trouxe ao evento um layout diferenciado para a mesa de abertura. Foram colocadas duas fileiras de cadeiras atrás da mesa para todos os participantes. Nesse momento, os homens foram os primeiros a se sentarem

ocupando todas as cadeiras da frente. Ao perceber que a mesa estava completamente composta por homens, um dos participantes da mesa puxa uma cadeira da fila de trás para frente integrando na primeira fila uma mulher. Em certo momento houve até uma mulher esperando em pé, até a produção trazer mais uma cadeira, enquanto todos os homens permaneciam sentados. A cadeira que chegou foi colocada na primeira fila e mais uma mulher assumiu esse lugar. Curiosamente, após a apresentação de todos foi chamada à mesa a representante negra do movimento de minorias, com temática específica de mulheres negras, indígenas e quilombolas, e mais uma vez nenhum homem se movimentou para dar lugar para a mulher. Foi uma das mulheres que estava na primeira fila que cedeu seu lugar. Pude constatar ao escrever esse texto que anotei o nome do homem que cedeu seu lugar, mas não os das mulheres envolvidas nessa situação. Talvez a interpretação desse tratamento diferenciado entre homens e mulheres tenha acontecido após minha inserção no grupo de estudos da pós-graduação no qual se pesquisa o empreendedorismo e lugar da mulher na sociedade.

Observo essa minha miopia também na apreensão das falas de abertura todas de homens focadas nos recursos monetários e financeiros do capital. “Um terço do PIB brasileiro é produzido por micro e pequenas empresas” (Joaquim, representante do Sebrae); “70% do PIB hoje é formado de renda do capital e 30% da renda do trabalho”; “o governo federal reconhece a importância das economias solidárias para o Brasil”. Essas falas se mostraram contraditórias durante as entrevistas no campo, uma vez que o governo reduziu<sup>14</sup>os investimentos e apoio a projetos de Economia Solidária em diversos territórios.

Nos intervalos entre os painéis havia uma feira de artesanato e produtos locais produzidos por moradores do Conjunto Palmeiras e comunidades próximas. Nesse momento, um choque de realidade para mim que modificou o andamento da minha investigação sobre a moeda social Palmas, pois ela estava sendo apresentada em cartela, como se fosse uma apresentação de coleção de selos, um item de museu. A moeda Palmas era mostrada para os participantes do Encontro a partir de sua história e função de ter transformado a cultura, fomentando o consumo local e inspirado a criação de outras moedas no Brasil. Soube naquele exato instante que a utilização da Palmas havia sido integralmente substituída pela plataforma digital e-dinheiro, e até ali não havia identificado na minha pesquisa teórica essa informação.

---

<sup>14</sup><https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/557479-COOPERATIVAS-PEDEM-APROVACAO-DE-POLITICA-NACIONAL-DA-ECONOMIA-SOLIDARIA.html>. Acessado em 24/04/2019.

Primeiramente uma sensação de desespero e angústia por pensar que a pesquisa não fazia mais sentido, já que a moeda Palmas não estava mais em circulação. Levei algum tempo andando entre os expositores dos produtos locais, enquanto digeriria essa informação atual de não existência da moeda Palmas e pensando em como conduzir a pesquisa a partir disso. Fiquei vagando meio incrédulo entre os expositores e, apesar de saber que não existia mais a Palmas, insisti perguntando a cada um dos expositores se aceitavam a moeda social Palmas. A resposta que obtive era que agora só aceitavam pagamento pelo aplicativo e-dinheiro. Resolvi baixar o aplicativo e-dinheiro no meu celular e ler as instruções de uso. Para utilizá-lo tinha de depositar Reais (R\$) em uma conta da Caixa Econômica Federal ou em uma casa lotérica e esperar o recurso ser transferido para o aplicativo. Como eu estava no Encontro, não precisei fazer esse procedimento, pois havia uma funcionária do Banco Palmas que fazia essa movimentação na própria feira. Dessa forma, paguei em dinheiro R\$ 100,00 (cem reais) e tive esse recurso diretamente transferido para minha conta no e-dinheiro. Fiquei explorando a funcionalidade do aplicativo com o intuito de utilizá-lo no próprio Conjunto Palmeiras durante a imersão.

No último dia do Encontro, participei de uma seção de *Hackthon* e-dinheiro, em que eu encontrei dificuldade para entender o que isso significava, pois na programação a descrição era a *fintech*<sup>15</sup> solidária dos Bancos comunitários do Brasil. *Hackthon*<sup>16</sup> é a junção de duas palavras: *hack* muito utilizada na área de tecnologia que significa programar e desenvolver programas (*softwares*) de excelência e *thon*, de origem de *marathon*, em português maratona, a união dessas palavras forma *Hackthon*. No ambiente empresarial, indica que as pessoas da área de tecnologia da empresa fazem uma maratona para trazer soluções para programas (*software*) – de forma a impactar positivamente a funcionalidade deles.

Nessa maratona tive contato com diversos desafios enfrentados pelos usuários do aplicativo e-dinheiro. Na primeira rodada, os participantes foram divididos por temas e em seguida fizemos uma seção de “toró de ideias”<sup>17</sup> dizendo tudo que não funcionava bem ou impedia o acesso de potenciais usuários ao aplicativo. Foram levantados diversos desafios,

<sup>15</sup>Fintech são instituições financeiras que utilizam recursos tecnológicos, como por exemplo o aplicativo e-dinheiro, considerado *fintech* social.

<sup>16</sup><https://tudo-sobre.estadao.com.br/hackathon>. Acessado em 12/01/2019; <https://forbes.uol.com.br/tag/hackathon/>. Acessado em 12/01/2019 e <https://www.meusdicionarios.com.br/hackathon>. Acessado em 12/01/2019

<sup>17</sup> Tradução livre para palavra inglesa *Brainstorm*, um método criado nos Estados Unidos, usado para testar e explorar a capacidade criativa de indivíduos ou grupos, principalmente nas áreas de relações humanas. <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/brainstorming-tempestade-de-ideias,0f08000e96127410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acessado 14/05/2019

como: não ter telefone celular, acesso à internet, pessoas sem acesso à escolarização, o aplicativo ser muito pesado e ocupar muito espaço no celular, o aplicativo não ser intuitivo, não possuir instruções, ter letra pequena, entre outros. Na segunda rodada do “toró de ideias”, sugerimos soluções para as questões levantadas. Todo esse movimento foi mediado por pesquisadores da área de tecnologia que utilizariam essas informações para fazer melhorias no aplicativo.

No Encontro de Bancos comunitários, tive acesso à novas práticas de finanças solidárias por meio de *fintech* e verificação por *blockchain* (conhecido como “o protocolo da confiança” por ser feito pelos próprios usuários, é uma tecnologia que funciona de forma descentralizada como medida de segurança das transações financeiras) e criptomoedas (utiliza a tecnologia *blockchain* para validar as transações e criar novas moedas, funcionando de forma descentralizada). A criptomoeda mais conhecida é a *Bitcoin*. Esses painéis de *fintech* demonstraram uma tendência de valorização de moedas e práticas financeiras digitais em detrimento da tradicional utilização de cartões de crédito, cheque, dinheiro e moedas sociais.

Encerrando o painel do último dia, em um dos momentos mais intensos do Encontro, houve um relato emocionante da Roberta, moradora do Conjunto Palmeiras há mais de 30 anos. Ela falou sobre a constituição do bairro, a luta, as relações de proximidade, de como a união de todos foi benéfica para a comunidade e como ela, apesar de estar na faculdade, não possui intenção de sair do Conjunto Palmeiras. Durante essa fala, uma das participantes do encontro se levanta, visivelmente emocionada, e já se desculpando pela interrupção, solicita fala.

Com uma voz forte, sem microfone, e com olhos marejados, relata “A higienização continua. Cumbuci e Porto Galo estão passando por expropriação de moradores para o Conjunto Palmeiras”. Embora fosse moradora de Cumbuci (Fortaleza, Ceará), comunidade expropriada e em remanejamento para o Conjunto Palmeiras, mesmo triste pela desterritorialização<sup>18</sup>, ela disse que gostaria de conhecer e se aproximar mais das pessoas do Conjunto Palmeiras para aprender também como fazer para transformar sua realidade.

Essa declaração alterou mais uma vez minha percepção limitada sobre o campo, na qual eu pensava que a expropriação para o Conjunto Palmeiras tivesse ocorrido somente na

---

<sup>18</sup> Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de formas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial.[...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

década de 70. No decorrer de minhas entrevistas pude constatar que esse cenário se repete até hoje, inclusive a expropriação de moradores do Conjunto Palmeiras agora também pelo poder paralelo do tráfico.

Finalizando o evento, foi realizada a leitura da Carta de Fortaleza com as propostas apresentadas durante o Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento.

Figura 6: Foto de encerramento do Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento.



Fonte: (BANCOS SOLIDÁRIOS, 2018)

Após o término do Encontro, segui para celebração do aniversário de 20 anos do Banco Palmas, dando início a imersão do campo no Conjunto Palmeiras.

## O Conjunto Palmeiras

Cheguei por volta das 18h30 no campo de futebol localizado na Rua Valparaíso, em frente ao número 169, via principal do Conjunto Palmeiras e local da celebração.

Mesmo com uma hora de atraso, o campo de futebol ainda estava vazio. Havia aproximadamente 40 pessoas, contando com expositores de barraquinhas de comida, bebida, brinquedos para as crianças e policiais, e me chamaram a atenção por estarem com várias armas à mostra em um grande número, aproximadamente dez, mais dois carros e duas motos. Apesar de todo esse policiamento, prevaleceu em mim uma sensação de insegurança. Lembrei-me imediatamente de momentos nos quais andei de *Uber* pela cidade de Fortaleza

conversando com os motoristas sobre o motivo da minha visita e todos, sem exceção, falavam para eu ter cuidado, não andar sozinho e principalmente à noite, pois a violência no bairro era grande.

Fui ao Banco Palmas para conhecer suas instalações e todos que estavam lá. Ao entrar no Banco e ver aquela agitação das pessoas se preparando para o show, transportando os alimentos para as barracas, percebi que não teria muito que fazer, pois todos estavam focados na celebração.

Aquela movimentação despertou minha fome e me direcionei para uma loja de açaí em frente ao campo de futebol e a primeira pergunta que fiz, cheio de entusiasmo e expectativa foi: “Posso pagar com e-dinheiro?” A resposta foi positiva, mas naquele momento, para minha frustração, o dono da loja falou que não poderia aceitar, pois o celular dele estava quebrado e estava aceitando somente Reais ou cartão de crédito ou débito. Durante minha estadia no Conjunto Palmeiras voltei nesse comércio mais uma vez depois de 4 dias e dessa vez a resposta que tive foi que o celular estava com a filha.

Depois do lanche, fui tratar da minha hospedagem pré-agendada, via *whatsApp*, com um dos contatos intermediados pelo Informante 2. Encontrei pessoalmente com Joana, moradora do bairro, que alugou o quarto do seu filho, estudante em uma universidade fora da cidade, para mim. Joana demonstrou bastante interesse na minha investigação na comunidade e imediatamente me apresentou para sua família, amigos e lideranças locais falando da minha pesquisa e das conexões que eu precisava fazer para chegar em outras lideranças, além de contar um pouco da história do bairro.

Algumas pessoas que havia acabado de conhecer me falaram que o e-dinheiro não era isso tudo. Os comerciantes não utilizavam e a maioria nem sabia o que era. Fiquei um pouco confuso com todas essas informações num curto espaço de tempo, no meio do show, que contou com apresentação de artistas, grupos musicais e associações locais, além da bateria e passistas da escola de samba carioca Paraíso do Tuiuti<sup>19</sup>.

Diante de um evento com uma programação tão diversa, a baixa participação de moradores na festa me chamou a atenção. Havia aproximadamente 160 pessoas dos 40 mil habitantes do bairro num espaço com capacidade mais de 2.000 pessoas. Não identifiquei no entorno qualquer divulgação sobre a festa, ainda assim, por que uma adesão tão baixa em um evento de 20 anos de um Banco Comunitário? Essas percepções foram constatadas e relatadas

---

<sup>19</sup> O critério de escolha desta escola deve-se ao fato de, além de ser vice-campeã do carnaval no ano corrente (2018), a Paraíso do Tuiuti homenagearia Fortaleza no enredo de 2019.

posteriormente nas entrevistas e podem refletir aspectos referentes a separação do Banco Palmas dos moradores, ou mais especificamente da ASMOCONP.

Aproveitei a oportunidade para utilizar o e-dinheiro, mas soube na primeira barraca que não aceitavam. Agradei e fui para outra barraca ao lado, e a reação à minha pergunta para pagar com e-dinheiro foi mais entranha ainda. As vendedoras se olharam, riram e me responderam não. Na terceira abordagem, os vendedores não sabiam o que era e-dinheiro, e perguntaram para mim o que era. Eu expliquei: é o aplicativo do Banco Palmas para fazer pagamento... Eles não conheciam.

A aceitação do e-dinheiro apresentada no 1º Encontro Global de Bancos comunitários não correspondia à realidade do campo. A partir daí, novamente, pensei que meu projeto de pesquisa tinha acabado e não sabia o que fazer. Uma moeda social retirada de circulação em 2015, substituída pelo aplicativo digital e-dinheiro que não é aceito no território e no próprio evento do Banco.

Essa recusa na aceitação do e-dinheiro se repetiu em todas as barracas até eu chegar na barraca Elas. Senti um alívio e a possibilidade de que a pesquisa teria condições de continuar. Entretanto, após entrevistas realizadas no campo, soube que a barraca Elas faz parte do Projeto do Banco Palmas e é atualmente um dos três únicos estabelecimentos do território que aceitam pagamento pelo e-dinheiro.

Definitivamente hospedado no território, comecei minha primeira incursão no Conjunto Palmeiras visitando uma feira semanal do bairro. Com uma infinidade de itens, a feira vendia desde frutas a acessórios eletrônicos e, como no evento, nenhum dos feirantes que abordei aceitava e-dinheiro.

Ao longo de oito dias de imersão, encontrei somente dois estabelecimentos comerciais que aceitavam pagamento com o e-dinheiro: o Restaurante Elas e Cordeiro Supermercado.

O Elas é um projeto de culinária do Banco Palmas. Inicialmente voltado para capacitação remunerada (bolsa auxílio) de mulheres em gastronomia e geração de renda pela produção e venda de refeições. No período no qual estive no bairro não havia mais recursos financeiros para a realização de cursos e pagamento de bolsa. Neste contexto, atualmente, o Elas funciona apenas como restaurante servindo almoço basicamente para os funcionários do Banco Palmas.

O outro estabelecimento é Cordeiro Supermercado, localizado a 260 metros do Banco Palmas. Conversando com os funcionários sobre a utilização do *app*, fui informado que a procura por esse meio de pagamento é baixa e realizada praticamente por três pessoas.

Visitei também um restaurante, quase em frente ao Banco Palmas, com adesivo fixado no caixa dizendo: aqui aceita e-dinheiro. Quando fui pagar minha conta com *app*, a dona do estabelecimento informou-me que não aceitava mais, pois não há procura, o sistema dá problemas e é complicado para usar.

Além das abordagens realizadas nos comércios no entorno do Banco Palmas pesquisando a adesão ao e-dinheiro, a imersão no campo teve como objetivo principal a seleção dos participantes e a realização das entrevistas.

Embora estivesse norteado pelo roteiro de entrevista, algumas perguntas foram suprimidas e atendidas por longas narrativas contemplando as questões. As narrativas tiveram marcadores recorrentes que entendi como categorias espontâneas. Ou seja, a definição da categorização do conteúdo foi realizada após a visita ao campo e análise dos dados, checagem das anotações e áudios ouvidos diversas vezes.

O impacto da moeda social na vida da comunidade do Conjunto Palmeiras, assim como mencionado nas falas, remete ao processo de pertencimento, ação e mobilização comunitária, a partir da ASMOCONP, que precedem e culminam na criação do Banco. Deste modo, a primeira categoria chama-se “Mobilização social: “nós era nós por nós” à criação do Banco Palmas”.

As mudanças promovidas pelas práticas de Economia Solidária, em âmbito individual e coletivo, compõem as narrativas de todos os entrevistados; por conseguinte, o “Fortalecimento pessoal e comunitário” é a segunda categoria.

Outro marcador enfatizado nas entrevistas é a ruptura entre o Banco Palmas e a ASMOCONP, de modo que “Separação e Luto” denomina a terceira categoria.

Ainda em uma linha cronológica, a quarta categoria trata do novo contexto da Economia Solidária no Conjunto Palmeiras após esta separação que categorizo como “moeda social?”, apresentando as perspectivas dos entrevistados sobre as “Mudanças de práticas: do Palmas ao E-dinheiro” – sub categoria – e a reflexão quanto ao viés comunitário do Banco Palmas, expresso na sub categoria “Banco. Comunitário?”

A partir das categorias supracitadas, apresento os resultados e análises de conteúdo das entrevistas.

#### 4.1 MOBILIZAÇÃO SOCIAL: “NÓS ERA NÓS POR NÓS”

Nesta categoria estão inseridas as histórias e memórias dos moradores do Conjunto Palmeiras na construção do bairro. Apesar de haver um capítulo anterior sobre o território, em todas as entrevistas foram captadas falas que reforçavam como as pessoas chegaram, encontraram e, posteriormente, como transformaram o Conjunto Palmeiras por meio de ações coletivas a partir da própria comunidade. Trazendo nesta categoria, desde as mobilizações em prol da melhoria de infraestrutura, o sentimento de pertencimento despertado por essas ações, a criação da ASMOCONP até a fundação do Banco Palmas. Conforme, Zaoual (2006) o pertencimento ao território acontece somente a partir do compartilhamento de visões de mundo e crenças comuns entre as pessoas, que assim constroem suas relações sociais.

O início das narrativas remete a expropriação e ocupação deste novo território:

...em [19]73 quando a prefeitura resolveu tirar os moradores lá da orla marítima, né? De Fortaleza, jogar...fez aquela especulação imobiliária, pra fazer prédios na beira mar...e toda aquela praia ali, aquela coisa bonita ali, né? Que hoje nós temos. Aqueles ponto turístico. E tirou o povo de lá e...jogou pra cá pra dentro do mato, né? Então a gente voltou...a, a época primitiva mesmo, né? Porque quando eles trouxeram o povo de caçamba, porque a gente chegou aqui. (Emília)

...essa remoção, foi uma remoção por questões imobiliárias, por interesses de...dos ricos... (Lucimar)

...porque também é...de certa forma as pessoas foram meio que jogadas pra cá a própria sorte...(Lucimar)

Quando os moradores removidos do litoral de Fortaleza chegaram ao Conjunto Palmeiras, precisaram cuidar de toda infraestrutura local e da construção de suas casas. Não houve remoção organizada para uma área urbanizada e com serviços sociais necessários para a chegada dos moradores. Não havia saneamento básico, água encanada, luz, etc. E isso retrata a anulação de qualquer direito cidadão para as pessoas que já haviam sido retiradas de suas casas.

Então tinha muita, muita, muita casa de taipa. É, inclusive a gente já até morou um tempo numa casa de taipa. A minha família morou em casa de taipa, que o meu pai tava construindo a casa, é, de tijolo... (Lucimar)

Figura 7: Foto Conjunto Palmeiras década de 70.



Fonte: Arquivo particular (MATTOS, 2018)

Lembro também que eu ia várias vezes pegar água com a minha mãe no chafariz, porque antes faltava muita água aqui. (Lucimar)

Figura 8: Foto Fila para pegar água, Conjunto Palmeiras, década de 70.



Fonte: Arquivo particular (MATTOS, 2018)

...não tinha gás. Quem trouxe fogão e bujão, o gás que trouxe, e que acabou, não tinha onde comprá...aqui num vinha carro de gás, aqui num vinha ambulância...aqui num vinha...aqui não...tinha nada...aqui só tinha nós mesmo dentro do mato. Então nós era nós por nós. Nós por nós e era mais

ninguém. E foi quando a gente acordou e viu que nós éramos gente, que nós tínhamos direito. E aí a gente começou...se mexer. (Emília) (Grifo nosso).

O Conjunto Palmeira é um bairro guerreiro, né? Um bairro de muita luta...de muita resistência dos moradores, né? Não é em vão que antigamente nós éramos chamados até de índios! Eu achava...no início a gente até achava meio ruim, quando chamavam nós de índios, mas depois eu vi que...a gente não tinha que se chatear, porque o índio é muito desbravador, né? (Emília)

As dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores do Conjunto Palmeiras levaram esse grupo de pessoas a se organizarem em associações e mutirões para a construção do bairro e cobrar do Estado melhores condições de vida, tal como descrito por Albuquerque (2002) e Junior & Torres (2004). As Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) tiveram papel fundamental no início para orientar os moradores, em como canalizar e realizar da organização comunitária em busca de seus direitos.

A maioria das pessoas que tem, que tem aqui, que vem dos movimentos sociais aqui da comunidade, teve uma influência muito forte das CEBS... Elas, elas ajudaram muita gente aqui a construir essas relações de solidariedade, né? Então, assim, entre os grupos, eu acho que essa formação política que a gente recebe tornam as pessoas mais solidárias nesse aspecto... (Carine)

...E aí teve a luta...aí o padre, veio o padre, que vinha celebrar missa e começou por aí...E aí o povo começou a se organizar. Nessa organização o povo...o povo não sabia o que estava fazendo, nós não sabíamos o que estávamos fazendo, mas nós estávamos ali é...criando um movimento. Que esse movimento, mais tarde recebeu o nome de Associação de Moradores do Conjunto Palmeira, e foi daí que foi nascendo vários e vários projeto, várias e várias lutas, lutamos pela água, lutamos pela, pela moradia digna, lutamos pela iluminação pública. Que quando a Associação de Moradores, ela começou a se formar, mas só em 81, em 1981, dia 11 de fevereiro, é que ela foi registrada em cartório, tudo, foi legalizada, né? Mas só que a nossa luta já estava acontecendo já...A gente ia pra o Palácio do Governo, e se juntava e ficava lá, acampado, levava baião de dois, peixe assado...e aí a gente passava o dia, passava a noite e conseguimos a água, conseguimos a energia. É...os moradores mesmo construíram uma maternidade. (Emília. Grifo nosso.)

Tudo é luta da Associação dos Moradores. (Emília)

Foi nesse contexto, com a fundação ASMOCONP, que a comunidade iniciou as propostas e o desenvolvimento de projetos no território, para acesso aos direitos e construção de Comuns (DARDOT & LAVAL, 2017). Trazendo para o Conjunto benfeitorias como: linhas de transportes públicos urbanos, pavimentação, melhorias no saneamento, promovendo mais qualidade de vida para seus moradores (ALVES & BURSZTYN, 2009).

Palmeiras tem uma história...acho que até diferente dos outros bairros de construção, de outros bairros de Fortaleza, porque, é...aqui, aqui tem pessoas que lutaram pra ter quase tudo que a gente tem hoje aqui, né? Lutaram pra ter água, é...lutaram pra ter escolas, pra ter...pra ter maternidade...(Lucimar)

Esses mais velhos, Seu Eliésio...também que não está mais conosco. Então foi aí que esse povo começou a chamar as outras pessoas e começou a dizer: “Olha, nós temos direito. Nós somos gente. E vamos à luta.” (Emília).

Eu conheci uma pessoa maravilhosa, que é o Seu Augusto, que quanto mais eu falo com ele, mais ele tem pra me ensinar. Que ele chegou aqui 74, por aí, 75; e uma pessoa que lutou demais e apanhou pra que hoje ele tivesse água, luz. E aí, toda vez que ele me fala da história do bairro, eu tenho cada vez mais orgulho de morar aqui, porque não foi uma coisa que já tava montada...Não foi uma coisa que o político veio aqui e fez. Tudo que tem aqui, é uma articulação dos moradores, tudo uma articulação de moradores. Quando você menos imagina, às vezes não é só pelo lado da associação do banco, tem outros movimentos dentro bairro que também faz essa articulação...aí você pára pra pensar o tão coisa que esse povo conquistou, né? uma praça, 2 postos de saúde, sabe? 8 escolas! Temos o ABC, temos um circo-escola, né? Coisas circenses...tu deve ter ouvido a história que nós temos 1 canal fechado pelo próprio moradores...a gente conseguiu um asfalto, uma drenagem com pavimentação e que o itinerário do ônibus entrasse, porque ele não entrava. As pessoas vinham à pé, né? Então, a gente conseguiu, as 2 linhas de ônibus entrassem, né? (Fabiana)

A história do Conjunto Palmeiras traz um interessante exemplo de como as relações sociais têm o poder de transformar realidades. O sentido de coletividade construído nas atividades de rotina em comum foi um importante mecanismo para a geração de bem viver.

...você vai a tardezinha, vai vê as pessoas sentadas na, nas calçadas, os vizinhos sentados nas calçadas...conversando, jogando baralho, jogando dama. E ali não deixa de ser uma troca de, de experiência...(Lucimar)

...as pessoas têm um interesse de fazer junto, comprar junto as coisas. Então tipo, então na rua é sempre isso. Faz cota, compra juntos e faz as coisas. Na rua também tem a história de piquenique, a gente faz piqueniques todo mundo junto... (Tatiana)

...as relações também dentro da periferia ela se dá de maneira diferente que na área nobre, né? Dentro da periferia há um sentimento de coletividade maior, né? Eu me lembro que quando a gente era criança, quando eu era criança que às vezes faltava um arroz, aí o vizinho trocava, a gente trocava com o vizinho. (Carine)

...as ações que são desenvolvidas dentro do bairro sempre são ações em comum. Entendeu? As nossas ações. Porque tudo é pro bem-estar do povo. (Emília)

A organização coletiva estreitou os laços comunitários e despertou o protagonismo local para construção de uma realidade mais inclusiva, colaborativa e polifônica em que todos tinham espaço para exercitar sua voz, materializado na construção de Comuns (VIEIRA, 2014). Assim o protagonismo e a ação política da comunidade precedem e são responsáveis pela criação do Banco Palmas pela ASMOCONP.

(...)Eu sempre fui muito participativa na escola...a escola que eu estudei, ela tinha uma relação muito próxima com as lutas da comunidade, então a gente participava de caminhadas, de passeatas, é, na época eu era líder de sala, aí como líder de sala, cada líder de sala uma vez por mês ia participar das assembleias da Associação de Moradores, e isso enquanto o Palmas ainda não existia, né? (...) acho que esse sentimento de participação social ele em mim veio pela escola que eu estudei...lutando pela construção da, da, escola, né? pela reforma da escola, né? (...) porque foram anos e anos funcionando numa estrutura precária, né, então a escola me possibilitou isso, né, esse engajamento...(Carine)

Porém, entre as demandas comunitárias, além da melhoria da infraestrutura, o bem-estar implica para os entrevistados no acesso ao consumo e oportunidades de geração de renda. Assim, com este objetivo, a Economia Solidária no Conjunto Palmeiras estabeleceu-se por meio da fundação do Banco Palmas.

[Sobre qualidade de vida no Conjunto Palmeiras] Eu acho que é se...é ter trabalho. É ter um trabalho, viver é, uma vida... que você tem paz, e que você consegue ter escola, educar os filhos, uma vida mais tranquila, e consegue é...ter uma boa alimentação, que eu, que eu quero dizer, uma boa alimentação não é...caviar, né? Comer caviar, né? Nem...(risos) mas, mas você poder comprar uma fruta, poder comprar um peixe...né? Poder comprar uma verdura...ter uma academia...é...poder levar o filho ali, prumaa...prumaa... pruma areninha, onde ele possa se exercitar, pruma pracinha... (Emília)

...criação do Banco, é...veio serviços pra comunidade, né? porque, tipo, antes a comunidade tinha que ir e fazer suas compras...tinha que fazer pagamento da, da, de contas, tudo lá fora. Tudo em, sei lá!, Messejana, que são bairros, né? pouco...são bairros mais antigos que aqui e são bairros que tem mais serviços. (Lucimar)

...a gente era correspondente bancário do Banco Popular do Brasil, depois a Caixa Econômica, mas a gente é intermediário...Aqui seria, uma coisa nossa. Isso foi muito legal... (Leandro)

Funcionava a Associação e Banco dentro...funcionava tudo no mesmo espaço. Então, tipo, era um movimento constante de, de morador, principalmente de moradores. (Lucimar)

A fala da Tatiana resume bem as questões da Economia Solidária na comunidade.

...Então, todo o nosso processo de Banco Comunitário é de fazer a economia de uma forma diferenciada pra que a gente consiga efetivamente criar relações mais humanas, mais solidárias entre as pessoas. Então, é isso que a gente tem que incentivar. Então, a gente tem todo processo financeiro do Banco conseguir fazer as nossas coisas de forma social, que é fazer com que as pessoas se comuniquem entre si e tal. (Tatiana)

Enquanto Banco Comunitário, o Palmas estendeu os laços de confiança entre os moradores às práticas financeiras e de atendimento, como uma economia de confiança comparada a lógica mercadológica (SADDI, 1997; CAMINHA & FIGUEIREDO, 2011; BAUMAN, 2013). Possibilitando crédito sem garantias, com menor inadimplência e atendimento consciente ao “cliente”, tanto no esclarecimento das práticas de Economia Solidária que constituíram o Banco, quanto no atendimento profissional e empático, pelos funcionários-moradores era visto como uma coisa só.

No início o Projeto Banco Palmas, ele era aqui dentro, porque ele era um projeto da Associação de Moradores...(Emília)

Então você tem que ter essa consciência de que: você quando vier aqui no Banco Comunitário você tá trabalhando com pessoas, dos mais diferentes jeitos, e eles já vem com uma, com uma...carga em cima dele. Elas sempre tão sendo expulsas de lugares.[...]. Elas nunca tão em um lugar que elas possam ser bem tratadas. Então se a gente tá aqui, a gente tá, aqui por causa dessas pessoas, porque elas precisam, da gente. E se elas precisam da gente, a gente tem que dar o máximo do que a gente puder pra elas! Desde um atendimento, até exatamente pensar alguma coisa que dê pra melhorar a condição de vida delas. (Tatiana)

...tipo, de ter aula com, com o Joaquim, de ter aula, entendeu? tipo, qual que é, por exemplo, um jovem aprendiz na Caixa, quem que é o gerente do Banco que vai, né? tipo, né? o gerente maior, o *Master*[Cartão de crédito] perder o tempo dele pra ir tar te ensinando? Ele não vai tá te ensinando nada. Quem que é, lá dentro da Caixa que vai, tipo, te contar a história da Caixa? Não. Se quiser, você que vai atrás, eles não tão nem aí. Você tá lá pra dar apoio, pra ser apoio de um dos técnicos, dos concursados que tá lá, né? Eles não tão nem aí pra qual que é teu papel ali, assim, né? tipo, qual que vai ser o teu papel ali dentro, eles só querem que tu faça teu trabalho e pronto. E aqui, e aqui, não, tipo, é...todo mundo, né? que tinha algo que desempenhava suas atividades, tirava o tempo e ia lá conversar com a gente. Isso pra mim foi muito bacana, então, foi a partir daí, foi uma das coisas que pra mim eu já comecei a...a ver, a perceber, toda essa história, todo esse trabalho com outros olhos. (Lucimar).

Na fala dos entrevistados é possível compreender seu entendimento sobre a Economia Solidária.

...Economia Solidária pra mim, que eu descobri, né? Quando eu me envolvi aqui na instituição, é ajudar, é compartilhar, é dividir, né? É trabalhar transformações com a comunidade... Não visando o lucro, mas visando o bem estar, visando a boa qualidade dos produtos...no passado eu não sabia disso, e eu vim aprender com o tempo essa parte da Economia Solidária, do partilhar, do dividir, do trocar...a gente é livre e pode trabalhar nas duas economias... (Fabiana)

...a gente não vai pedir nenhuma garantia, então a garantia que a gente vai ter é uma garantia de mostrar, trabalhar com a confiança, né? O Banco, com a confiança de que a pessoa vai, tipo, investir, vai conseguir pagar, e a pessoa que vai pagar, vai poder empurrar seu negócio, vai comprar material, e no final ela vai poder renovar aquele crédito! Então a gente vai trabalhar meio que assim! (Lucimar)

Como práticas de Economia Solidária, considerando a abrangência de atividades para o desenvolvimento local (LEAL, 2015), o Banco Palmas lançou um cartão de crédito de papel, pelo qual as pessoas poderiam realizar compras e pagamentos com maior prazo (tal como uma caderneta de despesas), ampliou os serviços com oferta de microcrédito para empreendedores locais abrirem ou expandirem seus negócios; e ainda, criou a moeda social Palmas, com intuito de fomentar o consumo e a geração de riqueza no território visto positivamente pelos entrevistados.

Aí a grande sacada foi o Projeto Banco Palmas, né? E a moeda social. (Emília)

...o primeiro dinheiro que o Banco [emprestou],.... foi dois mil reais. Esses dois mil dentro de uma semana foi todo emprestado...pros comerciantes, né? Que era pra investir no comércio. (Emília)

... [o empréstimo] pra investir numa iniciativa, num negócio, mas, é, foi um crédito que ficou aqui dentro da comunidade, porque, tipo, se ela ia pagar a escola do filho, a escola era aqui dentro, se ela ia comprar um material, ela ia comprar num mercado aqui dentro... Se ela ia comprar o gás, ela ia comprar o gás de alguém, de algum fornecedor daqui de dentro, mas, se ela vai comprar alimento, então ela ia no Mercantil, né? numa “bodega” aqui de dentro. Então, de certa forma, é, o...esse crédito para as mulheres do Bolsa Família, também tava contribuindo para a economia local... (Lucimar)

Então a moeda social ela foi isso, ela foi pra que as pessoas tivessem alguma coisa palpável pra entender o que era essa lógica do consumo local. Então a gente precisava fortalecer o consumo local, esse era o primordial. A gente já tinha feito antes um processo com a moeda social que era muito mais de criar relações, de fazer com que as pessoas trocassem produtos entre si, equivalendo valores daquilo, daquela troca de produtos, mas sabendo que quando eu for fazer um crochê, é diferente de eu fazer um outro produto, porque o crochê ele me demanda sentimentos, ele me demanda tempo, então, isso é diferente de um outro produto, então eu não dava só um valor monetário, eu dava um valor também sentimental e de tempo e de uso de tempo pra aquela, pra aquela ação. (Tatiana)

As práticas financeiras, por meio do Banco Palmas, dinamizaram a economia local.

É...um bairro que realmente cresceu, é, claro que teve todo, teve todo o sacrifício, teve todas as lutas, mas um bairro que, tipo, se, que se desenvolveu economicamente, né? tipo, de hoje a gente ter comércios grandes mesmo dentro da comunidade, comércio que, tipo, vai com, meio

que compete com os preços de grandes supermercados lá fora e...[...] Eu vou andar poucos metros vai ter um mercadinho, vai ter uma pessoa que montou lá uma barraca na rua pra vender fruta, vai passar o carro do ovo, vai passar o homem do pão, então é tipo assim, é toda uma dinâmica. (Lucimar)

Em resumo, isto significa que o Banco, o Instituto Palmas que o representa e os respectivos projetos nasceram comunitários, da luta destes moradores, junto a ASMOCNP, em melhorar o Conjunto Palmeiras e sua comunidade.

Realmente sempre teve, muitas pessoas que pensaram a comunidade, eu acho então que realmente a diferença que o Palmeiras tem pra outra comunidade qualquer que a gente conheça, é que ele efetivamente tinha várias pessoas que nasceram da luta, queriam mudar as coisas e aí juntaram em torno, dessa mudança mesmo com seus problemas mais diversos do mundo, mesmo com diferenças, mesmo não concordando com alguns, concordando com outros, mas essa galera toda tinha uma coisa em comum que era como é que a gente resolve o problema de habitação na comunidade, como é que a gente resolve o problema de esgoto, como é que a gente resolve o problema de transporte. Que foi essa parte inicial da comunidade, então ela sempre foi uma comunidade que nunca ficou muito parada...ela tem essa coisa de que existem lideranças, que foram criadas aqui, que vieram e que nasceram a partir da necessidade que a comunidade tinham, tinha, pra conseguir fazer com que as coisas acontecessem, então as lideranças surgiram, por si só. Então assim, foi a partir dessa necessidade que a comunidade tinha, acho que essa é a grande diferença, dessa comunidade pra outras, se você for comparar algumas comunidades. Tem lideranças, mas não do jeito que a gente tem, que são muitas. (Tatiana)

A mobilização e ações neste sentido aumentaram o sentimento de pertencimento, em que a moeda social passa a ser um símbolo de orgulho e fortalecimento pessoal e comunitário, apresentado como categoria no próximo item.

## **4.2 FORTALECIMENTO PESSOAL E COMUNITÁRIO**

A moeda social dinamizou o território e deu visibilidade nacional ao Conjunto Palmeiras. Porém, as práticas do Instituto Palmas foram além da vertente financeira do Banco. Mais do que orgulho pelo reconhecimento, as transformações do território promoveram também mudanças nos moradores – o fortalecimento pessoal e comunitário – apresentados nesta categoria.

A Economia Solidária surge no Conjunto Palmeiras como um modelo de crescimento endógeno gerador de desenvolvimento local, capaz de incentivar a valorização de uma identidade cultural, econômica e política, com característica de desenvolver o protagonismo

dos atores locais. (AMARAL FILHO, 2009), o que é reconhecido nas entrevistas revelando a implicação dos moradores neste contexto.

É aqui que, que vem... que vem a construção da Carine como um ser político, né? Então... assim eu sou suspeita... falar qualquer coisa do Palmeiras, né? Que é onde eu me construí mesmo, é onde eu finquei raízes, né? E que procuro, dar uma espécie de retorno, né, daquilo que eu aprendo, né, não é uma tarefa fácil, mas que eu procuro minimamente fazer é isso. (Carine)

E neste sentido, o Banco é reconhecido como marco da vida na comunidade é até mesmo uma “escolha de vida”.

E a gente tem essa oportunidade, porque a gente tá dentro de um projeto grande, um projeto legal, que não é um trabalho, que é efetivamente uma escolha de vida! (Tatiana)

O Banco Palmas foi muito importante pra mim, né, no sentido da organização social, de ter um sentimento de coletividade e tal... foi muito importante, né? [...] Eu costumo dizer que foi minha primeira experiência acadêmica, né? Foi a minha atuação no Banco Palmas durante oito anos, inicialmente, né? (Carine)

Esse resgate identitário acontece a partir das práticas da Economia Solidária (BÚRIGO, 2012), especificamente pelas oportunidades geradas com o uso da moeda social e a oferta de cursos gratuitos (alguns com bolsa auxílio) pela parceria Instituto Palmas e ASMOCONP, que é identificado como importante para eles planejamento financeiro, corte e costura etc.

...E aí tipo assim, a gente não tinha interesse nenhum no que era, que ia ocorrer, a gente só tava interessada realmente em receber a bolsa. Então a gente se inscreveu, eu, minha irmã, a Sandra, a Camila, uma, uma galerinha.(Tatiana)

...eu vi um cartaz que ia ter curso de culinária e curso de corte e costura. Aí eu perguntei a moça se eu podia me inscrever, se tinha faixa etária e alguma coisa assim. Ela disse: Não...eu fiz uma formação de educação financeira...fiz o curso de culinária. (Fabiana)

...muitas mulheres no Conjunto Palmeira, mães de família, que elas precisavam de ter uma, uma...de se encontrar, né? De ter uma...uma...profissão, né? Porque eram mulheres, é...que viviam em um estado de vulnerabilidade, um bairro muito pobre... E aí nós temos a escola de costura aqui dentro, né? E aí essas mulheres cada dia vão se capacitando...As que vão se capacitando vão integrando junto essas pequenas oficina de costura, que tem dentro do bairro, e vão se capacitando mais, muitas delas quando já estão bem preparadas vão pro mercado de trabalho. (Emília)

...passaram 15 jovens. E todos eram mulheres. Só passou mulher (risos)...dessas 15, atualmente: tá a Juliana, que trabalha lá no, no crédito comigo, tá a Roseane, que trabalha na, na, nas contas, né? dinheiro e no apoio também, e tá eu.(Lucimar)

Os cursos de formação em costura, fabricação de material de limpeza e trabalho com alimentos apresentavam a possibilidade de ações alternativas ao excludente sistema econômico hegemônico atual, seguindo as bases da Economia Solidária (BÚRIGO, 2012). O público prioritário eram mulheres, em especial, as “donas-de-casa”. Uma parte dessas mulheres eram vítimas de violência doméstica ou eram mães solo, que, mais do que uma oportunidade de aprender para gerar renda, compartilhavam experiências e o fortalecimento pessoal e feminino.

“As emancipadas”, ela é uma continuação do projeto “Elas”. O projeto “Elas” é uma formação e capacitação para o mercado de trabalho. Já “As emancipadas, além de pegar essa formação, ela ainda trabalha o íntimo da mulher: o empoderamento, a autoestima, palestras sobre o machismo com gênero, violência, de relações familiares, tudo de, de isso. Vem tudo englobando isso. É um espaço que a gente tem, que tu foi lá, né? [...] Eu fui, eu participei de umas rodas de conversa com ela, né? E depois fiz outras formações: de educação financeira, aí, fiz o curso de culinária. Aí, eu peguei um gás total, um gás geral, porque assim, eu venho num processo de... - como é que se diz? - Uma mulher casada, eu sofri violência psicológica do meu marido, eu não sabia que era uma violência... [...] Que eu descobri esse, das 5 violências. [...] é...deixe eu ver, patrimonial, moral, física, psicológica e a que mata, né? Eu achava que era só que batia, que era uma violência, né? E aí, eu gostei da roda de conversa, que eu percebi que tinha mulheres que tinham problemas piores do que o meu, que sofria com outro tipo de violência [...] Hoje eu tô colhendo. Então, eu ajudo outras pessoas na minha comunidade, que não cresceram o tanto que eu cresci, e entendo o porquê! Hoje eu sei o porquê né? Porque pra uma mulher que uma mulher vive violência, porque que ela apanha e continua sendo agredida, e continua dentro de casa, eu entendo o porquê. Eu entendo porque aquela mãe foi mãe muito jovem. Porque tudo se resume em um nomezinho perfeito, oportunidade. Porque elas não tem! (Fabiana)

O projeto “Emancipadas” funcionava, então, como uma rede de apoio feminino, em que além dos cursos de formação (como o “ELAS”, de gastronomia), incluía atividades de suporte psicossocial, denominado “Incubadora Feminina”.

...o primeiro projeto chamava-se Incubadora Feminina, era um projeto chama-se Incubadora porque era um tempo de uma gravidez, né? De uma gestação. Era nove meses. As mulheres ficavam aqui. Durante esses nove meses elas eram acompanhada por uma...por uma psicóloga, nutricionista é... uma ginecologista, e a capacitação profissional. (Emília)

...fiz essas formações aqui no Palmas, que eu entrei nas “Emancipadas”, né? Que a gente é..., a gente criou esse projeto lá dentro de uma cozinha comunitária, pra gerar renda, pra que a gente tivesse uma renda...Emancipadas, muita mulher aí já passou e outras ficaram, mas muitas já conquistaram sua independência, seu empoderamento. Já entraram em...voltaram a estudar...Tiraram habilitação, arrumaram emprego. Que muitos que passam por esses cursos, elas num tem um trabalho formal, né? (Fabiana)

É foi um projeto, um projeto é... criado e voltado pra mulheres e que capacitava as mulheres é... na área da costura, né? E a gente tinha a intenção de formar uma cooperativa. Pra trabalhar essa marca [Palmas Fashion], né? Porque a gente foi capacitada, depois da capacitação, é... houve um empréstimo do Banco, que o Banco já existia...aí houve o empréstimo do Banco, e aí esse empréstimo resultou em peças feita, feira, houve intercâmbio com outras ONG de outros países, né? E aí, teve um, uma, uma grande repercussão, mas a nossa ideia era formar uma cooperativa. (Emília)

Além dos cursos oferecidos no Conjunto Palmeiras (CRUZ, 2009), diversos projetos para desenvolvimento de negócios e geração de renda foram realizados, como o Palma Limpe e a Palmas Fashion.

...passou por aqui, os meninos dentro, todo mundo aqui dentro, era um movimento, aqui, era Palma Limpe ali! Era Palma Fashion, ali! Era Palmarte, era o Palmoricó! [...] E aí a gente...tanto eu fabriquei peças, fizemos peças da, da, com a marca Palma Fashion. Peças femininas e peças masculinas. E tinha a loja aí. E aí era vendida na loja. Essas peças. (Emília)

O Palma Limpe, segundo a perspectiva dos seus membros, funcionava com uma gestão horizontal e participativa, na qual todos eram responsáveis por tudo (FRANÇA FILHO, 2001; LAVILLE & GAIGER, 2009). Esse sistema proposto por eles era uma alternativa ao sistema tradicional de diversas empresas com definição hierarquia vertical e atividades segmentadas e bem divididas. Inspirado na história de Elias, membro da equipe, e idealizador do Palma Limpe, retrata a resiliência e força para fazer diferente e transpor os desafios de uma vida restrita e com poucas oportunidades.

Mas ele tem uma história bonita o Elias...ele é um menino, filho de uma catadora, que morava lá do outro lado do rio quando não existia nem a ponte, e ele vinha pro colégio, passando o rio, mesmo quando tava no inverno, ele atravessava o rio, com a fardazinha assim na mão, pra cima, atravessava o rio, vestia a farda e vinha pro colégio...Foi muito guerreiro. É... nós tínhamos um projeto, chamava-se Palma Limpe, que era um projeto só de...fazer produtos de limpeza, e ele era um dos menino que trabalhava na Palma Limpe, Jaqueline também foi da Palma Limpe, Fabiana também... (Emília)

...tinha uma loucura nossa de não querer trabalhar pro capitalismo, a gente não queria simplesmente ir pra uma empresa e fazer papel de, de empregado, de funcionário. Até porque a gente discordava dessa filosofia e tal. [...] A gente tinha que fazer uma coisa que fosse barata, porque a gente não podia fazer nada que tivesse muito maquinário, muita coisa desse tipo, porque se não pra gente não ia... a gente tinha que ter um investimento inicial muito, muito alto, e a gente na época o que conseguiu com o Palmas foi cinco mil reais pra conseguir, então com cinco mil reais a gente não ia conseguir comprar maquinário e tudo pra poder fazer. [...] A gente resolveu montar um empreendimento de produtos de limpezas. De comercialização e produção de produtos de limpezas. Aí eram cinco produtos: água sanitária, detergente, desinfetante, cera líquida e amaciante. Eram esses cinco produtos principais porque eram os mais fáceis de fazer e dava pra fazer manualmente.[...] a gente vendia pra os empreendimentos do Palmeiras, então aonde tinha mercadinho a gente vendia pros mercadinhos do Palmeiras, a gente já tava conseguindo pagar salários de todo mundo, que a gente ficou tipo, primeiro mês pagando duzentos, segundo mês pagando uma coisinha, passamos três meses na realidade sem receber nada. E depois dos três meses que a gente ficou tirando um pouquinho pra cada um. (Tatiana)

Ainda que, atualmente, o PalmaLimpe, o Palmas Fashion e Palmoricó estejam desativados e apenas o ELAS continue em funcionamento (com um restaurante e *buffet*), direta ou indiretamente, o uso da Palmas e a oferta de cursos contribuía com a geração de renda, com o desenvolvimento pessoal e formação de lideranças.

Depois eu me engajei na rádio comunitária... ficava do lado da escola, aí tive um envolvimento lá. Quando eu tinha 17 anos eu entrei no Banco Palmas, né? Eu trabalhava no Instituto Palmas, que era com mulheres, é, ligadas ao Bolsa Família. Fui trabalhar mais na parte de Projetos Sociais do próprio Banco Palmas, né? Da Associação Banco Palmas, que era o Projeto Bairro Escola de Trabalho, aí no Bairro Escola de Trabalho eu era... eu era responsável, eu dava aula pros meninos, eu acompanhava como os meninos estavam realizando os estágios nos empreendimentos.(Carine)

Eu ando em toda rua, me meto em todo buraco...e aí onde eu passo tem até gente: “- Ei! Emília! Eu tô trabalhando, lá na fábrica de costura não sei de que, não sei de que...” Eu digo: -Tá bom, tá bom, amém! Sei nem muitas vezes quem é... é tanto aluno que passa pela escola. [Projeto Bairro Escola de Trabalho – Instituto Palmas] Eu já tô há cinco ano lá na firma.” Eu disse: - Que firma?...Ela disse...Na firma de costura que quando eu terminei o curso aqui eu não entrei lá. Ela deu até o nome da firma...eu entrei lá na firma tal. A senhora me deu encaminhamento. Eu já tô com cinco ano lá. Nunca mais tive aqui pra falar com a senhora, porque não tenho tempo. Aí eu disse: - Ai que bom! Graças a Deus! Fico feliz por essas coisa. (Emília)

...muitas pessoas que começam aqui [Banco Palmas] e acabam se tornando lideranças em outros lugares(...)pessoas que talvez não trabalham no Banco Palmas, mas que participam muito das atividades do Banco Palmas, tão se tornando tipo liderança território, via interação com o Banco Palmas... (Leandro)

Mas já tem uma geração que já passou por aqui...e a Manu, a Manuela hoje, a Manuela hoje é Presidente da Associação de Mulheres em Movimento, não nem daqui do Palmeira, é de Fortaleza! ...A sede da Associação de Mulheres em Movimento, é dentro do Conjunto Palmeira, só que ela não é só de...de...de...do Conjunto Palmeira, ela é de Fortaleza. E a Manuela é a Presidente. Então foram meninas que passaram por aqui...o Elias hoje, ele é, ele é, ele fez doutorado, ele é formado em...em filosofia, e ele ensina...ele é professor...uma geração que também saiu daqui da Associação de Moradores. (Emília)

...voltei pro Palmas, né? Saí dos Agentes de Saúde, saí de um outro concurso que eu tinha passado, que era do Eusébio, aí fui, voltei a trabalhar no Banco Palmas durante pouco tempo. Entrei no Doutorado, saí do Banco Palmas, atualmente tô no Doutorado, e atualmente estou trabalhando ajudando, né? Na verdade, na Associação de Mulheres, eu ajudo, na mobilização, na articulação política, né? Com outras organizações, porque acabei conhecendo muita gente, outros grupos coletivos da cidade fico procurando fazer a ponte entre a universidade e as pessoas da comunidade, né, mesmo? E trabalhando na questão da formação de base que é, que é isso que eu acredito mesmo...formação mesmo pras pessoas da comunidade, e ajudando nos seus processos de organização. (Carine)

Os próximos seguidores, os próximos a dar continuidade ao trabalho, né? É... aqui na Associação dentro do nosso Estatuto, nós temos, é... uma...determinado item, que diz que nós temos que trabalhar, a...é... pessoas pra formar lideranças...Fabiana hoje é uma liderança. A Fabiana. Né? Ela tá... e não tá muito tempo, né, ela veio pro Banco Palmas, não foi pra dentro da Associação, foi pra dentro do Banco Palmas onde ela foi trabalhada no Projeto, e hoje ela está dentro da Associação já como Diretora, né? A Jaqueline, a Jaqueline veio pra Associação, pra dentro de um projeto, chamava-se...Consultórios Comunitários, a...a Jaqueline, a Fabiana, a Océlia, é... tão trabalhando ali vieram pra projetos dentro da Associação, e hoje são pessoas que estão aí dentro do Instituto Banco Palmas, né? (Emília)

Para poder pegar esses jovens, e a gente faz das tripas corações, tipo essa ações que a gente tá fazendo desde janeiro, que é o cineminha na comunidade. Já trabalhando essa criança para que ela não entre na criminalidade depois. Tem criança que nunca foi no cinema, nunca viu um desenho, né? Nunca fez isso, ou fez aquilo. Mas a gente não é só chegar lá e botar o cinema, a gente faz toda uma conversa antes, a gente explica que é um trabalho voluntário, a gente pergunta se eles sabem o que é voluntariado, se eles sabem o que é um Banco, se eles sabem o que é que tem na comunidade, onde eles podem ir quando eles precisam de alguma coisa, então a gente faz com que eles pensem, né? O que eles têm. “Vocês lembram que isso, isso e isso, a sua mãe tinha ou não tinha, e hoje vocês têm. Está vendo?” Então quer dizer, eu creio fielmente que eles vão ser a futuras Fabianas, os multiplicadores da comunidade. (Fabiana)

As vivências na ASMOCONP e no Banco Palmas, subvertem o foco do desenvolvimento econômico, e despertam nas pessoas a vontade de melhorar as relações,

engajando-se em projetos sociais ou no cuidado de outros grupos vulneráveis. Assim, em consonância com os estudos de Polanyi (1980), os relacionamentos econômicos possuíam como base a organização de cuidado social coletivo.

Eu meio que digo que o [Banco] Palmas me pariu, assim, abriu o portão e disse “Vai!” Então, hoje, atualmente, eu faço parte de 4 conselhos aqui na comunidade: saúde, assistência à educação e o conselho do quarteirão. E eu sou agente de cidadania de controle social. (Fabiana)

Não, não acredito que seja cada um por si, não. Aqui a, a...uma parte do povo ainda, uma boa parte dos moradores ainda conta com o outro...Eu acho que esse compartilhamento, existe. De vários...tem uma vizinha que ela a ca...a casa dela é do lado da sombra, e...ela tem assim muita planta...aí quando é à tarde a gente se reúne, aí toma café, uma leva café, outra leva tapioca a gente chama...Então ainda existe, ainda aqui no Conjunto Palmeira essa questão da, da...da união assim, da vizinhança, da boa vizinhança. (Emília)

Você vê aí outras comunidades que não se relacionam em nada, e essa comunidade, tipo, porque a gente efetivamente, tem que entender que nós seres humanos, não conseguimos, agir sem ser em grupo. A gente sente a necessidade de reunião. A gente sente a necessidade de tá perto do outro. (Tatiana)

Eu gosto muito de morar aqui, das relações que a gente consegue ter aqui, é que provavelmente em outras partes, não que seja impossível, mas seriam mais complicadas, né? (Lucimar)

...em agosto, ano passado eu fui pra Paris [2017], fiquei 15 dias lá, contando a experiência...Fui contar das “Emancipadas”, do Banco, todo o processo do projeto ELAS e tal. E esses outros perguntam “Cê” tinha coragem de morar em Paris?”. Eu: “Não! Não tenho”, né? Por uma coisa que percebi lá foi que é, assim, a questão da solidariedade. Todo mundo aqui conhece todo mundo, sabe? O que acontece aqui todo mundo sabe. É que fulano, aconteceu isso com fulano, não sei o que com ciclano. E, assim, são pessoas que você pode contar; com os vizinhos: “Mulher, eu vou ali, tu pode ficar com meu filho?”, “Mulher, tu guarda minhas compras, que eu tô em tal canto?” (Fabiana)

Embora o processo de mobilização seja anterior as práticas do Banco Palmas, estas contribuem com o desenvolvimento pessoal e o fortalecimento dos laços comunitários. Tal que o Banco e a moeda passam a fazer parte da identidade da comunidade, como referência nacional e extrapolam a constituição do Comum como mero instrumento de atividade produtiva (HARDT & NEGRI, 2009). E estas práticas corroboram com a ressignificação do território que deixa de ser um lugar ermo, torna-se uma razão de orgulho. A Economia Solidária gera, assim, na comunidade do Conjunto Palmeiras, o sentimento de pertencimento.

...as pessoas diziam “moro na Messejana”. Não dizia que morava no, no Conjunto Palmeiras. Eu acho que, inclusive, eu dei algumas vezes essa, esse tipo de resposta, de que não morava no Conjunto Palmeiras, morava na

Messejana. Que é esse outro bairro que eu te falei que seria como se fosse o centro aqui desse, desse complexo aqui. [...] As pessoas tinham muita vergonha [...]. Mas, por quê? Por causa da mídia, né? que, tipo, coloca aqui como um bairro pobre, violento,...É, e..então, acho, tipo assim, o bairro teve o tempo que ficou conhecido como um bairro do vixe....Porque, tipo, vixe é uma expressão de: “Meu Deus!”, “Nossa!”...Aí, tipo, as pessoas diziam: “Tu mora aonde?” - “No Pa, no Palmeiras”; aí a pessoa falava “Vixe!” Entendeu? tipo, meu Deus! É...terra sem lei. Entendeu? (Lucimar)

...a gente tinha uma visão anterior do Conjunto Palmeiras: que era uma comunidade só violenta. Hoje a gente tem uma, a gente depois teve uma visão do Conjunto Palmeiras, que era: a comunidade que tem um Banco, a moeda, uma coisa que circula. (Tatiana)

...depois eu percebi que as pessoas é...começavam, é, a dizer: “não, eu moro lá no Conjunto Palmeiras, lá onde tem o Banco Palmas”, entendeu? Tipo, o Banco, meio que foi uma é, tipo, um acessório, digamos assim, pra, pra que as pessoas já comessem a, a ter a coragem de se reconhecer dentro do,ba, do, do Banco, do Palmas, tipo, dentro do, do Palmeiras, tipo, era uma forma de mostrar uma coisa que, que, que era uma coisa boa, tipo, ah! É lá onde tem o Banco Palmas. Por trás disso, tá dizendo que, é lá onde tem primeiro Banco Comunitário, lá onde foi criada a primeira moeda social do Brasil, entendeu? Então, é, meio que o Banco, é, ajudou a fazer com que as pessoas construíssem essa, essa identidade. [...]. Eu vejo, tipo, várias coisas que hoje são bem diferentes do que era anteriormente e vários, não só benefícios, mas também, de con, de construção de pertencimento, é , tipo, de querer tá aqui, embora a gente perceba que ainda tem muita coisa pra fazer, que ainda tem muita luta, mas querer continuar aqui no, no, no Palmeiras, de ficar feliz por cada coisa boa que a gente consegue trazer aqui pro, pro, pra com, pro Palmeiras , pras outras comunidades que estão aqui, que estão aqui próximas.[...] Mas, eu acho que uma das, uma das principais, é, talvez, contribuições além da questão de desenvolvimento local, é também esse, esse sentimento de pertencimento do, desse lugar, entendeu...você ter esse reconhecimento de que você pertence aqui, que a sua história tá aqui... (Lucimar)

Nesta medida, as identidades do Banco Palmas e da comunidade, representada pela ASMOCONP, eram tão misturadas que, na maioria das vezes, as duas instituições eram vistas pela comunidade como uma só.

Eu só tive a percepção de Conjunto Palmeiras que eu tenho, começou quando eu entrei na Associação, né? Pra pedir um empréstimo. (Fabiana)

Claro que com, com ideologias diferentes, um com ideologia x, outro com ideologia y, mas são lideranças. Mesmo com o pensamento certo ou errado, mas são pessoas, errado e certo dependendo de cada contexto. Então tipo, que é essa história da complexidade que eu te falo, então tipo, você discorda, mas ao mesmo tempo, eu mesmo discordando de você eu tô pensando no que é que eu vou fazer pela aquela criança , pela aquela senhora, pelo aquele grupo de mulheres, ou pela aquele grupo de crianças ou pela aquele grupo de professores, e assim por diante. Então assim, mesmo com essa complexidade toda é... eles conseguem resolver, porque o foco efetivamente é resolver o problema da comunidade. (Tatiana)

Mas a projeção e atuação do Banco Palmas com este caso de sucesso adquire escalas e aspirações maiores, que extrapolam a parceria com a ASMOCONP, rompendo esta relação física e jurídica e transformando também as relações sociais estabelecidas. Esse processo de separação e luto será apresentado na categoria a seguir.

### 4.3 SEPARAÇÃO E LUTO

Esta categoria aborda o impacto da separação do Instituto Palmas, mais especificamente o Banco, da ASMOCONP e como os entrevistados sentem essa ruptura.

Apesar de atualmente não haver participação efetiva da comunidade na gestão do Banco Palmas, como ele foi criado a partir de reuniões da ASMOCONP, os moradores e a comunidade percebiam as duas instituições como uma. Não conseguiam separar o que era o Banco Palmas e ASMOCONP.

Eu não conhecia muitas coisas do, do, do Palmas. Até porque antes, o que realmente era conhecido no bairro, era o a Associação dos Moradores, então, tipo, porque, o Banco funcionava dentro da...do prédio onde está a Associação hoje, então, tipo, era junto, né? a Associação é...e o Banco Palmas, então, tipo, as pessoas quando iam fazer alguma coisa, elas diziam: “Ah! Tô na Associação dos Moradores”. Então, tipo, eu conhecia antes o Palmas como Associação dos Moradores e não como Banco Palmas. (Lucimar)

A partir de 2013, o contexto da separação envolve o ganho de escala do Banco Palmas, quando este passa a ter mais responsabilidades com a rede nacional de Bancos comunitários. Sua atuação em escala nacional descarta a perspectiva da participação da ASMOCONP nas decisões que ultrapassam seu território de abrangência.

É...eu acho que o Banco Palmas ficou uma coisa muito grande, pra, pra ficar dentro do espaço da ASMOCONP. É...e a ASMOCONP tinha que votar as suas prioridades da política local, quando eu falo da política local, de fazer as coisas acontecerem, de mobilizar as pessoas pra tomar decisões, pra o bairro, pra desenvolver planos, pra desenvolver projetos, e o Banco Palmas, né? É, é focar em outras questões que tem a ver com investimento, com crédito, com moeda com projetos de formação diferenciados... (Leandro)

A divergência de foco de atuação e interesses entre a ASMOCONP e o Banco trouxe conflitos, dificuldade de comunicação e de gestão organizacional.

É... as pessoas... as relações entre os grupos políticos, vão sofrer oscilações também, né? Vai... porque, não é que a gente seja uma comunidade organizada, é que vai ser, que vai ser, a relação vai ser harmoniosa, né? Totalmente harmoniosa, vai, necessariamente vai existir conflitos, né? Eu

acho que onde existir pessoas organizadas, ou não, organizadas vão existir conflitos, né? Mas eu acho que dentro do Palmeiras a gente procura minimamente resolver os conflitos, né? É... estando juntos naquilo que nos unifica, né? Enquanto mulheres, enquanto jovens.” (Carine)

Os encontros não aconteciam com a mesma frequência, tava sendo mais difícil organizar...mesmo quando a gente tava lá (...)”(Leandro)

Vale ressaltar que, para Ostrom (1990), a sustentabilidade da gestão recursos está relacionada à definição clara de limites (tanto da comunidade, bem como do conjunto de recursos), acordos constituídos e acompanhados pela comunidade e formação de comitês para solução de conflitos; aspectos que cada vez mais mostravam-se frágeis no território. Nesse sentido, a ASMOCONP e o Banco Palmas que possuíam uma sinergia, separam-se juridicamente, embora continuassem no mesmo espaço físico.

O Banco Palmas se cria lá no ano 1998 e no ano 2003 ele vira um...Ele cria um CNPJ, a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras cria o Instituto Palmas, né? O Banco Palmas já não é mais um projeto da ASMOCONP. (Leandro)

Em 2015, há também a separação física com a saída do Instituto Palmas da sede da ASMOCONP para um novo endereço. Ainda que os entrevistados entendessem a escolha desse caminho separado entre o Banco Palmas e a ASMOCONP, ainda há sentimento de dor pela separação e alguns questionamentos sobre o desfecho, o que reforça a perspectiva de Hardt & Negri (2009) em que o Comum vai além de atividades produtivas desenvolvidas com intuito instrumentalista, com um fim único e concreto. Nesse processo, a comunidade aparenta ser a mais impactada com a separação associada com sofrimento.

Ah eu sofri muito. Muito mesmo. Sofri. Porque... porque de uma certa forma ele perde um pouco essa questão do comunitário, sabe? Do comunitarismo. Eu acho, eu acho que de uma certa forma foi um prejuízo. [...] Então pra mim foi muito doloroso, porque na época eu cheguei a trabalhar... eu trabalhava na Associação de Moradores, né, mas era tudo misturado, né, a Associação de Moradores e o Banco Palmas, né, e ali já existia um conflito, na época que eu trabalhava lá. Eu saí, do Banco Palmas pra trabalhar como Agente de Saúde, primeiro porque foi um concurso público, né? E segundo porque eu já não aguentava mais viver com aquelas relações que existiam de conflitos. Entre a Associação e entre o Banco Palmas, e aquilo me fazia sofrer mesmo, porque você vem de um processo onde você passa a vida toda escutando que o Banco Palmas é um projeto da Associação de Moradores, que foi a Associação de Moradores que construiu o Banco e de repente você vai assistindo, né, a um processo de perda, né, dessa que... da essência de comunidade, né, isso de uma certa forma vai...

vai te angustiando, né, porque, porque não... porque era nisso que você acreditava, né, e talvez, talvez assim, faltou amadurecimento da minha parte ou ainda falta, pra compreender que as relações vão mudando, vão se alterando no percurso (Carine)

Eu acho que teve uma, eu acho que teve uma grande perda. Assim também nessa questão de, da divisão da, da...do Instituto Banco Palma com a ASMOCONP, eu acho que os dois saíram perdendo. Que era tipo um casamento ali. Era...aí no divórcio separaram as coisas eu acho que saíram, os dois perdendo, viu? (...)Acho que...houve uma perda aí...mesmo, trabalhando ainda junto, em algumas ações, mas eu acho que houve uma...A Associação junto com o Banco Palma era bem mais forte, os dois juntos.(...) Pode ser que quem esteja lá, na direção do Banco ache que não. Mas eu acho que quando era a Associação e o Banco Palma, esse casamento aí, era mais forte. (...)É. Assim: o que eu sei é que o Banco se tornou uma instituição financeira, e que tinha que ter seu próprio espaço e a Associação tinha que ter a sua independência, a sua autonomia, como...né...uma, uma...entidade social, e o Banco como uma entidade financeira, mas...Por que deu certo e agora não dava mais? (Emília)

Tendo em vista a ruptura do Banco Palmas da ASMOCONP, pode-se perceber as dores causadas pela separação nos entrevistados com vínculo com a associação. Ainda assim, neste processo, ambas instituições passam a sofrer um enfraquecimento de suas ações no território, em especial, relativo a participação (HARVEY, 2011).

...a gente [Banco Palmas] tinha o maior contato antes com as pessoas da comunidade [...] a presença de moradores do bairro com certeza era muito mais forte. (Lucimar)

Eu acho que teve alguns momento que...que a Associação se perdeu...Hoje eu não vejo mais como era, né? Bem mais forte era no passado...hoje eu não vejo mais muito não...o povo se admira...Ah! A Associação acabou...mas né não, a gente não tem dinheiro pra pagar pessoas pra ficar aqui o dia todo, né? (Emília)

Na Associação de Moradores, não dá nem cem pessoas... (Fabiana)

A ASMOCONP, mesmo com a redução de 3.000 para 100 associados, continua a sua luta para conquistar melhoria na qualidade de vida da comunidade, seja por oferta de cursos, reivindicação de serviços públicos e infraestrutura.

Você vê aí outras comunidades que não se relaciona em nada, e essa comunidade, tipo, porque a gente efetivamente, tem que entender que nós seres humanos, não conseguimos, agir sem ser em grupo. A gente sente a necessidade de reunião. A gente sente a necessidade de tá perto do outro. Ao mesmo tempo a gente, vem com a história do individualismo que a gente

quer melhorar, a gente quer melhorar, não importa muito o que os outros vão fazendo. Só que quando você conversa com as pessoas sobre isso, as pessoas tem vontade de fazer junto. (...) São pessoas que são, mesmo com suas diferenças, conseguem fazer coisas juntas. (...) Mas não quando elas definem que tem, elas definem em conjunto que tem que fazer uma coisa, elas fazem. Independente das diferenças.” (Tatiana)

Acho que criou raízes aqui. Minhas raízes aqui já... que ficaram aqui e eu não tenho mais...pra mim o dia a dia aqui no Conjunto Palmeira...é esse movimento...é aqui a Associação de Moradores...é movimento da luta social. A gente sempre cada dia a gente tem uma...cada dia a gente tem um, uma luta pra...está aí, né? A Associação, ela não para. Nós estamos agora, aliás, há poucos dias nós estávamos aí numa luta, que era uma luta ferrenha mesmo, que é a luta da mudança do sistema de esgoto...Tá em licitação. Aí nesse dia mesmo nós conseguimos. Foi a mudança do sistema de esgoto, a abertura do restante da Avenida Castelo de Castro e a reforma da praça. A gente conseguiu três... três lutas que a gente tinha aí, a gente conseguiu nesse dia só. (Emília)

A gente conseguiu aí, tinha mais de 20 anos que não recebia nenhuma drenagem, nenhuma pavimentação...A gente conseguiu agora, 27 ruas, né? Então foi da participação popular mesmo. (Fabiana)

Então foi outra luta da Associação dos Moradores, né? Conseguir semáforo lá pra cima...né? A gente foi pra os órgãos públicos...Porque a Associação ela foi criada pra isso, pra lutar pelos direitos da comunidade, reivindicar esses direitos junto ao poder público.” (Emília)

A gente teve...é...através da Secretaria do Trabalho, aqui do Estado, a Associação reivindicou, o ano passado, alguns cursos...e veio, curso de cabeleireiro...foi vinte e cinco...foi vinte e cinco pessoas, formada, nessa área aí de cabeleireiro. Hoje nós temos menina com salão montado, trabalhando mesmo, de salão cheio, né? Não só meninas, mas rapazes também que se formaram como cabeleireiro, né? Depois a gente teve um curso de...pintor predial, né? Que tanto homens, como mulheres, também fizeram o curso de pintura predial,...Está em alta. Curso de cabeleireiro, doces e salgados, camareira, garçom, e o outro curso que é...um também que tá muito aí precisando, é de...mecânica de moto. Né? Porque...as pessoas hoje dia tudo só anda de moto, é grande, né? Aí uma moto dá um prego ali...se tiver uma oficina mecânica, né? (...)Então a Associação ela vive disso, de pé...reivindicar cursos pra, pra comunidade, de...pros jovens né, principalmente, né?”(Emília)

Desse modo, o enfraquecimento do Banco Palmas no território com a separação da comunidade, representada pela ASMOCONP, teve reflexos não só nas práticas financeiras.

A baixa participação da comunidade na celebração de 20 anos do Banco Palmas no Conjunto Palmeiras, observado e relatado nas minhas impressões do campo (capítulo 5), pode ser considerado um dos indícios do distanciamento entre eles após a separação, ainda que esta tenha começado em 2013.

Na realidade, foi carro de som e boca a boca. Na realidade esse evento não ia ser aqui, ele ia ser em outro local! Ele ia ser na lá na Beira mar...E ia sair os ônibus daqui, e tudo mais, porque tinha a estrutura lá... O espaço, tudo mais, né?...então aí de última hora: Vamos fazer no Palmeiras! Então foi assim em dois dias, sabe, pra poder divulgar, e articular, e tal. (Fabiana)

Tinha espaço pra muito mais gente, com certeza! Sim, não é questão da, da divulgação...o que faltou, o que está faltando, assim...é...como eu disse pra você, é... o Conjunto Palmeira, o aniversário era do Banco. Quem recebeu o presente foram os moradores. Mas assim...nem todo mundo pode, né? (Emília)

Todo o restante das pessoas que você vê aqui, são da comunidade, então a comunidade já participa... (Leandro)

Ainda que o Banco tenha sua origem e funcionamento no Conjunto Palmeiras, o local do evento seria na Praia de Iracema (Fortaleza). Além da distância do bairro, foi desta área nobre que os moradores do Palmeiras foram expropriados; trazendo mais um elemento de tensão junto à comunidade. Há dois dias do evento, diante da recusa do Centro Cultural Dragão do Mar, o Banco remanejou a festa para o Conjunto Palmeiras, iniciando a divulgação.

Então se a gente fosse sair para divulgar alguma coisa, que ia ser aqui no campo, depois não, que ia ser lá no Dragão... As pessoas não aceitam muito bem essa mudança. (Fabiana)

Relativo a prestação de serviços bancários, também há uma diferença na relação Banco-Comunidade até mesmo no atendimento. No novo local a fila de espera passou a ser em pé e no sol, contraponto a premissa que dinamiza a Economia Solidária: os vínculos sociais (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004).

Eu acho que uma das dificuldades é que a gente ficou uma organização [Banco Palmas] um pouco técnica. (Leandro)

Ontem eu fui fala com o povo ali na fila, era muita gente ali na fila, muita. Então o povo está...porque que tirou o Banco daí de dentro, agora a gente aqui nesse sol, nessa quentura, nesse calor, nessa multidão de gente, desse espaço pequeno, não sei o que, o povo tudo reclamando. Mas o povo reclame de tudo. Quando era aqui dentro o povo reclamava.(Emília)

Assim, o Banco Palmas (MELO NETO & MAGALHÃES, 2006), basicamente, atua como correspondente bancário local e, por meio do Banco de Periferia, amplia seu alcance com a Rede de Bancos comunitários, em que representa outras 103 instituições financeiras comunitárias brasileiras.

Com o financiamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que era pra fortalecer a Rede Brasileira de Banco Comunitários, a gente...o nível de prestação de contas é gigantesco. Então a Organização assumindo esse peso Nacional, é...ficou...uma organização bem técnica. (Leandro)

O Banco da Periferia, é essa organização que hoje é responsável pela plataforma digital e pela expansão dessa plataforma em todos os Bancos comunitários a nível nacional...Banco Palmas, que é o Instituto Palmas e tal, e o Banco da Periferia. Tá? O Banco Palmas ele é um Banco Comunitário, ele nem pessoa jurídica tem, quem representa a pessoa jurídica do Banco Palmas é o Instituto Palmas. (Tatiana)

E, tal como levanta David Harvey (2011), as práticas e resultados alcançados em uma escala local não necessariamente são sustentáveis em outras, além de ser um desafio à participação.

...essa tensão sempre entre a nossa responsabilidade Nacional e a local, que dificulta, que, que... amplia, amplia ou diminui a participação da, da comunidade... (Leandro)

Mesmo após a separação das organizações, suas histórias se misturam no território, bem como das pessoas que trabalham ou trabalharam nessas instituições. E é notória a divergência de pareceres entre aqueles entrevistados com maior vínculo com o Banco – favoráveis a este reposicionamento – e aos saudosos deste laço (relacionados a ASMOCONP):

Eu tenho laços de profundo afeto com, com o Banco Palmas, assim, eu adoro o Banco Palmas... participei de muita coisa de lá tal. A minha... devo quem eu sou, inclusive a minha participação dentro do Banco Palmas, é... mas a ação do Banco Palmas ela também tem um limite dentro da comunidade...a gente não pode substituir a ação da Prefeitura, do governo, dentro da comunidade, né e aí a crítica que eu faço não é diretamente ao Banco Palmas... (Carine)

Não tenha dúvida. Porque ele está cheio de coisas que a gente tá querendo fazer, então acho que é bom que a ASMOCONP volte a ter o seu espaço. A gente não pode esquecer que [ASMOCONP] é a mãe de todos os projetos depois que aconteceram no Palmeiras, é...e acho bom. Claro, não sei o que depois de um tempo onde o Banco Palmas assume muitos espaços lá dentro, é difícil. Eu entendo. (Leandro)

Então eles [os líderes] vão fazendo realmente como dá pra fazer, às vezes atropela realmente processos, pra poder conseguir fazer as coisas acontecerem. (Tatiana)

...nem todo projeto tem que ser, cem por cento...dialogado antes com a comunidade, depois a gente faz um piloto, um teste, porque a princípio, talvez ninguém entenderia, a gente testa, se dá certo, a pessoal gosta, então a gente vai em frente...o primeiro que tem que ser feito é, a mobilização comunitária para pensar a comunidade. Que isso é uma coisa que não tem a ver diretamente com o Banco Palmas e que é uma coisa, um desafio de qualquer movimento, de qualquer comunidade no Brasil. (Leandro)

O pertencimento e o fortalecimento dos moradores e da comunidade foram construídos pela parceria entre a ASMOCONP e o Banco Palmas. Os cursos e a moeda social modificaram as relações, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida no Conjunto Palmeiras. Após o afastamento, os poucos cursos realizados, em sua maioria, aconteceram separadamente, com algumas exceções de projetos Comuns (por exemplo, o Conselho do Quarteirão). Assim, a moeda se tornaria o elo mais forte entre o Banco Palmas e a comunidade.

Em 2015, com o fim da moeda social, o Banco estabelece novas práticas de Economia Solidária. E neste contexto, a próxima categoria traz questionamentos e reflexões sobre a vertente social e comunitária dessas novas práticas.

#### **4.4 moeda.social?**

Com relações sociais e comunitárias imbricadas com as práticas financeiras, o fim da moeda social - símbolo maior do orgulho desta relação - estabelece novas práticas de Economia Solidária no Conjunto Palmeiras. E neste contexto, a categoria “Moeda.Social?” questiona o reposicionamento deste relacionamento a partir das “Mudanças de práticas: do Palmas ao E-dinheiro” (subcategoria) pelas perspectivas dos entrevistados e suas reflexões quanto ao viés comunitário do Banco Palmas, expressas na subcategoria “Banco. Comunitário? ”.

Vale ressaltar que a formatação do título deste item deve-se à analogia com a linguagem digital.

#### 4.4.1 MUDANÇAS DE PRÁTICAS: DA PALMAS AO E-DINHEIRO

A moeda Palmas, antes de tornar-se referência nacional, começou como um processo educativo de mobilização e conscientização para incentivo ao consumo/dinamismo econômico local.

A moeda em papel já foi um sacrifício, tipo aqui, você conversa com as pessoas, né, da época, não foi uma coisa de um dia pra outra que deu, deu certo. Teve todo um processo de é...mobilização, explicar, de oficinas, já tinha uns oito anos de moeda social, já, ainda tinha oficinas de conscientização da moeda, da importância do consumo local, sabemos que o objetivo, é o consumo local. (Leandro)

A gente começou com 7% da população comprando a maioria das coisas dentro da comunidade, e a gente terminou em 2011 com 95% da população comprando a maioria das coisas dentro do Conjunto Palmeiras. [...] a moeda social efetivamente tinha feito essa parte, financeira da comunidade [promover consumo local] que era a maior preocupação que a gente tinha. (Tatiana)

Aos poucos, a moeda dinamizou a economia local, com a criação de algumas iniciativas e pequenos empreendimentos (JUNIOR, 2007). Cumprido o papel de incentivar o consumo local (de priorizar os produtos/serviços locais), houve redução no uso da moeda palmas, segundo Meyer (2013) e os entrevistados do banco, por parte dos consumidores.

Assim, em paralelo a separação (entre o Banco e ASMOCONP) a moeda é gradativamente retirada de circulação e substituída pelo aplicativo e-dinheiro.

As pessoas já faziam, é...já compravam dentro do bairro, automaticamente, então não precisava mais de um mecanismo que dissesse assim, que eu te, te digo assim ó... “tu só vai poder comprar aqui”, né? Toma a moeda social e agora tu só vai poder comprar aqui dentro. Então, não. As pessoas já faziam isso, meio que automaticamente, né? Tipo, pegava o crédito, no caso das mulheres do Bolsa Família, que era um crédito de 50 até 150 reais, no máximo. Então elas pegavam o crédito e iam fazer as coisas aqui dentro mesmo, tipo, esse dinheiro não ia pra fora. Então precisa..., de certa forma, não precisava mais que a moeda fizesse essa, essa conscientização com as pessoas. (Lucimar)As pessoas não queriam mais, tipo, não tinham, não viam mais necessidade de comprar lá fora [do bairro]. (Lucimar)

... aí em 2013, final de 2013, sai essa lei<sup>20</sup> que regulamenta os arranjos de pagamentos eletrônicos, onde instituições não-financeiras eu falei, podem

<sup>20</sup> O entrevistado faz menção a criação da Lei de n. 12.865, de 09 de setembro de 2013 pelo Estado que regulamenta a possibilidade de realização de pagamentos por organizações não financeiras. (DEMIRGÜÇ-KUNT & KLAPPER, 2012)

emitir moeda eletrônica, podem criar contas correntes, e isso é incrível para o Banco Comunitário, porque se a gente conseguisse fazer a nossa plataforma eletrônica o nosso meio de pagamentos, que a gente não é Banco oficialmente, é... isso vai permitir que a gente crie uma conta corrente eletrônica do Banco Palmas. (Leandro)

Foi gradativo [...] a gente tirou todas as moedas de circulação, então tudo que tinha no mercado local a gente foi tirando aos poucos, o mercadinho parava de receber e aí devolvia, vinha aqui [no Banco Palmas], fazia o câmbio.[...] Porque a gente tava inserindo a moeda eletrônica...E retirando a moeda social de circulação...a gente depois continuou utilizando a moeda social, mas em oficinas, treinamentos, sensibilizações, esse tipo de coisa. [...] É... aí em 2015 a gente começou um processo completamente novo. Completamente diferente, eu tô falando de um aplicativo de celular. (Tatiana)

[...] a gente ainda tinha a moeda, até 2015, a moeda saiu em 2015 quando o e-dinheiro foi lançado e aí a gente tirou a moeda de circulação. (Lucimar)

...em 2016, eu acredito, fevereiro de 2016, já não tinha mais moeda circulando, porque a gente já tinha tirado tudo e não tava emitindo mais nada propriamente... (Tatiana)

Então teve o Palma Card...teve depois teve...aí veio a moeda social, né?...Que era o Palmas. A moeda Palmas. Depois da moeda Palmas, agora, surgiu o e-dinheiro. Que já é...avançou, já é uma coisa...já, da nossa época, né? Tecnologia, né? (Emília)

O e-dinheiro amplia as possibilidades de transações financeiras em relação a função de correspondente bancário, como afirmam Demirgüç-Kunt et al (2008), pela inclusão de indivíduos carecidos no sistema financeiro de serviços bancários convencionais. Assim, o Banco Palmas possibilita além do pagamento de contas, o acesso a extratos, depósitos e transferências entre usuários via aplicativo (pelo celular). Trazendo a inclusão financeira digital e receita para o banco (via tarifas). E, neste sentido, a moeda em papel poderia comprometer a adesão às transações pelo aplicativo.

...a moeda meio que sai de circulação também porque, é, teve, tinha, teve alguns, algumas pessoas, pesquisadores que até fizeram essa pergunta, né? se achava que tinha que ter saído a moeda em papel. Ao meu ver, sim, porque, se a gente continua oferecendo a moeda em papel e moeda digital, como as pessoas têm uma certa aversão a...as coisas digital, então provavelmente elas não iriam, né? se adaptar e se acostumar nunca, então, a adesão seria, tipo, meio que, baixíssima. (Lucimar)

[...] se não também que pensar em inclusão, que isso tem que ser uma conta, que a pessoa pode pagar suas faturas, que ela pode pagar boleto, que ela pode transferir, que ela pode ter todo tipo de vida financeira que ela precisa, só que, né, no nível local. (Leandro)

[O BANCO]Palmas tem um papel meio que desafiador, mas ao mesmo tempo a, a, é, é algo muito, muito inovador e ao mesmo tempo muito admirável, né? Por apostar que pessoas pobres, né? é, realmente pode tá inserido dentro desse, desse contexto [digital]... (Lucimar)

Ou seja, nessa nova proposta, o Banco Palmas pretende eliminar a necessidade de utilização de papel moeda, seja Real ou emissão de Palmas, e implementar o e-dinheiro em todos os territórios atendidos pela Rede de Bancos comunitários no Brasil. (NASCIMENTO, 2011), a partir do uso no Conjunto Palmeiras.

Entretanto, assim como houve na moeda Palmas, o e-dinheiro está em processo de mobilização para adesão, tanto pelo acesso limitado/instabilidade do sinal da internet no Conjunto Palmeiras, quanto pela resistência e desconhecimento do uso de aplicativos.

Nem todo Mercantil tem internet, né, às vezes é uma bodega [comércio local]... nem todos os comércios aceitam o e-dinheiro...(Carine)

..hoje não é o melhor dos mundos, porque a gente ainda tá, em 2018. Ainda tá muito recente quando você pensa em um processo de moeda eletrônica, quando você fala de um negócio digital, é...um tempo muito pouco pra gente conseguir estabilidade ainda, é...tem muita gente que não conhece ainda a moeda eletrônica, não conhece é...esse processo da moeda como ele funciona e tal...ainda acham que tá funcionando no Palmas, ainda acham que tem a moedinha circulando... (Tatiana)

...Nós temos uma população de mais de 40 mil habitantes [...] muita gente não sabe o que é o e-dinheiro, só quem participa das feiras, por exemplo. E tem uma questão também do próprio e-dinheiro, tipo... os celulares, nem sempre tem memória suficiente pra comportar um aplicativo que eu só vou utilizar de vez em quando, né? Então, eu não sei se foi uma coisa legal. (Carine)

...usar esses aplicativos que ajudam em pagamento de conta, em movimentar sua conta pelo próprio celular, mas quem é um, uma pessoa mais, tipo, mais velha, um pouco mais antiga, realmente, vai ter essa dificuldade... (Lucimar)

Eu trabalhei no Palmas a segunda vez, com jovens, né, e aí eu tava... a gente tava dentro de um processo de formação com eles pra conscientiza-los, a conscientizar outras pessoas a usar o e-dinheiro. Foi uma resistência enorme, gigantesca! (Carine)

Quando você fala em digitalizar, quando você fala em uma dona de casa abrir seu celular, botar num leitorzinho, colocar a camerazinha pra poder pagar, procurar coisinhas pra guardar dinheiro. Quando você fala disso, você tem que fazer uma educação mesmo, nessa parte digital e isso vai tipo, pra anos de relações pra você conseguir fazer que isso funcione. Mas é um desafio que a gente tem que fazer. Quando a gente fala de jovem não. Ele

abre um celular desses aqui, em cinco segundos ele te explica todo o e-dinheiro[...]pra juventude é tranquilo de, de entender, agora quando a gente fala das pessoas que estão na fase dos quarenta em diante não é tão fácil quanto é fácil pra juventude, ah...mais, a gente ...realmente começou a fazer pequenas coisinhas, uma feira que a gente ia fazendo, aí circulava em moeda, é...uma ação específica no meio da igreja, que o pessoal ia fazer um evento de ciclismo, a gente jogava lá a moeda social dentro, a moeda eletrônica, então assim, ia dentro desses espaços colocando aos poucos... (Tatiana)

Acho que nós não temos ainda a cultura de resolver tudo pelo celular, por exemplo. A gente está construindo essa cultura. O dia que a gente construir essa cultura, acho que fica mais fácil. (Carine)

Ainda assim, as limitações vão além do usuário: para utilizar o e-dinheiro, é necessário ir ao banco ou correspondente bancário para inserir créditos no aplicativo e assim realizar as movimentações. Para uma população de baixo poder aquisitivo essa barreira é bastante grande, pois além dos salários ou bolsa famílias serem de baixo valor, fica mais fácil pagar a pessoa ou as contas em dinheiro mesmo.

É. Aí essas pessoas se afasta. E...e às vezes essas pessoas são bem mais...fiéis. No crédito. Né, eu acho que...Agora assim, na, na, na moeda, no e-dinheiro só...só compra quem deposita, né? (Emília)

As restrições tecnológicas e operativas do uso do aplicativo mingam o uso do e-dinheiro no território, o que contrapõe a lógica de sua criação, já que, segundo Beck et al. (2007), o acesso à utilização de serviços financeiros básicos móveis, eletrônicos, ágeis e com menor custo, geralmente realizados por meio de celulares, aponta para inclusão financeira de pessoas desprovidas de renda e posses e excluídas das grandes redes bancárias. Assim, esta contradição entre a democratização do acesso aos serviços bancários e o acesso propriamente dito ao e-dinheiro/ à internet remetem a comparação com a moeda social, apartando as opiniões entre os entrevistados saudosos da moeda e aqueles com vínculo com o Banco.

Eu acho que tinha mais circulação...quando era a moeda..., eu acho que...a moeda social, não era pra deixar de existir. Não é pra deixar de existir. Porque tem aquelas pessoas que elas não tem a, a, é, o avanço da tecnologia, né elas não, não sabem ainda... (Emília)

Eu achava melhor quando era dinheiro papel moeda, do que o dinheiro eletrônico, porque eu acho que facilitava mais as pessoas terem acesso, ...por exemplo a tecnologia é uma coisa que a gente tem expandido a tecnologia, mas não é acessível pra todas as s pessoas, né? Eu tiro por mim, até um dia desses, eu tinha uma resistência a algumas coisas, assim, eu achava que isso

era muito ligado a questão do consumismo, eu tinha assim uma outra perspectiva de vida assim,...Então eu não pensava na tecnologia como algo que fosse facilitar a minha vida, então eu, Carine, que tenho acesso, tinha essa mentalidade, aí eu fico pensando nas pessoas que ainda não sabem ler e escrever, por exemplo, que têm uma dificuldade de manusear o aparelho... a maioria das pessoas têm um aparelho, um smartphone, por exemplo, mas a maioria das pessoas só conseguem mexer no *whatsApp* e olhe lá. Eu tiro pela minha mãe, ela é semianalfabeta, ela tem um celular razoável, mas ela só mexe no... no *whatsApp*, então assim, teria que ser um processo de educação muito grande. (Carine)

...porque assim, na moeda, é...as pessoas que não tem acesso, a...a tecnologia, não tem um, um...um celular, com internet...que a pessoa sabe...entendeu? As pessoas mais simples. Então a moeda social, era mais, fácil. Eu tinha no mei, eu tinha no meio das costureira, as costureira, elas, aquele grupo de trinta, a maioria delas, pegava moeda social. (Emília)

Eu acho que, eu acho que não foi um bom negócio não, mas tudo bem. (Carine)

...a moeda, ela também foi meio que, tipo, já cumprindo seu papel, né? porque, tipo, a moeda nasceu junto com, com o Banco. Então, é...a moeda já tinha cumprido seu papel[...] Então, tipo, eu não acho que teve prejuízo é, é, não se ter mais circulação da moeda em papel... (Lucimar)

Segundo Nascimento (2011), há um desafio de entendimento do comportamento a entrada de uma tecnologia (e-dinheiro), além dos próprios desafios tecnológicos, bem como de infraestrutura de acesso. Para minimizar algumas das restrições de uso do e-dinheiro, o Banco Palmas realizou várias ações na comunidade, entre elas: visitar os estabelecimentos comerciais promovendo e ensinando a utilizar o *app*; oficinas com os jovens e instalar acesso livre e gratuito à internet na avenida principal.

No começo eu achei que era muito difícil,...Aí depois que eu baixei no meu celular, aí as meninas me ensinaram. Assim... é muito fácil. Hoje a gente já ensina pra outras pessoas..., e eu acho bacana! [...]quando eu quero, pago no, e-dinheiro. Quando eu não quero, eu passo lá e pago com meu dinheiro..., é muito difícil eu sair do meu bairro pra mim comprar alguma coisa em outro canto. Meu cabelo eu faço aqui, minha unha eu faço aqui... Pago minha contas, supermercado, tem a menina que vende Avon, né? Natura...Meu filho do mesmo jeito. Calçado, bolsa, tudo eu compro aqui. Eu não saio daqui nem para pagar as minhas contas..., nunca mais eu fiquei em uma fila na minha vida pra pagar uma coisa...Então, eu pago minhas contas pelo e-dinheiro e os boletos vão para o meu email. (Fabiana)

...é uma coisa que ela é capaz sim, de fazer, de aprender, de estar utilizando. Então eu vejo por essa questão de mostrar para as pessoas que elas são capazes sim, de estar dentro desse novo sistema, né? Elas mesmas não podem estar se auto excluindo por achar que é uma coisa que “ah eu não consigo, é difícil...” por conta da tecnologia, que é o celular... Mostrar que

elas podem sim, e... é... Também por essa questão, de mostrar que ela, colocando seu dinheiro dentro da plataforma, nessa nova moeda social digital, ela vai estar contribuindo... (Lucimar)

Hoje a gente tem, a gente tem uma conta, abre uma conta, né? Tem uma senha, e aí se você tem dinheiro nessa conta você vai no mercantil... não precisa levar dinheiro, você vai, tem o celular [e-dinheiro]... até pra você pagar a energia, pagar a... a água, né? Só pelo aplicativo, na sua conta... Muita gente tem... e vem só pra aí de frente porque, a Palmas Net é livre. Fica aí de frente [ao Banco e ASMOCONP, onde há internet livre]. (Emília)

Contudo, as oficinas foram pontuais e a adesão local ao uso do e-dinheiro ainda é limitada.

Você tem que ir pra rua, botar o pesinho na rua, sair de casa em casa. A gente até fez isso no início... A gente começou a sair de casa em casa, mostrando, falando sobre o aplicativo, que que era e tal, mas eu tinha uma equipe de sete pessoas pra fazer essas coisas. Hoje eu só tenho três, aqui internamente... A gente ficou efetivamente sem, sem condições de, de contratação de, de pessoas novas pra fazer esse processo de, de ir pra rua, falar com as pessoas, convencer as pessoas, convencer os empreendimentos. Dizer pras pessoas o quanto é interessante ela de casa poder fazer o processo (...) É uma debilidade enorme da gente. Porque a gente não consegue dar conta mesmo, por causa da quantidade de pessoas. A gente diminuiu, muito o número de pessoas do Banco porque a gente não tem condição de pagar. Então basicamente, no e-dinheiro por exemplo, quem tá ficando são três pessoas, direto [trabalhando]. (Tatiana)

A ação do Banco Palmas ela, ela restringe, né, ela está restringida a um público. Então a gente enfrenta algumas dificuldades (Carine)

...hoje realmente são pouquíssimos empreendimentos que recebem (...), antes eram quatrocentas... hoje tá em vinte e poucos empreendimentos que aceitam exatamente porque eu não posso criar mais comércio, sem demanda. Então está criando expectativa enorme dentro do comércio, que não estaria efetivamente acontecendo... (Tatiana)

Ao passo que o Banco reduziu a abrangência de atuação dentro do próprio território, ampliou sua articulação institucional (buscando parcerias com município e estado), e a rede de atuação em âmbito nacional pelo Banco de Periferia.

Não obstante, o Banco Palmas busca alternativas para que o e-dinheiro cumpra seu propósito de reverter os recursos financeiros locais em investimento no território. Para isso, articula parcerias com o Estado, a fim de que este realize parte de sua folha de pagamento, ou pagamento de auxílios aos cidadãos, por meio do aplicativo e-dinheiro com gestão dos Bancos comunitários, em detrimento das grandes instituições financeiras.

...o e-dinheiro pode ter e pode se tornar uma referência pra outros municípios(...)porque que eles vão contratar os serviços de um Santander ou Bradesco da vida, quando eles podem utilizar um sistema que vai ser, que o território vai ser protagonista dessa ferramenta financeira e tecnológica e onde essa mesma circulação econômica da região, via consumo, taxas e tal, vai gerar um investimento direto lá, ao invés desse investimento ir pra outros lugares (...) O que nós estamos pedindo é que a riqueza que é criada no território possa circular naquele território...os Bancos pegam as poupanças do Nordeste, pra investir no Sudeste. (...) Eu trocaria, eu dou o Bolsa Família pra vocês e a gente fica com os investimentos nas poupanças. É aquela lógica do território. O território não é pobre, é empobrecido e isso acontece de forma constante, sistemática, acho que desde o início do Brasil, a gente acha que o e-dinheiro tá no campo aí das soluções de conseguir que a riqueza que é gerada no território possa circular com mais potência (...) Como articular essa política pública via municípios para utilizarem o e-dinheiro como ferramenta para os influxos econômicos. (Leandro)

...a gente precisa concentrar a economia local, de que precisa, meio que, gerar a economia aqui dentro, deixar o recurso aqui dentro do banco... A moeda social ela é para além do Conjunto Palmeiras, né? Ela tá se expandindo, então, mas deixar dentro do Banco por que né, tipo... Se fala que é do Banco, mas são pra ações que o Banco, depois, vai tentar organizar e promover dentro da comunidade, né? Seja através de cursos, seja através de, sei lá, oficinas de crédito, pra comunidade. Então, tipo, pra mim, eu vejo como algo pensado no social, né? É porque as vezes se confunde com o financeiro...(Lucimar)

Então, tendo, entendendo esse desafio e o papel da Rede Brasileira de Bancos comunitários a gente viu que o formato digital era muito importante, e não só da moeda para estimular o consumo local [e a inclusão social]. (Leandro)

À despeito de seu protagonismo na Rede Brasileira de Bancos comunitários, reduziram-se usuários, acabou a Palmas e aceitação do e-dinheiro é baixa, em que medida as práticas comunitárias do Banco Palmas ainda são locais?

#### **4.4.2 BANCO.COMUNITÁRIO?**

Um Banco Comunitário parte de uma demanda local, em que a comunidade funda uma instituição financeira Comum com base na Economia Solidária. Assim sendo, as tarifas bancárias e relações são diferenciadas, a gestão é horizontal/participativa e as práticas são voltadas à educação para o consumo consciente de produtos e serviços locais, em prol do desenvolvimento do território (LAVILLE & GAIGER, 2009).

...por um outro lado você também precisa compreender que a Economia Solidária tá trabalhando nas brechas do capitalismo, né? Então você percebe também e aí passa sofrer menos, que não é um problema da instituição, ou um problema... mas é um problema imposto pelo limite mesmo da Economia Solidária, esse limite não necessariamente seja negativo, entendeu? E que a gente precisa trabalhar pra superar esse limite. Da própria Economia Solidária. E acho que esse limite é a própria compreensão de que não basta trabalhar outro tipo de relação dentro da comunidade, dentro das comunidades. É preciso romper com a lógica de exploração do próprio sistema, pra ver se a gente consegue construir outros tipos de relação social. E fazendo isso você compreende que não é apenas... derrubar o sistema. Quebrar a lógica do sistema financeiro, né? É um processo, e um processo inclusive pedagógico, de construção de novas relações sociais, dentro de todas essas contradições. E que dentro dessas contradições há momentos de avanços e há momentos de retrocessos. [...] As pessoas estão executando, mas elas não sabem bem o que elas estão executando. Né, isso é um problema, também. Do que que isso se difere, de outras relações sociais? Porque se eu tô fazendo as coisas por fazer, ou pelo pragmatismo. [...] Por exemplo, eu não vejo mais as pessoas refletindo sobre o que elas fazem, e quando você não reflete sobre aquilo que faz, não há transformação, não há mudanças, né? [...] o agir sobre o concreto te possibilita uma, um processo de reflexão, um processo de educação e você age e [...] há um processo de transformação. (Carine)

...a gente tem que começar a se acostumar a pagar um pouco mais caro, por produtos que talvez é o nosso vizinho que vende. Que é o que o Banco Comunitário vem dizendo há muito tempo...comprar no bairro é mais emprego, quem se beneficia com a minha compra? Quem ganha com esse produto? Onde que é feito? Quem que tá vendendo, qual espaço, qual lugar que ele tem de venda no supermercado que, você tem que começar a se fazer essas perguntas, que isso é democracia econômica...como é que esse produto é produzido? qual impacto que tem?...a questão social e a questão ambiental são fundamentais... (Leandro)

Isto significa que a Economia Solidária envolve um processo, antes de tudo, educativo para que o consumo seja uma ação reflexiva, consciente, mas também para que o Banco e suas práticas sejam sustentáveis.

A baixa adesão ao e-dinheiro e redução/fim dos empréstimos sem garantia no Conjunto Palmeiras deflagram o enfraquecimento da comunidade junto ao Banco Comunitário e a escassez de recursos locais. Assim, a sustentabilidade financeira do Banco Palmas passa a centrar-se não no Conjunto Palmeiras, mas no uso do e-dinheiro pelas comunidades da Rede.

[...] Tem um correspondente bancário, que não se paga. Mas a gente mantém. A gente mantém porque efetivamente a gente sabe que é uma necessidade da comunidade. É claro que com o tempo, a gente pode tornar isso completamente e-dinheiro. Pessoas baixam seu aplicativo, pagam suas contas de casa e tal. Só que isso, isso chama-se educação digital e você tem anos e anos e anos, pra você ensinar pra população como se utilizar dos

meios. [...] Se eu não tiver a quantidade de clientes suficiente, criar muitos comércios, aí as pessoas vão procurar, ou o contrário, os comércios vão esperar pessoas, que não vão ter. Então como não tem essa injeção hoje de recursos por dentro da plataforma. [...] A plataforma], ela é efetivamente toda controlada pelos Bancos comunitários, toda gestão é feita, pela, pelo Instituto Periferia, que é a representação jurídica hoje dentro do e-dinheiro da Rede Brasileira de Bancos comunitários. [...] É porque a moeda digital é, ela é como se fosse um real, ela não é...ela tem um tag de manter restrito naquela comunidade, pode usar em qualquer lugar...Sim. Pode usar em qualquer lugar...E essa é uma grande sacada pra gente, por exemplo, porque a gente, é...pode captar recursos de outros locais. [...] A gente acredita que com o e-dinheiro, porque ele hoje tem uma rentabilidade que ele garante, né? Legalmente garante uma rentabilidade, mas como é que a gente faz isso? (...) Pra o Banco local é R\$ 1,25 pro sistema mais R\$1,25 pra manutenção do sistema digital. Então assim, é isso hoje que a gente acredita que a, que consiga ser a sustentabilidade. (Tatiana)[...] A ideia é Fortaleza inteira passar mesmo é pro Banco Palmas toda a movimentação [do ecoponto<sup>21</sup>]. Então assim, é isso, trazer recursos de fora pra dentro da Comunidade, então isso fortalece ainda mais essa questão dos incentivos pra, pra os projetos locais. [...] Isso. Aqui em Fortaleza efetivamente, vem pro Conjunto Palmeiras, né? Claro! Se eu for falar disso a nível nacional, se eu for falar do Tupinambá, eu tô falando que, esse recurso, parte desse recurso, como parte desse recurso fica aqui com a gente, parte desse recurso fica com o Tupinambá. [...] Se a gente tivesse, sete, oito municípios com essa mesma...com essa mesma situação de Maricá, a gente taria numa situação muito boa hoje...que a circulação é muito boa lá. [...] um milhão e meio, uma coisa assim, que dá hoje a folha de, de beneficiários. Então assim é muito movimento, fora a folha de pagamento, que hoje também é via digital, via moeda digital. Então assim, tem um...se a gente tivesse esse movimento em outros Bancos ele tinha uma sustentabilidade enorme [...] Fazer o que for possível, de folhas de pagamento...a gente vem conversando, desde o início desse ano com os comércios, pra incentivar a história da folha de pagamento via, a, a moeda digital. Hoje, a folha de pagamento da casa [referindo-se ao Banco Palmas], também é via moeda digital, mas é um movimento, muito pouco. (Tatiana)(Grifo nosso).

Mas se não há sustentabilidade financeira com base na comunidade, as ações locais com recursos de outros territórios são comunitárias?

Agora você vai falar do projeto que é sobre o fortalecimento da Rede de Bancos comunitários com o pessoal de Vitória, de...de Mossoró, de...de Mosquero, de enfim, Porto Alegre, sei lá, são coisas que tem a ver com a Rede Brasileira de Bancos comunitários, né? Não é uma questão aqui do território...(Leandro)

...todo e qualquer recurso que entra de um Banco Comunitário, ele é, efetivamente, é utilizado para os projetos do Banco Comunitário. Projetos de Banco Comunitário, só tem projeto social. Você não vai encontrar projetos...só financeiro em nenhum Banco Comunitário. (Tatiana)

<sup>21</sup>Ecoponto é um programa da prefeitura de Fortaleza, CE no qual os catadores de resíduos (carroceiros) entregam entulho e outros materiais recolhidas nas ruas em Ecopontos e são remunerados conforme peso e tipo de material. Há um projeto piloto de pagar os e-carroceiros por meio do aplicativo e-dinheiro.

Além da reversão dos recursos do Banco da Periferia serem aplicados no Banco Palmas, os funcionários do Banco são do Conjunto Palmeiras e o e-dinheiro é um projeto que democratiza o acesso via digital.

...no ano passado por exemplo, a gente fez todo um ano de atividades com os Conselhos do Quarteirão<sup>22</sup>. Todo esse trabalho, de juntar a comunidade, primeiro fazer a limpeza, depois surgiu a cooperativa, depois a gente botar na internet, depois o pessoal (...) pra fazer as composteiras toda toda, uma mobilização que chegou nesse projeto agora do e-carroceiro e com os ecopontos da prefeitura. Vamo ver pra onde a gente chega, mas é, é...esse Conselhos do Quarteirão, que a gente vai recuperar agora, é uma...é uma das formas diferentes que a gente fez, que a gente tem da comunidade participar, não só no Banco Palmas, na comunidade, que eu acho que primeiro tem que voltar...” (Leandro)

Além da característica de trazer inovação pras comunidades pobres, inserir pessoas pobres dentro dessa nova era tecnológicas, é também meio que essa conversa, com os moradores, com os demais, com os comerciantes de que, é uma inovação, uma novidade, é também uma forma de inserir eles dentro dessa era nova de informações de tecnologias e... Também é uma forma de mostrar que o Banco está trabalhando para melhorar, lutando pra inserir pessoas pobres dentro dessa era digital. (Lucimar)

Todo o restante das pessoas que você vê aqui [trabalhando no Banco], são da comunidade, então comunidade já participa.” (Leandro)

Mas em que medida estas são práticas social-comunitárias de maior relevância que a participação da comunidade na gestão do Banco ou na definição/identificação das necessidades locais, como por exemplo na extinção da Moeda Palmas?

As pessoas não iam querer, principalmente as pessoas que já tavam acostumadas, né? Tipo, é só pegar aqui e, o, o, a cédula, né? e pronto. Não tem que tá nem mexendo em telefone, embora muitos tenham telefone, mas não tem que tá lá, que acha que é difícil, “ai, que vai dá trabalho”, que precisa de internet. Então se a gente continua, continuasse oferecendo, provavelmente a adesão seria, teria sido mais complicada e aí sim, eu veria como força das partes. (Lucimar)

Há uma contradição no modelo de gestão praticado no Banco Palmas em relação à horizontalidade de tomada de decisões e rotatividade de liderança nas organizações, características da prática de Comum e da Economia Solidária (COSTA, 2012)

...o [Banco] Palmas, que é o Joaquim...(Leandro)

<sup>22</sup> Conselho do quarteirão é formado por grupo de moradores responsáveis por cuidar do seu quarteirão. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/conselho-do-quarteirao-tecnologia-social-do-conjunto-palmeira/>. Acessado em: 06/03/2019

E sempre nas reuniões o povo pergunta: “Joaquim vai estar lá? Joaquim vai estar lá?” Então assim, é uma referência muito importante para a nossa comunidade, muito forte, né? Eu acho que é o tudo assim na instituição. Não que o Banco não funcione sem ele, funciona, mas...Assim, aqui na minha visão, o que eu acho, é um gestor, é tudo...É o animador, é o que bota pra cima...ele é o que coloca a gente pra cima mesmo [...]Pra gente aqui é um grande homem. (Fabiana)

...a gente fala muito com o Joaquim quando ele faz umas coisas pela democracia...precisa ter outros formatos pra inspirar até porque se, eu acho que o pessoal aqui... gosta muito do Joaquim. Mas se tornar uma pessoa como ele, acho que uma, acho que uma... uma responsabilidade injusta...você não pode basear o modelo de liderança em perfis de pessoas muito únicos. Acho que você tem que basear isso na experiência humana, de forma geral. (Leandro)

...a presidente do Banco é uma mulher, é a Neide [em 2018] [...]tipo assim, se fosse pra você pegar um documento, formal mesmo do Banco, ela quem seria a presidente assim formal!...Muita coisa é eleição também, aí tipo, aí não pode tá repetindo o mesmo presidente, na formalidade! [...] Mas enfim, o Joaquim, eu acho que é meio de tudo aqui! E o Joaquim também está nesse papel de ainda ser o presidente, que meio quem vai atrás de projetos, é meio quem tá lá na mídia. (Lucimar)

Então acho que não teve esse crescimento orgânico na, na liderança nos últimos anos(...)E aqui, todo mundo tem que ser importante. Tem que entender isso. Não tem, existe solução no planeta onde todo mundo não seja importante, e tenha seu papel (...) eu acho que a gente tem que inspirar nas pessoas (...)Tem pessoas que inspiram, tem pessoas que podem ser uma referência, mas não tem essa idolatria que talvez, tenham outras gerações (...)acho que os formatos de liderança que a gente tem que ver, tem que ser mais transitório, mas temporário, eu acho que tem que ter momentos de, ter pessoas que assumam uma responsabilidade maior, que tomem, que possam tomar decisões junto com os outros, mas não pode ser eternamente. São coisa que tem que mudar (...) A gente tem que...deixar espaço pra outras pessoas assumirem (...) E todos temos contradições, né, porque eu baseado nisso, deveria ter saído do Palmas faz tempo...tô aqui dez anos ocupando espaço que outras pessoas...eu tô assumindo as contradições também desse processo, mas eu acho importante que a gente deixe que outras pessoas, depois de um certo tempo...assumam responsabilidade. (Leandro)

A sustentabilidade dos Bancos comunitários envolve a gestão participativa, em que a comunidade se compromete e compartilha responsabilidades, e não apenas benefícios, tendo protagonismo na identificação de problemas, decisões e revezamento de lideranças.

A gente está com desafios locais que são imensos! (Tatiana)

...o que se resume no nosso bairro, de pessoas que ainda não estão crescendo, que não passaram para um outro nível, é a falta de oportunidade. Porque precisam de informações, mais capacitações, mas precisam também daquela historinha que eu falei, da montanha ir até a Maomé! Ou seja,

peças chegarem até eles, né? Nós aqui somos poucos na casa, né? Para abraçar todo mundo... Quem trabalha aqui não pode sair daqui, então eu me considero uma mobilizadora, eu me considero tipo uma agente de desenvolvimento...a gente colocou uma ação social lá no Palmeira Dois... Uma escola com ação social, o dia inteiro, e tem gente que não sentiu a necessidade e o interesse de ir. E foi divulgado em carro de som, e foi divulgado em reunião, e foi divulgado na rua, e foi divulgado em tudo quanto é buraco. E a pessoa ainda continua sem... Até que ponto, você fica imaginando, que as pessoas não se interessam de ter um documento? Que ainda não entra assim, que na minha cabeça ainda é complicado. Uma: “Ah, eu não fui porque eu não quis.” “Ah, eu não fui porque não me deu vontade.” Mas isso não é uma resposta...(Fabiana)

“...Que é esse de sentimentos, do que a comunidade pode tá sentindo...do que que é essa relação com o Banco, como é que é essa relação da comunidade com a comunidade, quando você trata disso a gente sempre...fica na angústia de lembrar que tem coisas que a gente podia fazer, que a gente podia tá fazendo, que a gente não pode, por causa de algumas amarras que nós temos mesmo, principalmente amarras financeiras. Então assim, que se a gente conseguir, é...resolver algumas coisas, a gente consegue avançar nesse processo da comunidade. Então assim, ao mesmo tempo que é um prazer imenso conversar com as pessoas pra poder ser ouvida, falar um pouco do que acontece na nossa comunidade, é também uma ânsia muito grande de que a gente consiga resolver esses problemas, que não são pequenos e que a gente precisa, a gente precisa dar conta.” (Tatiana)

São dois Banco Palmas: aquele do Conjunto Palmeiras, com desafio de retomar a sustentabilidade social e financeira fortalecendo a relação com a comunidade, em especial com os novos residentes; e o Banco Palmas protagonista da Rede Comunitária de Bancos, aquele que mantém a imagem de referência nacional, com desafio de fortalecer e ampliar a rede de comunidades e as práticas de Economia Solidária.

“Como eu defino a comunidade...Ela é super complexa, porque a gente tinha, uma, uma comunidade que...Até mais ou menos uns dez anos atrás, era uma comunidade antiga, que tinha pessoas veteranas, pessoas antigas, pessoas...e...desses dez anos pra cá cada vez mais vem novas pessoas pra essa comunidade. Então tá muito complexo, a...gente tava acostumado com esse Conjunto Palmeiras pequenininho.” (Tatiana)

“...é nossa obrigação contar pro, pra sociedade, pro mundo acadêmico o que a gente tá fazendo, como a gente tá fazendo...é...não só porque inclusive tem o investimento público, né? Teve investimentos pra fazer Bancos comunitários...então a gente tem que ser aberto, porque o dinheiro é de todos, né?...é bom pra que outros se inspirem, ou que pensem e tal...” (Leandro)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência no campo e o contato com os moradores trouxeram transformações profundas no meu olhar e forma de pensar. Investigar o que vai além da fala, as relações constituídas nesse período, enxergar as práticas de culturas locais sem julgamento, apenas como experiências, e saber que os resultados também mudam ao longo do tempo me fez enxergar as contradições do cotidiano de nossas vidas.

Apesar da ênfase da pesquisa ter sido realizada na área da Economia Solidária e utilização da moeda social Palmas, a constatação in loco da sua substituição pelo aplicativo e-dinheiro e os novos desafios enfrentados para sua implementação trouxe ao trabalho uma reflexão sobre a construção de alternativas econômicas e financeiras e os seus impactos na construção da identidade da comunidade.

Aliado a essa transformação de realidade de substituição da moeda Palmas pelo e-dinheiro promovida pelo Banco Palmas, o contexto do Conjunto Palmeiras também foi se transformando: a chegada de novas pessoas, as periferias do conjunto, o desafio da violência – que não é só local, é uma realidade da cidade de Fortaleza e de grande parte do Brasil.

Ainda assim, as relações comunitárias foram percebidas nas entrevistas de campo, de forma viva e que evidencia um patrimônio cultural do bairro impresso na história de cada um dos entrevistados que participaram em algum estágio de construção e luta de direitos para o bairro e seus cidadãos.

De modo que, nesse trabalho, é possível perceber a noção do Comum através do desenvolvimento de relações comunitárias e nas ações realizadas coletivamente em prol do bem viver no novo território.

A construção do tecido social no Conjunto Palmeiras acontece desde o momento da “ocupação”/chegada em um contexto de vulnerabilidade social e emocional, até a transformação destes moradores em uma comunidade.

Na pesquisa de campo e nas entrevistas qualitativas com os moradores e funcionários do Banco Palmas, pude perceber como foi fundamental a transposição dos desafios pelos próprios residentes, coletivamente, despertando um pensamento mais crítico e reflexivo dentro de uma perspectiva emancipatória. Neste contexto, as práticas de cuidado com a comunidade, ofertadas pela ASMOCONP e pelo Banco Palmas inspiraram e desenvolveram lideranças.

Isto porque a economia, para essa pesquisa, é pautada na pluralidade de recursos (mercantis e não mercantis e, entre estes, não monetários) e, sobretudo, plural de princípios (POLANYI, 1980; LÉVESQUE, 2009). Assim, compartilho com o entendimento de Economia Solidária de França Filho & Laville (2004) para quem as práticas têm princípios de colaboração, cooperação e gestão horizontal.

Legitimando esta perspectiva, as entrevistas relacionam a mobilização da comunidade, guiada por estes princípios/valores à estruturação do bairro e à configuração do Comum como a ASMOCONP, o Banco Palmas e suas práticas de Economia Solidária.

Ademais a articulação destas instituições, por meio da Economia Solidária, fomentou a construção do Comum em diversas áreas como: educação, política, cultura e na circulação de moeda local. Assim, a ruptura da gestão coletiva e participativa no território pela separação do Banco Palmas da ASMOCONP transforma a constituição do Comum, podendo ser percebido como um enfraquecimento das ações sociais em nível local.

Similarmente à “Tragédia dos Comuns” anunciada por Hardin (1968), o Comum criado pela e para a coletividade do Conjunto Palmeiras parece transmutar os fins sociais em fins econômicos, à busca de recursos para suas práticas. Ao invés de reforçar os laços sociais e os princípios de reciprocidade, que na Economia Solidária identificam as relações de troca e redistribuição, o Comum favorece as perdas coletivas (o esvaziamento das próprias instituições e a conseqüente escassez/fragilidade de recursos) e o protagonismo do mercado.

Deste modo, compreendemos a importância da mobilização de recursos para que as iniciativas de Economia Solidária perenizem sua oferta de bens ou de serviços, como destaca Lévesque (2009), mas também incluímos a pluralidade de princípios como imprescindíveis a sustentabilidade das iniciativas.

As práticas de Economia Solidária do Banco Palmas dinamizaram o território e democratizaram o acesso ao consumo para a comunidade, demonstrando a capacidade de autogestão coletiva do Comum, mas os mecanismos de colaboração são finitos e demandam realinhamentos e acompanhamento contínuo.

Nesse cenário, evidencia-se a complexidade da Economia Solidária e de responsabilidade do Comum e da possível visão assistencialista levantada por Gutierrez (1988) sobre a Economia Solidária, em que o Comum só é partilhado nos benefícios. O que torna o tema realmente complexo em conceituação e práticas para melhoria de qualidade de vida e bem-estar.

Para esta análise, retomei as contribuições de Ostrom (2000) que ressalta como desafio motivar a cooperação de indivíduos em prol do Comum, quando a implementação dos benefícios coletivos é usufruída por todos, independentemente do esforço individual.

Estas fragilidades estão relacionadas às divergências de objetivos entre indivíduos e comunidade, restringindo-se a causas particulares. Ou seja, a viabilidade do autogoverno do Comum demanda a solidariedade e coesão social da comunidade que o assegura, para que um indivíduo priorize o bem-estar coletivo em detrimento ao seu bem-estar individual. Ademais, conforme Ostrom (2000), este desprendimento só aconteceria em grupos pequenos (equivalente a um terço dos habitantes do Palmeiras), o que acentua a complexidade da gestão em maiores escalas, ou sob coerção por gestão e determinação de regras.

A separação entre o Banco Palmas e a ASMOCOP (que a fundou), o reposicionamento do Banco, a mudança de práticas de Economia Solidária, a substituição da moeda social pelo e-dinheiro trazem consigo não apenas um distanciamento do Conjunto Palmeiras, como também uma ampliação da escala do banco, da que passa de uma perspectiva da comunidade local para uma perspectiva nacional de comunidades. O Banco busca e ganha escalas e neste contexto, adquire aspectos de um Banco Comunitário Nacional: a sua comunidade passa a ser a dos Bancos Comunitários.

Há quase três anos após sua implantação, a aceitação no e-dinheiro é ínfima no Conjunto Palmeiras. Serão necessárias pesquisas complementares para acompanhar o desenvolvimento da utilização da moeda, a aceitação do app no Conjunto Palmeiras e em outros territórios. Vale destacar a necessidade de investimentos contínuos em mobilização social e educação continuada para fomentar o uso dessa ferramenta.

Contudo, percebi o valor social desta experiência de Economia Solidária, por estas instituições, alicerçada em laços de confiança e relações sociais, ao longo dos anos. Dessa forma, pude compreender a aceitação da moeda não por ela em si, e sim pela relação de proximidade construída do Banco com a comunidade. E é esta relação, que de início fortaleceu ambas, que hoje está estremecida pelo distanciamento e refletida na baixa utilização do e-dinheiro.

Torna-se um desafio manter o nível de participação coletiva e horizontal em ações não só de grandes escalas, mas também locais conforme colocado por David Harvey (2011). Não

há como prever se no futuro o e-dinheiro terá a adesão e visibilidade da Palmas, ou ainda, se a comunidade (representada pela ASMOCONP) voltará a fazer parte da gestão do Banco.

Como alternativa, o autor propõe e reafirma para a sustentabilidade das práticas de Economia Solidária no Conjunto Palmeiras medidas de corresponsabilidade, como: provisão de mecanismos de confiança e estímulo ao engajamento da comunidade; estabelecimento de regulamentos transparentes e monitoramento para a utilização sustentável do Comum, condicionado por penalidades, se necessário.

Nesse sentido, é necessário investigar como as práticas de Economia Solidária e a construção do Comum se darão no Conjunto Palmeiras a partir da utilização do aplicativo e-dinheiro.

Cabe destacar que novas investigações podem se desdobrar a partir dessa pesquisa como: o estudo do pertencimento de cada comunidade a partir de seu histórico de luta e resistência; ou ainda, as transformações das relações sociais e do Comum com as práticas de Economia Solidária, especialmente em um contexto de expansão de moeda virtual, como o e-dinheiro. Assim, uma nova abordagem se apresenta que é a transformação da noção do Comum a partir da utilização de plataforma digital em diversos territórios e como essas questões podem ser aprofundadas para fortalecer a comunidade e construir relações de solidariedade e pertencimento, mesmo não fisicamente. Este cenário demanda investigar o Comum a partir de outras abordagens da Economia Solidária.

No tocante a desdobramentos metodológicos futuros, um dos entrevistados posicionou sua insatisfação com o modelo de produção acadêmica atual, de como o retorno para comunidade é praticamente nulo se contabilizado o tempo gasto pelas pessoas para produzir um artigo, dissertação ou tese que possuem acesso restrito e não serão lidas por quase ninguém. Por isso, pretendo retornar ao campo, se possível, e falar sobre a pesquisa e reflexões de modo a ouvir os comentários e considerações da comunidade.

Ainda referente a esta dissertação, durante a imersão, puderam ser captadas tensões entre as reivindicações, cuidados e responsabilidades sociais dos diversos atores da comunidade.

Com a separação do Banco Palmas da ASMOCONP, além da desagregação dos laços de cooperação, e a posterior redução de usuários de ambas instituições, o acesso aberto ao Comum fica restrito, impactando a manutenção da cooperação entre os membros do território, necessária para a longevidade dos recursos e viabilidade da autogestão.

Assim, para favorecer a sustentabilidade na autogestão do Comum, inspirados em Ostrom (1990), compreendi que é necessária a definição clara de limites, tanto da ASMOCONP quanto do Instituto Palmeiras, do Banco Palmas e Banco de Periferia; o estabelecimento de acordos constituídos e acompanhados pela comunidade, que atendam as demandas dos usuários e respeitem as especificidades do território; e a formação de comitês para dirimir conflitos.

Porém, compreender qual é o papel atual da comunidade, ASMOCONP, Banco Palmas e do Estado, demonstra-se complexo devido à linha tênue da separação entre o campo de atuação em cada área e a interpretação de cada um dos atores para as diversas demandas do território.

Cabe questionar: até que ponto um Banco Comunitário deve atender as demandas da comunidade?

No Conjunto Palmeiras o Banco faz parte da história como ente querido, muitas vezes citado como filho ou marido (na medida em que houve um “divórcio” ou “separação” da ASMOCONP, e os limites e frustrações numa relação humanizada não podem resumir-se em transações bancárias. É no diálogo que se constroem os laços que uniram Banco e comunidade e que se podem reconstruir novas formas de interação.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J.A.G. **Michel Foucault e a teoria do poder**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v. 7, n.1-2, p.105-110, outubro de 1995.

ALBUQUERQUE, P. **Onde está o dinheiro? Pistas para a construção do movimento monetário mosaico**. Porto Alegre, RS: Da casa Ed. 2002.

ALVES, M. O. & BURSZTYN, M. **Raízes e Prática de Economia Solidária: articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará**. 2009.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Planejamento e políticas públicas. v. 14. 2009.

AMARO, R. R. **Toda a economia deveria ser solidária**. 2005. Disponível em: <<http://www.idrha.pt/pl/jornalpl31.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ANDION, C. & SERVA, M. **Uma delimitação do campo da economia social no Brasil: história, correntes e atores**. Anais do Enanpad 2006.

ARNOLD, J. J. **A moeda digital: a viabilidade ou não de uma moeda descentralizada**. Apucarana 2014. Disponível em: <https://www.webartigos.com/storage/app/uploads/public/588/4ce/9ec/5884ce9ecd66a133134757.pdf>

ASSEBURG, H. B. & GAIGER, L. I. **A economia solidária diante das desigualdades**. Dados. v. 50, n. 3, p. 499-533. 2007.

BAKIR, E.& CAMPBELL, A. **The effect of neoliberalism on the fall in the rate of profit in business cycles**. Review of Radical Political Economics, v. 38, n. 3, p. 365-373. 2006.

BANCO SOL. Disponível em: <<https://www.bancosol.com.bo/quienes-somos/historia>>. Acesso em: 06 de maio de 2018.

BANCOS SOLIDÁRIOS. Disponível em: <<http://bancosolidarios.global/>> Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

BAPTISTA, M. A. F. **Iniciativas de economia social e solidária, a integração económica e o desenvolvimento local: a experiência do Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro**. Doctoral dissertation. 2015.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BATES, R. **Contra contractarianism: some reflections on the new institutionalism**. *Politics and Society*, v. 16, n. 2, p. 387-401, 1988.

BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. Chicago: The University of Chicago Press. 533 p. 2000.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Zahar. 2003.

BECK, T., DEMIRGÜÇ-KUNT, A., & LEVINE, R. Finance, inequality and the poor. *Journal of economic growth*, 12(1), 27-49. 2007

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. In *Métodos de Pesquisa e Ciências Sociais*. 1999.

BIONDI, P. (2012). **Os direitos humanos e sociais e o capitalismo: elementos para uma crítica** (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

BLANC, J. **Las monnaies parallèles: évaluation du phénomène et enjeux théoriques**. *Revue d'Économie Financière*, n. 49, p. 81-102. 1998. Disponível em: <<http://www.aef.asso.fr>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BORZAGA, C. & DEFOURNY, J. **The emergence of social enterprise**. New York: Routledge. 2004.

BOUCHARD, M. J. **Social innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Quebec housing sector**. *Service Business*, v. 6, n. 1, p. 47-59. 2011.

BRAU, James C., WOLLER, Gary M. **Microfinance: a comprehensive review of the existing literature**. *Journal of Entrepreneurial Finance and Business Ventures*. v. 9, n. 1, p. 1-26. 2004.

BRAZ, J. D. O. B. **Os dilemas de se estar no fio da navalha: a experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas**. Dissertação de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.

BURAWOY, M. **For a sociological Marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi**. *Politics & Society*, v. 31, n. 2, p. 193-261. 2003.

BÚRIGO, F. L. **Moeda social e circulação de riquezas na economia solidária**. v. 29, p. 7-139. 2002. Disponível em: <[http://money.socioeco.org/documents/67pdf\\_Moeda.pdf](http://money.socioeco.org/documents/67pdf_Moeda.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CAMINHA, U.& FIGUEIREDO, M. **Atividade financeira e moeda: análise da experiência do Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE**. Revista Direito GV. v. 7. n. 1, p. 099-129. 2011.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Inácia D'Ávila e a história da psicologia social – articulando ecologia, feminismo e desenvolvimento cultural. In: MACIEL, Tania Barros;

SOUZA, Cecília de Mello e (org). **Inovação e trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade**. Curitiba: Appris, p.23-29. 2018.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. Trad. Marcelo. 2005.

CARDIA, N. **A violência urbana e os jovens**. In: PINHEIRO, Paulo S. et al. São Paulo sem medo. Rio de Janeiro: Garamond, p. 133-154.1998.

CARVALHO, D. D. S. S. D. **Banco Palmas: uma abordagem sociológica de sua instituição e seus critérios de liberação de crédito**. 2016.

CASTRO, H. O. P. Moeda e inflação-reflexões sobre o modo institucionalista. Revista de Administração Pública, 14(1), 113-125. 1980.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para Administradores**. Porto Alegre: UFRGS. 2003.

CHEN, L.& NATH, R. Nomadic Culture: cultural support for working anytime, anywhere. Information Systems Management, v. 22(4), 56–64. 2005.

COMITÉ ECONÓMICO Y SOCIAL DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. **Dictamen sobre el desarrollo local em la política regional comunitaria**. Bruxelas: CES. 1995.

COMMUNITY CURRENCY KNOWLEDGE GATEWAY, 2018. Disponível em: <<http://community-currency.info/en/>>. Acesso em 26 abr. 2018.

CORAGGIO, J. L. **Una perspectiva alternativa para la economía social: de la economía popular a la economía del trabajo**, em José Luis Coraggio (org.), La Economía Social desde la Periferia. Contribuciones Latino americanas, Buenos Aires, Altamira, p. 165-194. 2007.

CORREIA, M. C. A Observação Participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36. 1999.

COSTA, R. B. **Sobre o papel da confiança e das tecnologias digitais de comunicação nas experiências de economia colaborativa.** UFRJ. Anais dos Seminários dos Alunos do PPGAS–Museu Nacional–UFRJ. 2015.

COSTA, R. D. **Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva.** *Interface-comunicação, saúde, educação*. v. 9, n. 17. 2005.

COSTA, Samira Lima da; MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros. **Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade.** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 61, n. 1, p. 60-72. 2009.

COUTO, A. I., SANTOS, M.& GUERRA, P.A **Importância da economia solidária na promoção da coesão social: breve reflexão a partir do caso português.** *Bole*. p. 334. 2012.

CRUZ, Antônio. **Redes de economía solidária – papéis e limites de atores envueltos: trabajadores, universidades e Estado.** In: Seminario Internacional "La construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá", 2009. Buenos Aires: CESOT/FCE/UBA, 2009.

DAGNINO, R.**Tecnología social. Ferramenta para construir outra sociedade, Campinas, SP, Komedi.** 2010.

DANTAS, E. W.C. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza.** Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará. 2002.

DARDOT, P. & LAVAL, C. **Comum - Ensaios Sobre A Revolução No Século XXI.** BoitempoEditorial. 2017.

DEJOURS, C. **Banalizacao Da Injustica Social**, a. FGV Editora. 2007.

DELEUZE, G.**Conversações.** Editora 34. 1992.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A.& KLAPPER, L. Measuring financial inclusion: The global finindex database. The World Bank. 2012.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A.,BECK, T.& HONOHAN, P. **Finance for all?: Policies and pitfalls**

DEMOGRÁFICO, I. C. **Resultados do universo. Agregados por setores censitários.** IBGE. 2010.

DEMOUSTIER, D. **L'économiesociale et solidaire: s'associerpourentreprenreaurement.** La Découverte. 2003.

EVERS, A. & LAVILLE, J. L. **Defining the third sector in Europe.** In A. Evers & J. L. Laville, *The Third Sector in Europe* (p. 266). Cheltenham: Edward Elgar Publishing. 2004.

EZPELETA, J. & ROCKWELL, E. *Pesquisa participante.* São Paulo: Cortez – Autores Associados. 1986.

FERREIRA, V. M. P. **Economia Solidária, microfinanças e pluralismo jurídico: um estudo de caso sobre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito e Desenvolvimento, Faculdade de Direito, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2014.

FOBE, N. **A Regulação Brasileira Das Moedas Sociais.** 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 15<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Loyola. 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. D. & LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** UFRGS Editora. 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. D. **Terceiro setor, economia social, economia solidáriae economia popular: traçando fronteiras conceituais.** Bahia Análise & Dados. v. 12, n. 1, p. 9-19. 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. D. **A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional.** Sociedade e Estado, v. 16, n. 1-2, p. 245–275. 2001.

FRANÇA FILHO, G. C. D. **Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos).** Organizações & Sociedade, n. 8, v. 20. 2001.

FRANÇA FILHO, G. C. D. ET AL. **L'enjeu de leusagedesmonnaiesocialesdansles banques communautaires de développementau Brésil: Etudeducas de la Banque Palmas.** RevueInternationale de l'économiesociale – Recma, Paris, n. 324, p. 70-86. 2012.

FURDADO, C. R. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação** Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 341-363, nov 2014.

GAIA EDUCATION. **Material bibliográfico do curso online – Módulo Visão Econômica.** 2017.

GAIGER, L. & JEAN-LOUIS L. **Economia solidária**. Em Antonio Cattani *et al.* (orgs.), Dicionário Internacional da Outra Economia, Coimbra, Almedina, p. 162-168. 2009.

GAIGER, L. I. **A economia solidária na contramarcha da pobreza**. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v. 79, p. 43-63. 2015.

GAIGER, L. I. **Antecedentes e Expressões atuais da Economia Solidária**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. v. 84, n. 81, p. 9. 2009.

GAIGER, L. I. **A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, p.79. 2007.

GANDOLFI, Peterson.; GANDOLFI, Maria Raquel. **Empreendedorismo Social no Brasil. Um fenômeno de Inovação e Desenvolvimento Local**. 2011.

GARCIA, D. B. **A contextualização teórica de Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. *Temas de Administração Pública*, v. 4, n. 7. 2012.

GRAF, K.S. **On the origins of Bitcoin: Stages of monetary evolution**. (3 November 2013). Disponível em: [www.konradsgraf.com/bitcoin-theory/](http://www.konradsgraf.com/bitcoin-theory/)

GUATTARI, F. & ROLINK, S. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 1990.

GUTIERREZ, G. L. **Da autogestão à economia social: a concepção de uma nova empresa**. *Revista da Administração*.v. 33, n. 1, p. 68–73.1988. **In expanding access**. World Bank Publications.2008.

HAESBAERT, Roberto. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Encontro Dos Geógrafos Da América Latina**, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP p. 6774 – 6792. 2005.

\_\_\_\_\_. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A p. 43-70. 2006.

Banco Palmas 10 anos. 2008. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/relacao-de-bancos-associados-a-rede-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

HARDIN, G. Science. **The tragedy of the commons**. v. 13, n. 162, p. 1243-1248.1968.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. Commonwealth. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press. 2009.

HARTARSKA, V. M. & HOLTMANN, M. **An overview of recent developments in the microfinance literature.** Agricultural Finance Review, Fall, v. 66, n. 2, p. 144-165. 2006.

HARVEY, D. **The future of the commons.** Radical history review. n. 109, p. 101-107. 2011.

HESPANHA, P. & NAMORADO, R. **Os desafios da economia solidária.** Revista Crítica de Ciências Sociais, INSTITUTO PALMAS. n. 84, p. 3-5. 2008.

HESPANHA, PEDRO. **Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares.** Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 84, p. 49-63. 2009.

HESS, Charlotte & OSTROM Elionor (Org.). **Understanding Knowledge as a Commons: From Theory to Practice.** Cambridge, Mass: MIT Press. 2007.

HESS, Charlotte & OSTROM Elionor. **Artifacts, Facilities, and Content: Information as a Common-Pool Resource.** Law and Contemporary Problems, v. 66, n. 1-2, p.111-46. 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017> Acessado em 01/11/2018.

INSTITUTO PALMAS. **100 perguntas mais frequentes.** Banco Palmas 10 anos. 2008. Acesso em: 30 out. 2015.

INSTITUTO PALMAS. **O que é um Banco comunitário.** Banco Palmas 10 anos. 2008. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>. Acesso em: 30 out. 2015.

INSTITUTO PALMAS. **Relação de Bancos Associados a rede de Bancos Comunitários**

INTEGRALCES, 2018. Disponível em: <https://www.integralces.net/>. Acesso em: 30 nov. 2015.

JAGGER, P. **Thirty-Five years of scholarship at the workshop in political theory and policy analysis.** Série artisans of Political Theory and Empirical inquiry—Updated July. 2009.

JAYO, M. **Habitando o Inabitável: Geração de Renda e Desenvolvimento Local no Conjunto Palmeiras**. Administração Pública e Gestão Social, v. 6, n. 1, p. 48-55. 2013.

JODELET, Denise, 2018, p. 51. In. **Inácia D'Á vila Neto: uma prática psicossocial inovadora**. In: MACIEL, Tania Barros e MELLO e SOUZA, Cecília (Orgs.). Inovação e trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade. RJ: Appris p. 39-53. 2018.

JUNIOR, M. & SELMAN, M. **Avaliação de impacto do Programa Banco do Empreendedor Microcrédito sobre o nível de atividade econômica dos municípios paranaenses: 2010-2013**. 2016.

JÚNIOR, S. & TORRES, J. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da asmoconp/banco palmas**. 2004.

LAVILLE, J. L. **A economia solidária: um movimento internacional**. Revista crítica de ciências sociais, n. 84, p. 7-47. 2009.

LAVILLE, J. L. **Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana**. Sociologias, v. 16, n. 36. 2014.

LAVILLE, J. **L'économiesolidaire**. Paris: Desclée de Brouwer. 1994.

LEAL, L. P. **Gestão coletiva dos Comum na experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: o caso de Matarandiba**. 2015.

LECHAT, N. M. **Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata**. Civitas—Revista de Ciências Sociais, v.1, p. 123–140. 2002.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. Política & Sociedade, 8(14), 107-144. 2009.

LIETAER, B. & KENNEDY, M. I. **Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable**. La Hidra de Lerna. 2010.

LIMA, Jacob Carlos. **Desconcentração industrial e precarização do trabalho: cooperativas de produção do vestuário no Brasil**. 1998.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas**. Interações (Campo Grande). v. 3, n. 5. 2016.

MATOS, L. & SOCORRO, K. **Palmeiras, o saber da experiência no movimento popular**. Educação. Revista do Centro de Educação, n. 37, v. 3. 2012.

MATTOS, T. **Ecovilas: A construção de uma cultura regenerativa a partir da práxis de Findhorn, Escócia**. 2015.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: \_\_\_\_\_. Sociologia e antropologia. São Paulo: Edusp. v. 26. 1974.

MAX-NEEF, M. & ELIZALDE, A. & HOPENHAYN, M. **Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro**. In: Development Dialogue (número especial). Santiago do Chile, 1986.

MAZZOTTI, A. J. A., & GEWANDSZNAJDER, F. (2004). O Planejamento de Pesquisas Qualitativas. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa, 2.

MELLO E SOUZA, Cde. **O conceito de cultura e a metodologia etnográfica: fundamentos para uma psicologia cultural**. In: D'Ávila, M.I.e PEDRO, R. (Orgs) Tecendo o Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Mauad. 2003.

\_\_\_\_\_. **Banco Palmas – Um caminho**. Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental. Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil. 2008.

\_\_\_\_\_. **Relembrando nossa história**. Bahia Análise & Dados, v. 12, n. 1. 2002.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. O Banco de Palmas. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: FLEM p. 97-106. 2003.

MELO NETO, J. J & MAGALHÃES, S. **Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica. 2003.

MELO NETO, J. & MAGALHÃES, S. **Bancos comunitários**. IPEA, Mercado de Trabalho, n. 41 nov. 2009.

MELO NETO, João Joaquim de & MAGALHÃES, Sandra. **Banco Comunitário e Cooperativa de crédito – uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia**. Fortaleza: Expressão. 2005.

MELO, J. & J.B. BRAZ. (eds.). Banco Palmas – Resistindo e inovando. A9 Editora, São Paulo. 2013.

MELO, J. **A revolução do dinheiro eletrônico por meio dos bancos comunitários. Empreendedor social.** Folha de São Paulo, 8 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/2015/04/1612849-a-revolucao-do-dinheiro-eletronico-via-bancos-comunitarios.shtml>>. Acesso em: 18mar. 2018.

MENEZES, D. T., DOS SANTOS, R. C. & MARIANO, S. R. H. **Bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise bibliométrica.** 2017.

MENEZES, M. M & CROCCO, M. A. **Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES.** Economia & Sociedade, v. 18, n. 2, p. 371-398, ago. 2009.

MENEZES, M. S. **Moedas Locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES.** 2007.

MEYER, C. **Social currency for common goods: the case of the Palmas currency.** 2013.

MINAYO, M. C. S (ORG.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes. 1993.

MORAES, L. P. **Economia social e solidária: do que se trata este complexo e controverso setor? Balanço, tendências e perspectivas para a análise do caso brasileiro.** Encontro nacional da associação brasileira de estudos do trabalho, v. 10, n. 1, p. 20. 2007.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.

MORDUCH, J. **The microfinance promise.** Journal of Economic Literature, v. 37, p. 1.569-1.614.1999.

MOREIRA, V., VIDAL, F. A. B. & FARIAS, I. Q. **Empreendedorismo social e economia solidária: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da comunidade do Grande Bom Jardim.** Anais do XXXVIII Assembleia do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração. Lima, Peru. 2003.

MORICONI, L.V. **Pertencimento e identidade.** Campinas, SP: [s.n.], 2014.

MOSCOVICI, S. **Natureza-Para Pensar a Ecologia.** Mauad Editora Ltda. 2007.

MURRAY, R., CAULIER-GRICE & J.,MULGAN, G. **The open book of social innovation.**Nationalendowment for Science, technology andtheart. 2010. Disponível em: <[http://blogeisco2012.eu/home/european/library/literature/Social\\_Innovator\\_020310.pdf](http://blogeisco2012.eu/home/european/library/literature/Social_Innovator_020310.pdf)>

NASCIMENTO, A.M. **Moeda Palmas e o desenvolvimento sustentável do Conjunto Palmeiras através da Economia Solidária.** Dissertação (mestrado profissional em economia do setor público) - Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.

NEAMTAM, NANCY. **The Social and Solidarity Economy: Towards na “Alternativ” Globalization** (A. Mendell, Trans.) Artigo apresentado no simpósio “*Citizenship and Globalization: Exploring Participation and Democracy in a Global Context*,” Langara College, Vancouver. P. 14-16. 2002. Disponível em: <<http://www.shatil.org.il/files/social-solidarity%20economy.pdf>>.

NEGRI, A. & HARDT, M.. **Multidão: guerra e democracia na era do Império.** Rio de Janeiro: Record. 2005.

NEIVA, A. C., BRAZ, J. O. B., NAKAGAWA, C. T. & MASCARENHAS, T. S. **Banco Palmas: resultados para o desenvolvimento comunitário e a inclusão financeira e bancária.** In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. NESOL-USP e Instituto Palmas. São Paulo: A9 Editora. 2013.

NERI, M. C. & MEDRADO, A. L. **Experimentando Microcrédito: Uma análise do impacto do CrediAmigo sobre acesso a crédito.** 2005.

NERI, M. C. **Desigualdade de renda na década.** FGV CPS, Rio de Janeiro. Oliveira, I. (1988). Microprojetos Econômicos Comunitários: Limites e Possibilidades. Cadernos do CEAS, v. 115, p. 34-52. 2011.

NESTA. **Nesta.** Disponível em: <<http://www.nesta.org.uk>>. 2014.

NETO SEGUNDO, João Joaquim de & MAGALHÃES, Sandra. Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica p. 07-14. 2003

OLIVEIRA, G. B. & SOUZA LIMA, J. E. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável.** Revista da FAE. n. 6, v. 2. 2017.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, L. D. **O capital dos pobres: Endowment Fund como inovação para a formação de poupança de longo prazo no Banco Palmas.** 2016.

OSLON, Mancur. The logic of collective action: public goods and the theory of groups. Cambridge, Mass. Harvard University Press. (Harvard economic studies, v.124). 1965.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva.** México: Universidad Nacional Autónoma de México. 2000.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press. The Political economy of institutions and decisions. 1990.

PACHECO, A. S. V. **Inovação social em organizações da economia solidária: as experiências de Brasil e Portugal.** 2016.

PAIVA, V. R. A. D. **Mulheres, trabalho e cidadania: a construção de significados numa lógica solidária de inclusão.** 2006.

PALMAS, B. **O Banco Palmas em números.** 2011

PAULA, C. G. **Bancos Comunitários e Moedas Locais.** Revista Continentes. n. 7, p. 150-164. 2015.

PAULINO, A. G. L. **Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas.** Imprensa Universitária. Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Disponível em: <[www.teses.ufc.br](http://www.teses.ufc.br)>. 2014.

PIAGET, J. **As operações lógicas e a vida social.** Estudos sociológicos, p. 164-193. 1973.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** Editora Intrínseca. 2014.

PILATI, José Isaac. Conceito e classificação da produção na pósmodernidade: a era das propriedades especiais. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, v.30, n. 59, p. 89-110. 2009.

PLANALTO, 2017. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/09/temer-sanciona-reforma-administrativa-que-reduz-numero-de-ministerios>. Acessado em 09 out. 2017.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época.** 2 ed. Rio de Janeiro. 2000.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 1980.

POLANYI, K. **The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time**, Boston: Beacon Press.1944.

PONTES, F. & TAVARES, F. **Ecosofia das Marcas: As Três Ecologias na Publicidade Verde**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME. 2017.

PROJETO BRASIL. **Banco Palmas**. Mar. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NOT6meWB0aM&feature=youtu.be>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PROUTEAU, L. (org.). **Lesassociations entre bénévolat et logique d'entreprise**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes. 2003.

RABELO, C. R.. **Agenciar memórias, erigir um bairro: a produção narrativa sobre o Conjunto Palmeiras em Fortaleza (1991-2014)**. Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social, v. 9, n. 16, p. 85-107. 2017.

RANADA, Camilo. **Movimento monetário mosaico: nosso livro**. In: ARKEL, Henk van et al. (Org). Onde está o dinheiro? Dacasa Editora: Porto Alegre, 2002. p. 110-120.

REIS, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.2014.

RICHARDSON, R. J. & PERES, J. A. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas. 1985.

RIGO, A. **Experiências distintas compartilhando sentidos: as moedas sociais no Brasil e na França**. Encontro Anual Dos Programas De Pós Graduação Em Administração Da Anpad, 37. Rio de Janeiro. 2013.

RIGO, A. S. & FRANÇA FILHO, G. C. D. **The Palmas' paradox: analysis of social currency in the "neighborhood of the solidarity economy"**. Cadernos EBAPE. BR, v. 15, n. 1, p. 169-193. 2017.

RIGO, A. S., FRANCA FILHO, G. C. D. & PRATES L, L. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições**. 2015.

RIGO, A. S. & FRANCA FILHO, G. C. D. **O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no "bairro da economia solidária"**. Cad. EBAPE.BR [online]. 2017, v.15, n. 1, p.169-193. ISSN 1679-3951. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395141258>

ROSE, C. M. Romans, Roads, and Romantic Creators: traditions of public property in the information age. *Low and contemporary problems*, v.66, n.1-2, p. 89. 2003.

ROUANET, S. P. **Mal-Estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia de Letras. 1993.

SADDI, J. S. **O poder e o cofre: repensando o Banco Central**. São Paulo: Texto novo, 1997.

SANCHÉZ, A. L. La crítica de la economía de mercado en Karl Polanyi: el análisis institucional como pensamiento para la acción. *REIS*, 86/99, p. 27-54.2008.

SEGUNDO, J. J. de M. N. & BODINAUX, P. & FILHO, R. A. (Orgs.). **A favela do Conjunto Palmeiras. Habitando o inabitável – memórias de nossas lutas**. v. 1. Fortaleza: GRET. 1989.

SEIBEL, H. D. **The Microbanking Division of Bank Rakyat Indonesia: A Flagship of Rural Microfinance in Asia**. Intermediate Technology Development Group. 2015. Acesso em: 8 fev. 2016.

SERVA, M. **O Estado e as ONGs: uma parceria complexa**. *Revista de Administração Pública*, v. 31, n. 6, p. 41–a.2013.

SHENG, L. Y., MALAVAZI, M. C. & COSTA Petry, P. P., & Luciano, C. M. S. **Dilema do Prisioneiro: Um Procedimento “in silico” para Análise das Estratégias Reativas**. *Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics*, 5(1). 2017.

SILVA JUNIOR, J. **Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidarias**. A. Cancado, J. Pereira, J. Silva Junior, *Economia solidaria, cooperativismo popular e autogestão*, p. 198-225. 2007.

SIMIONI, J. C. **Negócios sociais como inovação para a redução da pobreza: um estudo de caso do Banco Palmas**. 2016.

SINGER, P. & SILVA, R. M. A. D. & SCHIOCHET, V. **Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria. O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS. 2014.

SINGER, P. **A economia solidário governo federal**. 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5246>>. Acessado em 20/10/2017.

SINGER, P. **Finanças solidárias e moeda social**. LE FELTRIM; ECF VENTURA; AVB DOLD, Projeto inclusão financeira. Brasília, Banco Central do Brasil, p. 69-78. 2009.

SINGER, P. **O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária**. In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. NESOL-USP e Instituto Palmas. São Paulo: A9 Editora. 2013.

SIQUEIRA, A. C. O. et al. **Innovation ecosystems in Brazil: Promoting social entrepreneurship and sustainability**. In Emerging Research Directions in Social Entrepreneurship (pp. 127-142). Springer, Dordrecht. 2014.

SIROLLI, E. **Ripples from the Zambezi: Passion, Entrepreneurship and the rebirth of local economies**, New Society Publishers, Canadá. 2008.

SLACK, N., CHAMBERS, S. & JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas. 2009.

SOARES, J., LOPES, A. **Banco Rede Opala: análise da contribuição para o desenvolvimento do comércio local a partir da utilização da moeda social Opala pelos comerciantes da cidade de Pedro II, Piauí**. 2016

SOUSA SANTOS, B. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural (Vol. 3). Civilização brasileira. 2003.

SPRADLEY, J. P. Participant observation. New York: Holt, Rinehart & Winston, INC. 1980.

SWAN HILLS LETS. Disponível em: <<https://www.swanhillslets.org>>. 2018.

TAVARES, F. **Kits de subjetividade verde. O consumo da natureza e as modelagens marcárias nas tensões do controle e do capitalismo rizomático**. Revista Espaço Acadêmico, v.16, n.187, p. 01-12. 2016.

TENÓRIO, F. G. **(Re)Visitando o conceito de gestão social**. In: Silva Jr, J. T. da. et al. Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: UFC, p.37-57.

The Young Foundation (YF) (2010). Study on SI. *Report prepared by the Social Innovation exchange (SIX) The Young Foundation for the Bureau of European Policy Advisors*. 2008.

THÉRET, B. **Os três estados da moeda: abordagem interdisciplinar do fato monetário**. Campinas, Economia e Sociedade, v. 17, n. 1 (32), p. 1-28, abr. 2008.

TÖNNIES, F. *Communauté et société*, Paris, Puf, 1944.

TORRAS, M. **La participación de los pueblos en el desarrollo**. Barcelona: Intermón, 1995.

TOSCANO, I. **Histórias e lutas: da remoção ao bairro Conjunto Palmeira**. In: MELO. 2003.

VALENTIM, I. **Confiança, Economia solidária no Brasil e a construção de novos mundos**. Revista de Economia Solidária, v. 1, n. 1, p. 87-110. 2009. GODOI DE SOUSA, Edileusa.

VARELLA, M. C. **Da solidariedade à economia solidária: um estudo sobre os processos sócio espaciais ocorridos no conjunto palmeiras (Fortaleza-CE)**. 2013.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 6ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, p. 218-221. 2013.

VIEIRA, M. S. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização** (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). 2014.

VOGEL, A. & da SILVA MELLO, M. A. O experimento de Tobiki: algumas reflexões sobre a didática magna da prosperidade. In Fórum Educacional (Vol. 13, No. 1/2, pp. 3-25). 1989.

YUNUS, M. & JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. Ática. 2010.

YUNUS, M. **Discurso de Cerimônia de Entrega do Prêmio Nobel da Paz**. *Comité Nobel de Noruega*. 2006.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ. 2006.

## APÊNDICE 1

### **RCLE – REGISTRO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

**Objetivo da entrevista:** Pesquisar os impactos da Economia Solidária nos indivíduos e comunidade e a construção de Comum no Conjunto Palmeiras, Fortaleza – CE.

#### **Entrevistado**

**Nome:**

**Classificação:**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eduardo da Conceição Ferreira Junior, administrador, mestrando do programa EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, está conduzindo uma pesquisa sobre Economia

Solidária em Conjunto Palmeiras – CE e gostaria de sua contribuição.

Para isso, serão realizadas entrevistas com moradores, funcionários do Banco Palmas e empreendedores de estabelecimentos comerciais do Conjunto Palmeiras que utilizem a moeda social Palmas.

A entrevista é um diálogo onde não existem respostas certas ou erradas. A proposta é compreender como os integrantes da comunidade entendem e utilizam a moeda social Palmas, os aspectos econômicos que são trabalhados internamente na comunidade e de que maneira a moeda social Palmas pode ser utilizada para promover as relações de consumo e atuar na construção e difusão de uma nova cultura e Comum.

Como **xxxxx**(morador, funcionário do Banco ou da ASMOCONP) do Conjunto Palmeiras – CE, você está sendo convidado a participar desta pesquisa. Como parte do estudo, sua contribuição será a participação em uma entrevista em que pontos sobre a utilização da moeda social Palmas, bem como assuntos que dizem respeito à economia solidária. A entrevista se dará em uma sala com privacidade.

Sua participação na pesquisa, bem como as informações fornecidas serão utilizadas de forma a não lhe causar prejuízos ou constrangimento. Caso seja de sua vontade, para a publicação da pesquisa, poderá ser utilizado codinome o qual não permitirá a identificação dos participantes, para preservar o anonimato de sua identidade.

A entrevista será gravada (áudio), anotada e depois transcrita para que os dados sejam apreendidos da melhor maneira. Somente a equipe da pesquisa terá acesso aos dados (gravação e transcrição da entrevista). As transcrições serão arquivadas pelo mestrando e terão uma cópia guardada na sede do Programa EICOS, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por um período de 5 anos, sendo depois descartadas.

A entrevista poderá causar desconfortos e riscos mínimos ao entrevistado, pois ele poderá ter acesso a lembranças de situações delicadas de sua vida pessoal. Os riscos referentes aos dados coletados nas entrevistas estão restritos àquele espaço e poderão, até antes de sua publicação, serem retirados da pesquisa a pedido do entrevistado, caso ele sintasse invadido ou desconfortável com alguma informação passada, sem quaisquer prejuízos. Saliento que não será necessário dar continuidade a qualquer assunto comprometedor ou que possa gerar constrangimento ao entrevistado. Sendo assim, a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento. Caso seja necessário, a pedido do entrevistado, seu nome poderá ser trocado por um pseudônimo que possa garantir seu anonimato. É importante que saiba que cada entrevista pode durar até 2 horas.

Apesar de a pesquisa não trazer nenhum benefício direto à você, sua participação é fundamental para a compreensão dos objetivos da pesquisa e poderá corroborar para a inspiração de reflexão sobre as práticas de economia solidária e constituição de Comum como uma ferramenta de transformação social que pode ser replicada e compartilhada em outros territórios, passando por muitas espirais de aprendizado e integração das vivências nos indivíduos e comunidade.

É válido destacar que sua participação é voluntária e que você terá liberdade de desistir da pesquisa no início ou durante o processo, sem haver nenhum tipo de penalidade por isso. Você tem, também, a liberdade de recusar a responder a uma pergunta específica.

Uma vez que o estudo estiver concluído, você terá acesso aos resultados, por meio de uma palestra a ser agendada para apresentar a pesquisa e pela entrega da dissertação. Se há alguma dúvida com relação à pesquisa, você poderá entrar em contato comigo através do seguinte endereço:

Eduardo da C. Ferreira Junior  
Programa EICOS  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Campus da Praia Vermelha  
Av. Pasteur, s/n, Urca  
Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-250  
Telefones:  
Email:

Se você tiver alguma reclamação a respeito de sua participação, ou considera que sua participação na pesquisa lhe trouxe algum dano, por gentileza, entre em contato comigo, com a orientadora responsável ou com o Comitê de Ética, onde essa pesquisa está, através dos dados abaixo. Suas sugestões também são muito bem-vindas.

Dra. Marta Pinheiro  
Orientadora da Pesquisa  
Programa EICOS  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Campus da Praia Vermelha  
Av. Pasteur, s/n, Urca  
Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-250  
Email:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Campus da Praia Vermelha  
Av. Pasteur, s/n, Urca  
Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30  
Telefone: (21) 3938-5167

Email: cep.cfch@gmail.com

Todas as reclamações ou sugestões serão mantidas em sigilo. É importante que as informações aqui contidas estejam claras. Caso tenha alguma dúvida, estamos à disposição para esclarecê-la a qualquer momento.

Ressaltamos que sua participação é muito importante para a compreensão dos objetivos dessa pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se desejar participar deste estudo, assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma cópia destas informações e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para seu próprio registro.

1 – Confirmando que li e entendi a folha de informações para o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

4 – Recebi a minha via do termo de consentimento.

Sua entrevista está agendada para o dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018, às \_\_\_\_\_h.

Local:\_\_\_\_\_.

Por gentileza, confirme se o dia, horário e local da entrevista são convenientes para você e assine o termo de consentimento para o uso das informações através da entrevista.

Local e Data:\_\_\_\_\_

Assinatura:\_\_\_\_\_

Nome do participante:\_\_\_\_\_

**APÊNDICE 2****ROTEIRO DE ENTREVISTA****DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DO ENTREVISTADO:**

Nome:

Nome pelo qual é conhecido:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Data de nascimento:

Estado Civil:

Sexo: ( ) F ( ) M

Endereço:

Telefone para contato fixo e celular:

e-mail:

Facebook:

Skype:

Ocupação/Cargo:

Tem Registro como Microempreendedor Individual (MEI)?

Qual é o trabalho desenvolvido?

Tem negócio no Conjunto Palmeiras?

\_\_\_ Comércio. Qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_ Serviço. Qual? \_\_\_\_\_

Tem carteira assinada?

Você tem religião? \_\_\_Não \_\_\_Sim Qual?\_\_\_\_\_

É praticante? \_\_\_Não \_\_\_Sim

Acredita em alguma força superior?

Escolaridade:

Você frequentou escola?

Até que série estudou?

Tem filhos?

Idade dos filhos?

Mora com quem?

Mora em:

\_\_\_casa própria \_\_\_ casa alugada \_\_\_quarto alugado\_\_\_Outros. Onde?\_\_\_\_\_

Participa de movimentos sociais? \_\_\_Não \_\_\_Sim. Quais?

Quando veio morar no Conjunto Palmeiras? Porque?

Há quanto tempo mora aqui?

Já morou em outros lugares? Onde?

Porque escolheu o Conjunto Palmeira?

Você possui na sua casa? (quantidade de cada)

\_\_\_Computador\_\_\_Celular\_\_\_com acesso pago a internet\_\_\_Nootbook

Qual sua renda familiar aproximada?

\_\_\_1-3 salários mínimos \_\_\_4-8 salários mínimos \_\_\_9-12 salários mínimos

\_\_\_13-17 salários mínimos \_\_\_18-20 salários mínimos \_\_\_acima de 21 salários mínimos

\_\_\_não informou

Quem contribui para renda familiar?

Quantas pessoas moram com você?

Sua casa utiliza serviços de trabalhador doméstico? Qual ? Frequência?

Qual a religião de quem te criou?

Qual a sua raça/etnia?

Participa de movimentos sociais: \_\_\_ Não \_\_\_ Sim Quais? \_\_\_\_\_

Nome da organização?

Data de início de participação?

### **ROTEIRO DE PERGUNTAS**

Antes de iniciar a entrevista será preenchido pelo pesquisador o cabeçalho abaixo:

Nome do entrevistador:

Data da entrevista:

Hora de início:

Hora de término:

Duração:

Local:

Como o contato foi estabelecido?

Objetivo da entrevista:

Temas/palavras chaves:

Tipo de entrevista: \_\_\_ Entrevista semiestruturada

Tipo de registro: \_\_\_ Gravação áudio \_\_\_ Anotação durante a entrevista

### **OBSERVAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA:**

Durante e Depois da entrevista serão anotados os itens abaixo:

Descrição do entrevistado (física, de sua apresentação, seu jeito, suas atitudes, traços de personalidade, inclinações etc.).

Ambiente (Há privacidade? Interrupções? Presença de outras pessoas? Como nos sentamos? Como era o ambiente? Em casos de residências e outros espaços importantes, a descrição deve ser mais detalhada).

Processo da entrevista (Como se desenvolveu a entrevista? A relação entre entrevistado e entrevistador? Quais as emoções evidentes e em que momentos surgem?)

Impressões gerais/*Insights* (O que mais te chamou a atenção? Porque? O que me incomodou? O que eu gostei? O que eu aprendi de novo que “ilumina” questões do trabalho?)

A Transcrição da entrevista será realizada considerando perguntas, respostas, pausas, risos, interrupções etc.

#### **PERGUNTAS ENTREVISTA:**

##### **INFORMAÇÕES GERAIS/QUALIDADE DE VIDA:**

Pergunta com bolo e café - Quebrando gelo: Como você está hoje? Está se sentindo bem? Estabelecer proximidade e relação de confiança com o entrevistado.

Você já participou de alguma outra pesquisa/entrevista sobre o Conjunto Palmeiras? (Caso positivo, qual/quais? Como se sentiu?)

Como você define o Conjunto Palmeiras?

Como é a vida aqui?

Como é um dia típico seu no Conjunto Palmeiras?

Quais são as atividades realizadas na comunidade?

Mapa social falado – perguntar sobre as atividades e pessoas ligadas a cada espaço/atividade.

Como é a sua vida durante o ano? Há algum período que trabalhe mais?

Você considera ter qualidade de vida?

O que você considera como qualidade de vida?

Sente que falta algo no Conjunto Palmeiras para ter mais qualidade de vida?

Você gostaria de morar em outro lugar? Por quê?

Você considera que as pessoas em Conjunto Palmeiras são unidas?

Como são as relações entre as pessoas na comunidade?

Como é a vida na comunidade, cada um por si ou as pessoas se ajudam?

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Você já ouviu falar em economia solidária?

Conhece alguma forma de economia solidária?

Como é a sua relação com a economia solidária?

Você acha que a economia solidária traz algo positivo para comunidade?

Você acha que a economia solidária traz algo negativo para comunidade?

Quem você acha que tem benefícios com a economia solidária?

Você acha que alguém pode ser prejudicado com a utilização d economia solidária?

Quem procura utilizar?

Saberia dizer os motivos ou principais interesses?

Você já utilizou moeda social?

Você já foi no Banco Palmas?

Em qual situação?

Você já utilizou moeda social?

O que você entende como moeda social?

O que te levou a utilizar moeda social?

Você utilizaria moeda social novamente?

Como os moradores lidam com a moeda social?

Você acredita que a moeda social ajuda ou atrapalha?

É fácil de utilizar?

Você possui preferência entre utilizar dinheiro nacional (R\$) ou moeda social (P\$)? Por quê?

Você acha que todos os moradores possuem acesso a serviços e produtos oferecidos no Banco Palmas? Quais?

Você acha que todos os moradores possuem crédito financeiro? Quem fornecesse crédito?

Já ouviu alguém reclamar que não conseguiu empréstimo no banco? Em qual banco? Qual foi o motivo?

Como é a geração de renda?

Como os moradores lidam com as demandas econômicas, cada um por si ou há empreendimentos coletivos?

Como são esses empreendimentos?

## **GESTÃO E CULTURA**

### **GESTÃO DO BANCO PALMAS**

O Conjunto Palmeiras possui alguma associação de moradores?

Como funciona a associação de moradores?

Você já participou da associação?

Como é feita a gestão no Banco Palmas?

Existe uma liderança? Quais?

Como são tomadas as decisões? Sempre foi assim? O que você acha desse modelo?

Quais são os desafios do Conjunto Palmeiras?

Quais são os desafios da utilização da moeda social?

Há pessoas beneficiadas em detrimentos a outras? Há grupos de poder?

Quem são os excluídos da economia solidária? Ela é realmente igualitária?

Você percebe algum conflito de interesses sobre a utilização da moeda Palmas?

Qual é o papel do Joaquim Melo? O que ele faz na comunidade?

Você sabe qual é a missão do Banco Palmas?

Você acha que o Banco Palmas faz o que promete?

Conhece ou já ouviu falar de alguém insatisfeito com o Banco Palmas ou a moeda Palmas?

Como se dão os cuidados com o bem-estar em Conjunto Palmeiras? Falta alguma coisa?

Como são os negócios em Conjunto Palmeiras?

Há empresas ou industriais fundadas aqui? Quais?

Elas aceitam como pagamento moeda social (P\$)?

Parte ou totalidade do pagamento dos funcionários é feito por moeda social (P\$)?

### **CULTURA NO CONJUNTO PALMEIRAS**

Como é a educação em Conjunto Palmeiras? Falta alguma coisa?

Como são tomadas as decisões no Conjunto Palmeiras? Sempre foi assim?

Quais as maiores dificuldades e desafios da vida em comunidade?

Como é a relação com a comunidade do entorno? O que poderia mudar?

Você sente falta de alguma coisa? Gostaria que algo mudasse?

Quem seria responsável pela mudança?

Como você gostaria que fosse o futuro do Conjunto Palmeiras?

Você morava aqui no bairro antes da criação da moeda Palmas? \_\_\_\_ Sim \_\_\_\_ Não

Como era a comunidade antes da moeda social?

Como ficou depois?

Como ficou emprego e renda?

Você acha que a utilização da moeda Palmas mudou o relacionamento/laços entre as pessoas?

O que mudou?

O relacionamento/laços ficaram mais fortes ou fracos?

### **CONCLUSÃO**

Tem mais alguma coisa que eu não perguntei e você gostaria de acrescentar?

Encerramento: Como você se sente após a nossa conversa? Achou agradável?

## ANEXO 1

Carta de Fortaleza Somos mais de 700 pessoas, cidadãs e cidadãos urbanos e rurais com diferentes identidades socioculturais integrados à Rede Brasileira de Bancos comunitários, juntamente com representantes da cooperação internacional e de parceiros de outras redes, organizações/instituições e movimentos sociais vindos de todas as regiões brasileiras e de 15 países da América Latina, América do Norte, África, Ásia e Europa, reunidos na Fábrica de Negócios, cidade de Fortaleza, Ceará, Nordeste do Brasil, entre os dias 04 e 06 de setembro de 2018, durante o Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento.

Nosso encontro tem o intuito de congregar instituições nacionais e internacionais para refletir, debater e expor para a sociedade brasileira e demais países sobre a importância da Economia Solidária como solução para o acesso à crédito colaborativo para inclusão social em territórios de baixa renda. Além disso dar visibilidade as diferentes resistências das comunidades, nas suas diferentes expressões socioculturais e tecnológicas, ao propor alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente no Brasil e no mundo.

Tais experiências se justificam diante do atual cenário da economia global marcado pelo alto grau de financeirização. Nessa perspectiva, desloca-se o protagonismo na dinâmica econômica: da atividade produtiva para a especulação financeira. O resultado é que passamos a viver na chamada “era do capital improdutivo”, como nos foi evidenciado nos debates desse evento. Essa constatação produz consequências tanto socioeconômicas quanto políticas. Do ponto de vista socioeconômico, conhecemos no Brasil e no mundo o aumento da desigualdade e da concentração de renda. Já no âmbito político, vimos nossa democracia ser ameaça pelo poder das grandes corporações financeiras. As agendas dos governos nacionais são pautadas e controladas pelos interesses do grande capital financeiro e os cidadãos/ãs não encontram meios nem espaços institucionais para exercer qualquer controle democrático.

Se a democracia é o meio de conter os efeitos devastadores dessa racionalidade econômica assumida irracionalmente, é nela que estão contidas as bases para organizar alternativas no campo das práticas econômicas. Neste sentido, o tema da democracia econômica merece destaque na sua dupla dimensão: de um lado, remete às formas de controle democrático dos efeitos predatórios dos mercados (juros altos e abusivos, mecanismos contratuais inadequados, falta de acesso aos serviços bancários, entre outras práticas excludentes). Do outro, aponta o horizonte das práticas emergentes de organização da economia com base em uma racionalidade que garanta o bem-estar geral da sociedade nas diferentes dimensões. Esta outra racionalidade, na base da formulação de uma outra economia, brota no seio da própria sociedade civil ou do meio popular e comunitário, indicando formas inovadoras de gestão de recursos econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais a partir de necessidades reais das populações.

Dentre o conjunto das práticas baseadas nos princípios da autogestão, cooperação, solidariedade da chamada Economia Solidária, destacamos aquelas mais voltadas à gestão de recursos financeiros junto às populações excluídas denominadas de finanças solidárias (bancos comunitários de desenvolvimentos, bancas éticas, bancos *comunales*, moedas sociais, moedas digitais e solidárias, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário e outras iniciativas em curso).

Essas práticas de democracia econômica buscam articular uma agenda de acesso à renda ao mesmo tempo em que confronta um conjunto de problemáticas socioculturais e ambientais que afetam diretamente a vida das populações e territórios periféricos: racismo, violência, machismo, exclusão e todo tipo de injustiça social, ambiental e política advindos de um sistema colonialista, capitalista perverso e predador.

Como resposta a isso, as práticas de democracia econômica se afirmam como uma agenda propositiva de intervenções inovadoras no campo socioeconômico que se articula com uma agenda de acesso a direitos fundamentais na luta contra todo tipo de desigualdades que anula a diversidade. Essa agenda reconhece o caráter multicultural e interseccional das sociedades contemporâneas e defende o direito a diversidade de lutas e expressões cidadãs. Dizemos não ao preconceito para poder avançar na solidariedade. Afirmamos que é fundamental fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, respeitando e reconhecendo a pluralidade de sexo, raça/etnia, classe social, religião, orientação sexual, gerações, capacidades funcionais, pessoas em situação de vulnerabilidade, comunidades nacionais e estrangeiras para a defesa dos seus direitos sociais, políticos e econômicos.

Como expressão dessa agenda, durante os três dias do evento foram realizadas 16 oficinas distribuídas nos 6 eixos temáticos Economia Solidária; Finanças Solidárias; Democracia Econômica; Tecnologias para construção de alternativas; Ecossistema de inovação social Investimentos para geração e distribuição de riquezas nas periferias. As exposições apresentaram as práticas de resistências com afirmações de alternativas para a sociedade nos diferentes temas: Juventude, democracia e participação; Inovação em Políticas Públicas para Economia Solidária; Territórios Solidários, Territórios Criativos; Agroecologia; Bancos comunitários, Bancos *Comunales* e Moedas Sociais; Inovação e empreendedorismo periférico; Resistência das Redes; Os Bancos podem ser éticos?; Economia Solidária e Finanças Solidárias: conceitos e práticas; Novas Tecnologias para as Finanças Solidárias; Democracia Econômica Transnacional (MIT-Colab); Explorando questões emergentes em regiões rurais e urbanas, Desafios e Oportunidades de Crédito para Jovens Empreendedores Rurais; Economia Feminista; Sustentabilidade Ambiental; Desigualdade, Pobreza e Mercado de Trabalho no Contexto da América Latina; Universidade e Sociedade na potencialização das práticas de democracia econômica.

Além das oficinas, no espaço *Hackathon E-dinheiro a Fintech Solidária* dos bancos comunitários do Brasil construíram propostas colaborativas de ideias, funcionalidades e serviços para tornar o E-dinheiro o banco comunitário digital e solidário do povo. Vimos

também diversas práticas de democracia econômica acontecendo em diferentes localidades, como no exemplo das formas de gestão de serviços financeiros através de bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs), que tem despertado atenção pelo seu caráter inovador na busca da resolução de diferentes problemas relacionados ao desenvolvimento local. O Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento, afirma que é urgente alicerçar a construção da democracia econômica no Brasil, com as seguintes ações:

1. Garantir a execução do Plano Nacional de Economia Solidária, que tem como um dos objetivos centrais a organização, em âmbito nacional, de um Sistema de Finanças Solidárias com regulação própria, garantindo ambiente institucional para seu desenvolvimento e tendo como principal objetivo a dinamização das economias nos territórios.

2. Estabelecer políticas públicas de apoio e fomento às iniciativas de finanças solidárias, garantindo assessoramento técnico, formação, gestão, comunicação e mobilização, infraestrutura, desenvolvimento e acesso a tecnologias.

3. Avançar em um marco legal que reconheça, aprimore e fortaleça as diferentes iniciativas de finanças solidárias;

4. Criação de um fundo nacional para as finanças solidárias;

5. Ampliação da dotação orçamentária para as políticas públicas de economia solidária no PPA (Plano Plurianual) e nas LOA (Lei Orçamentária Anual), com a possibilidade de repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);

6. Fomento às Tecnologias (plataformas digitais, meios de pagamentos eletrônicos) que promovam independência do sistema tradicional e nos proporcione conhecimento, autonomia e poder com princípios éticos e solidários, adaptabilidade, metodologias colaborativas ágeis e uma estratégia de crescimento horizontal.

7. Exigimos o fomento e o fortalecimento dos espaços coletivos de mulheres, contribuindo para o protagonismo e autonomia/empoderamento feminino nas mais diferentes esferas (política, econômica e social), com financiamento público para as mulheres, levando em conta a diversidade de atuação nos mais diferentes segmentos da sociedade, tendo clareza de que a economia feminista qualifica a economia solidária.

8. Denunciamos o extermínio de juventudes, principalmente dos jovens negros/as das periferias urbanas, e solicitamos o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas que promovam o protagonismo juvenil, gerando condições no campo e na cidade para que os/as jovens tenham acesso a linhas de financiamentos específicos nos bancos públicos e nos instrumentos de finanças solidárias para que se tornem agentes de mudança e transformação social, com oportunidades para desenvolver suas plúrais habilidades.

9. Pautamos um outro modelo de desenvolvimento focado no modelo solidário e sustentável de desenvolvimento socioeconômico com integração das redes – de produção,

comercialização, plataforma de comunicação, finanças solidárias e consumo responsável que integre e fortaleça os empreendimentos solidários na educação financeira, política e capacidade de gestão.

É papel do Estado fomentar as iniciativas econômicas no meio rural e nas periferias urbanas que incluam milhões de trabalhadores/as desempregados/as e sem oportunidades de inclusão e acesso a serviços básicos para seu bem-estar social. Esse fomento de políticas públicas além de gerar inclusão social por meio da geração de trabalho e renda, diminui as desigualdades sociais criando um novo tecido social e econômico que favorece as populações menos favorecidas historicamente e economicamente.

E para concluir, nós, mulheres e homens aqui reunidos retornamos para nossos territórios e ao mesmo tempo permanecemos em conexão e em forte sintonia com os debates, conversas e parcerias construídas aqui nestes dias. Nos comprometendo com a pauta da democracia econômica em todos os lugares onde os nossos pés e os nossos sonhos nos levarem, em especial, nos nossos territórios, onde as lutas acontecem cotidianamente na prática, com mais ânimo e com as nossas capacidades de resistências fortalecidas com essa demonstração e afirmação pública.

Fortaleza, Ceará, 06 de setembro de 2018.